

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 12 de março de 2025 • Nº 2007 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

JULGAMENTOS

STF muda de posição e amplia o alcance do foro privilegiado

Por 7 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal (STF) ampliou novamente o alcance do foro privilegiado. Os ministros reconheceram que autoridades mantêm a prerrogativa mesmo após deixarem os cargos. Na prática, o tribunal expande sua competência para julgar personalidades do mundo político. A maioria estava formada desde setembro, mas só agora a votação foi con-

cluída. É a 2ª mudança de posicionamento da Corte sobre o tema. Em 2018, o STF restringiu o foro por prerrogativa de função. A decisão foi tomada para baixar o volume de ações criminais após o Mensalão. Desde então, inquéritos e processos criminais envolvendo autoridades só precisavam começar e terminar no STF se tivessem relação com o exercício do mandato. **PÁGINA 4**

CONTAS PÚBLICAS

Déficit do estado do Rio recua para R\$ 2,4 bilhões

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ) informou que o aumento na arrecadação, somado às medidas de gestão das contas públicas, contribuiu para reduzir em 72% o déficit do estado em 2024, de R\$ 8,5 bilhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para R\$ 2,4 bilhões no encerramento do ano. Os resultados fiscais do estado do Rio de Janeiro em 2024 foram apresentados ontem, durante audiência pública da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). **PÁGINA 15**

IBGE



Produção industrial fica estável em janeiro

Após três meses de baixa, a produção da indústria brasileira apresentou variação nula na passagem de dezembro para janeiro, ou seja, não teve crescimento nem queda. O dado faz parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o setor teve alta de 1,4%, a oitava expansão seguida nesse tipo de comparação. No acumulado de 12 meses, houve expansão de 2,9%. O resultado de janeiro deixa a indústria brasileira 1,3% acima do patamar pré-pandemia de covid-19, de fevereiro de 2020. No entanto, a produção do parque industrial brasileiro está 15,6% abaixo do ponto mais alto da série. Apesar da variação nula, o gerente da pesquisa, André Macedo (foto), ressalta como positiva a interrupção do movimento de queda e o maior espalhamento dos resultados positivos. **PÁGINA 2**

PISTOLEIRA

STF marca julgamento de Zambelli por porte de arma

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para 21 de março o início do julgamento virtual que pode condenar a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo. Em agosto de 2023, Zambelli virou ré no Supremo pelo episódio em que ela sacou uma arma de fogo e perseguiu o jornalista Luan Araújo, às vésperas do segundo turno das eleições de 2022. A perseguição começou após Zambelli e Luan trocarem provocações durante um ato político no bairro dos Jardins, em São Paulo. O julgamento será realizado pelo plenário virtual da Corte. **PÁGINA 4**

15 ANOS DEPOIS

Lula: País acabou com indústria naval e reduziu venda de carros



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (foto) afirmou que o País "acabou" com a indústria naval e diminuiu a venda de carros e habitação no período em que esteve fora da Presidência. A declaração foi dada durante cerimônia de expansão da produ-

ção de aço em Minas Gerais. "Quando eu cheguei em 2002, a indústria naval tinha três mil trabalhadores. Ela foi para 82", disse. "Quando nós deixamos a Presidência da República em 2010, esse País emplacava 3,6 milhões carros por ano. **PÁGINA 3**

GUERRA

Ucrânia aceita proposta dos EUA de cessar-fogo imediato

A Ucrânia aceitou a proposta dos Estados Unidos para um cessar-fogo provisório imediato de 30 dias, que ainda está condicionado à aceitação da Rússia para ter validade. O país também concordou em concluir "o mais rápido possível" um acordo para o desenvolvimento dos recursos minerais críticos da Ucrânia, conforme comunicado divulgado após a reunião entre as delegações de ambos os países na Arábia Saudita. "Ambas as delegações concordaram em iniciar imediatamente as negociações para uma paz duradoura que garanta a segurança de longo prazo da Ucrânia. **PÁGINA 16**

INDICADORES

IBOVESPA -0,81% / 123.507,35 / -1.012,03 / Volume: 19.566.955.796 / Negócios: 3.894.472				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	1,06% (fev.)	EURO turismo	Compra: 6,4468	Venda: 6,6268				
Mais Negociados				Majores Altas		Majores Baixas		Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	1,23% (fev.)	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,8346	+0,72%		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Taxa Selic	13,25%	CDI	12,15%	DÓLAR comercial	Compra: 5,8110	Venda: 5,8116		
HAPVIDA ON NM	2,06	+0,49	+0,01	PANATLANTICAON	27,00	+12,50	+3,00	PAGUE MENOS ON NM	2,800	-9,68	-0,300	BM&F/grama/RJ	R\$ 546,13	DÓLAR turismo	Compra: 5,8736	Venda: 6,0536
COGNA ON ON NM	1,65	0,00	0,00	CASAS BAHIA ON NM	5,200	+10,87	+0,510	AZT ENERGIA ON	1,130	-8,87	-0,110	Poupança	0,5744%			
BRDESCO PN EJ N1	11,45	-0,61	-0,07	LOJAS MARISAON NM	1,60	+8,11	+0,12	FER HERINGERON NM	3,91	-7,57	-0,32					
MAGAZINE LUIZA ON NM	8,30	+0,61	+0,05	AERIS ON NM	3,930	+7,67	+0,280	ENERGISA MT ON ED	78,15	-6,95	-5,84					
AMBEV S/A ON	12,86	-1,98	-0,26	LOPES BRASILON NM	1,33	+7,26	+0,09	VIVER ON NM	1,01	-5,61	-0,06					
								CAC 40	7.941,91	-1,31						
								Dow Jones	41.433,48	-1,14						
								S&P 500	5.572,07	-0,76						
								NASDAQ Composite	17.436,095	-0,18						
								Nasdaq 100	19.376,959	-0,28						
								Euronext 100	1.552,37	-1,19						

MERCADOS



Bovespa acompanha Nova York e cai 0,81%, aos 123,5 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Com os mercados globais ainda pressionados pelos dobramentos de Trump nos EUA, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) seguiu em baixa de 0,81% ontem, aos 123 507,35 pontos no fechamento, o que reduz o ganho acumulado no mês a 0,58%. Nas duas primeiras sessões da semana, a leitura agregada é de -1,22%, limitando o avanço do ano a 2,68%.

Ontem, com giro a R\$ 19,5 bilhões na B3, poucos carros-chefes do Ibovespa (Índice Bovespa) conseguiram se desvencilhar do viés negativo, como Vale, que reagiu à tarde e encerrou em alta de 0,83%. Petrobras ON e PN, por sua vez, caíram 2,06% e 1,5%, apesar da estabilização do petróleo na sessão.

Entre os grandes bancos, as

perdas foram a 2,11% (Santander Unit) ontem. Na ponta ganhadora, Automob (+4%), LWSA (+3,79%) e Viva (+3,16%). No lado oposto, Marcopolo (-4,46%), Auren (-3,35%) e Pão de Açúcar (-3,25%).

DÓLAR

O dólar acentuou o ritmo de baixa ao longo da tarde, em sintonia com o comportamento da moeda norte-americana no exterior, e encerrou a sessão ontem, em queda firme, no nível de R\$ 5,81, após mínimas na casa de R\$ 5,80.

Com mínima a R\$ 5,8037, o dólar à vista terminou a sessão em queda de 0,69%, a R\$ 5,8117. Com isso, a divisa passa a acumular desvalorização de 1,77% nos cinco primeiros pregões de março, após alta de 1,37% em fevereiro. No ano, o dólar recua 5,96%.

INDÚSTRIAS

Fiesp projeta crescimento de 1,3% da produção industrial

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) divulgou, nesta terça-feira, sua pesquisa de atividade industrial e expectativa para 2025, feita com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Fiesp espera crescimento no patamar de 1,3% da produção industrial para este ano, ao passo que o apurado em janeiro indicou um início de produção estável, com crescimento em 18 dos 25 ramos pesquisados.

Segundo a Fiesp, o resultado de janeiro é de estabilidade após três meses consecutivos de queda (com correção sazonal), tendo influência positiva nos ramos de máquinas e equipamentos (+6,9%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (+3,0%), além de borracha e material plástico (+3,7%), artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (+9,3%) e produtos farmacêuticos e farmacêuticos (+4,8%). Dos 25 segmentos analisados em janeiro, 13 estavam acelerando, 11 neutros e 1 desacelerando.

Seis das atividades pesquisadas tiveram recuo na produção: indústria extrativa (-2,4%), que interrompeu dois meses consecutivos de crescimento, além de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-1,1%), celulose, papel e produtos de papel (-3,2%) e confecção de artigos do vestuário e acessórios (-4,7%), com maior destaque.

A análise considera ainda a

divisão por grandes categorias econômicas. Na comparação com dezembro de 2024 e sem influências sazonais, o segmento de bens de capital teve alta expressiva (+4,5%), assim como o de bens de consumo duráveis (+4,4%) e, em menor medida, o de bens de consumo semi e não duráveis (+3,1%).

A categoria de bens intermediários, que recuou 1,4%, foi a única com variação negativa no mês, e é a que engloba produtos destinados a outras indústrias, como aço, plástico e borracha. Sua desaceleração pode anteceder queda na produção de outros setores, pois está relacionada à previsão de produção das demais áreas.

A Fiesp estima, porém, que, em 2025, ainda haverá crescimento, porém menos intenso do que o registrado em 2024, quando o setor teve expansão do Produto Interno Bruto (PIB) na casa de 3,8% e apresentou crescimento de produção de 3,1%.

Para este ano, a estimativa é de crescimento de 1,3%. Em nota técnica, a Fiesp considera que o ano também deverá ser marcado por menor impulso fiscal e pelo ambiente externo mais desafiador, sobretudo em função das incertezas econômicas em torno da economia dos Estados Unidos e dos potenciais impactos macroeconômicos da condução da política comercial americana. "Portanto, esse cenário externo mais adverso corresponde a um desafio adicional para a atividade da indústria", diz o texto.

Nota

LULA DIZ QUE CONSIGNADO PRIVADO SERÁ ANUNCIADO HOJE EM ENVENTO NO PLANALTO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que comparecerá a um evento hoje para o lançamento de medida provisória que cria o novo consignado privado, conforme apurou o Estadão na semana passada. A declaração foi dada ontem, durante cerimônia de expansão da produção de aço em Minas Gerais. "Amanhã, temos um grande evento em Brasília", declarou.

IBGE

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Após três meses de baixa, a produção da indústria brasileira apresentou variação nula na passagem de dezembro para janeiro, ou seja, não teve crescimento nem queda. O dado faz parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o setor teve alta de 1,4%, a oitava expansão seguida nesse tipo de comparação. No acumulado de 12 meses, houve expansão de 2,9%.

O resultado de janeiro deixa a indústria brasileira 1,3% acima do patamar pré-pandemia de covid-19, de fevereiro de 2020. No entanto, a produção do parque industrial brasileiro está 15,6% abaixo do ponto mais alto da série, alcançado em maio de 2011.

O índice de difusão mostra que 68,9% dos 789 produtos pesquisados apresentaram alta na produção na passagem de de-

zembro para janeiro.

A variação nula de janeiro interrompeu três meses de queda, quando a produção encolheu 1,2%, conforme os dados abaixo:

- Outubro: -0,2%
- Novembro: -0,7%
- Dezembro: -0,3%
- Janeiro: 0%

A última vez em que a produção da indústria nacional ficou quatro meses sem crescimento foi em 2015, de setembro a dezembro, acumulando 5,6% de recuo.

ESPALHAMENTO

Apesar da variação nula, o gerente da pesquisa, André Macedo, ressalta como positiva a interrupção do movimento de queda e o maior espalhamento dos resultados positivos.

Macedo se refere ao fato de que três das quatro grandes categorias econômicas mostraram avanço na produção:

- Bens de capital (máquinas e equipamentos): 1,5%
- Bens intermediários (utilizados para fabricar outros bens ou serviços): -1,4%
- Bens de consumo duráveis:

4,4%

• Bens de consumo semiduráveis e não duráveis: 3,1%

Além disso, 18 dos 25 ramos pesquisados ficaram no terreno de expansão. Entre os destaques, as principais contribuições positivas foram:

- Máquinas e equipamentos (6,9%)
- Veículos automotores, reboques e carrocerias (3%)
- Produtos de borracha e de material plástico (3,7%)
- Artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (9,3%)
- Farmacêuticos e farmacêuticos (4,8%)
- Produtos diversos (10%)
- Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (4,3%)
- Móveis (6,8%)
- Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (5%)
- Alimentícios (0,4%)

De acordo com André Macedo, essas atividades vêm de comportamento negativo no final de 2024, influenciadas, em grande medida, por férias coletivas neste período.

"Há um movimento de maior dinamismo para a produção de janeiro de 2025 por causa da volta à produção e que elimina a perda registrada em dezembro de 2024", explica.

INDÚSTRIAS EXTRATIVAS

Seis segmentos industriais apresentaram queda na produção. Nesse universo, se destaca a atividade de indústrias extrativas (-2,4%), que exerceu o principal impacto em janeiro e interrompeu dois meses seguidos de crescimento na produção.

O gerente do IBGE aponta que a atividade de indústrias extrativas foi influenciada pelo comportamento de seus dois principais itens: petróleo e minérios de ferro.

"Outro ponto importante, que deve ser considerado para explicarmos a queda deste mês, é o fato desse ramo industrial ter mostrado crescimento nos dois últimos meses de 2024. Na atividade de petróleo e gás, observam-se algumas paralisações em plataformas por conta de paradas programadas ou não", afirma.

Para IBGE, desaceleração da indústria tem relação com elevação dos juros

DANIELA AMORIM/AE

A perda de ritmo mostrada pelo setor industrial desde os últimos meses de 2024 tem relação importante com a política monetária restritiva, avaliou André Macedo, gerente da Pesquisa Industrial Mensal, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção industrial ficou estagnada (0,0%) em janeiro ante dezembro, após já ter recuado nos três meses anteriores: outubro (-0,2%), novembro (-0,7%) e dezembro (-0,3%).

"A gente entende que essa de-

saceleração tem relação importante com essa elevação de taxa de juros, essa política monetária mais restritiva. Isso afeta a concessão de crédito, encarece a concessão de crédito para o consumo das famílias", apontou Macedo.

Segundo o pesquisador, a atual desaceleração da indústria passa pelo menor consumo das famílias brasileiras, que ocorre tanto por um crédito mais caro quanto por uma redução de estímulos fiscais. "Tem alguma coisa de inflação. A inflação de alimentos também diminuiu a renda das famílias", disse ele. "O câmbio encarecendo o custo de pro-

dução é algo importante que está dentro também desse contexto de uma redução de ritmo da produção, que fica muito marcado no fim de 2024", acrescentou.

A indústria brasileira não completava quatro meses seguidos sem expansão desde o período que se estendeu de setembro a dezembro de 2015.

"Esses fatores que citamos para entender o movimento de perda de fôlego do setor industrial permanecem no contexto deste início de ano, fazem parte deste momento da economia e, de alguma forma, estão inseridos nesse contexto de menor rit-

mo para o setor industrial", afirmou Macedo.

Ele lembra que os aspectos negativos seguem presentes na economia e permanecem afetando o setor industrial, porém, a indústria de transformação mostrou um "crescimento importante" em janeiro, o que seria um sinal positivo.

A indústria de transformação registrou uma expansão de 1% em janeiro ante dezembro. A média global da indústria ficou estável em decorrência da influência negativa das indústrias extrativas, que recuaram 2,4% no período.

Indústria de transformação registra crescimento de 1% em janeiro ante dezembro

DANIELA AMORIM/AE

A indústria de transformação registrou uma expansão de 1% em janeiro ante dezembro. Já as indústrias extrativas recuaram 2,4%. Na média global, a produção industrial ficou estagnada (0,0%) em janeiro ante dezembro. Os dados são da Pesquisa

Industrial Mensal, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"A indústria de transformação vem com crescimento importante neste mês", avaliou André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE. "A transformação interrompe dois meses seguidos no campo negativo, novembro e

dezembro, as duas quedas de -1,1%, totalizando uma perda de 2,2% no período. O resultado deste mês, embora tenha uma magnitude importante, não repõe a perda dos dois últimos meses de 2024, mas tem uma sinalização positiva pelo fato de interromper esse quadro de queda mais intensa que a indús-

tria de transformação mostrou no final do ano passado", acrescentou Macedo.

Na comparação com janeiro de 2024, a produção da indústria de transformação cresceu 2,7% em janeiro de 2025, enquanto as extrativas encolheram 5,2%. Na média global, a indústria avançou 1,4% no período.

ENERGIA

Diretora da Aneel vota por redução tarifária para consumidores da Light

RENAN MONTEIRO/AE

A diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Ludimila Silva voltou no período da tarde desta terça-feira, para uma redução tarifária média de 5,76% para consumidores da Light. Na

classificação por grupos, o voto da diretora foi por um alívio de 2,08% para os consumidores em alta tensão e 7,19% para os consumidores em baixa tensão.

O tema foi debatido mais cedo e voltou à pauta após pedido de vista de Ludimila Silva. A no-

va tarifa vigorará a partir de 15 de março, no sábado, mas ainda não há entendimento entre os diretores sobre o percentual de reajuste.

O alívio na tarifa poderia chegar a 11,96%, em média. A diretoria foi unânime em avaliar que

há necessidade de diferimento tarifário desse porcentual.

Esse mecanismo permite adiar parte dos reajustes tarifários - inclusive a redução na tarifa - para evitar variações bruscas nas contas de luz dos consumidores. Há projeção preliminar de aumento em 9,94% em 2026.

O diretor e relator, Fernando Mosna, votou pela redução tarifária média de 0,63% em 2025, pensando em estabelecer uma espécie de "reserva tarifária" para o próximo ano.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

PESQUISA

'Ricos' e compras digitais elevam gastos com cartões

O relatório Hábitos de Consumo, focado no quarto trimestre do ano passado, revela crescimento de 8% nos gastos com cartões de crédito em relação a 2023. O estudo apresenta um balanço sobre o comportamento do consumidor no último trimestre do ano, na *Black Friday* e nas festas de fim de ano.

O crescimento foi impulsio-

nado pelo consumo do público de alta renda e pelas compras digitais, que tiveram aumento de 9% e 15%, respectivamente.

No segmento de serviços de estética e salões de cabeleireiros, o crescimento ficou em 17% na comparação com o resultado de 2023. Em seguida, vieram os setores de serviços e aplicativos de transportes

(+14%), bares e restaurantes (+13%) e higiene pessoal e cosméticos (+12%).

BLACK FRIDAY DIGITAL

Influenciadas pelas campanhas promocionais e pela natureza da *Black Friday*, foi possível destacar que os gastos com cartões de crédito no mês de novembro de 2024 foram comparativamente maiores em

canais digitais/*e-commerce*. Entre os segmentos, lojas de departamento (+1 ponto percentual), eletroeletrônicos (+1p.p.), turismo e viagens (+1p.p.) apresentaram ligeiro incremento na participação dos gastos em relação às médias do ano anterior. A pesquisa foi encomendada pela Elo, empresa de tecnologia de pagamentos do Brasi

15 ANOS DEPOIS

Lula: País acabou com indústria naval e reduziu venda de carros

GEOVANI BUCCI
E GIORDANNA NEVES/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que o País "acabou" com a indústria naval e diminuiu a venda de carros e habitação no período em que esteve fora da Presidência. A de-

claração foi dada há pouco durante cerimônia de expansão da produção de aço em Minas Gerais. "Quando eu cheguei em 2002, a indústria naval tinha três mil trabalhadores. Ela foi para 82", disse.

"Quando nós deixamos a Presidência da República em 2010,

esse País emplacava 3,6 milhões de carros por ano. Quando voltei, esse País só emplacava 1,6 milhão. Ou seja, 15 anos depois esse País emplacava metade dos carros", disse Lula. "Não houve possibilidade de essa indústria crescer mais."

Numa série de críticas aos go-

vernios anteriores após o impeachment de sua sucessora Dilma Rousseff (PT), o presidente também criticou a paralisação do programa Minha Casa, Minha Vida e a entrega de creches. "Mais de duas mil creches paralisadas. Num país que precisa de creches", disse.

EUA

Trump descarta recessão nos EUA e sinaliza flexibilização de tarifas

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, declarou que "não vê nenhuma recessão nos EUA" e que a economia norte-americana "vai bombar". Enquanto comprava um carro da Tesla em frente à Casa Branca, expressou otimismo quanto ao crescimento do país e destacou a queda nos preços de combustíveis e alimentos.

Sobre o Canadá, Trump afirmou: "Podemos recuar nas tarifas de 50% sobre o Canadá", acrescentando que "também posso desistir de dobrar as tarifas sobre aço e alumínio do Ca-

nadá". Ele sugeriu uma possível união entre os dois países, dizendo: "Se o Canadá virar nosso 51º estado, não terá tarifas". Trump também indicou que está "focado em reduzir tarifas sobre o Canadá no momento".

Em relação à Ucrânia, Trump se mostrou esperançoso por "um cessar-fogo permanente nos próximos dias". Ele revelou que planeja conversar com o presidente russo, Vladimir Putin, "ainda nesta semana", e que representantes dos EUA conversarão "com os russos entre hoje e amanhã sobre um acordo para acabar com a guerra na Ucrânia". No entanto, ressaltou que

"precisa de duas pessoas para dançar tango", destacando a importância da cooperação mútua para um acordo.

Sobre o mercado de ações, Trump minimizou as preocupações com a volatilidade, afirmando que "a queda nas bolsas não me preocupa, e algumas pessoas farão ótimos negócios". Elogiou Elon Musk e a Tesla, dizendo: "Musk está fazendo um ótimo trabalho com a Tesla e com o Doge Departamento de Eficiência Governamental". Trump ainda brincou sobre a compra do carro, afirmando: "Farei um bom negócio aqui. Amo Tesla! Espero que eu com-

prar um, impulsione as vendas", mas revelou que Musk não lhe deu desconto. "Não fiz questão de pedir. Afinal, eu sou o presidente."

Trump também criticou a União Europeia, afirmando que "a UE nos trata de maneira terrível", e reafirmou sua defesa das tarifas comerciais, dizendo: "Tivemos que implantá-las; países estão roubando nossos empregos".

Ele ainda mencionou encontros realizados no dia anterior com executivos de grandes empresas de tecnologia, como IBM, Dell e HP, mas não forneceu mais detalhes.

GERDAU

Alckmin diz que governo trabalhará para recomposição tarifária

TALITA NASCIMENTO/AE

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse ontem que o governo ira se empenhar para aprimorar o que chamou de "recomposição tarifária".

Alckmin se referia ao pedido da Gerdau por defesa econômica contra a importação de aço no País. Ele disse que a indústria do aço cresceu o dobro do PIB e que irá "crescer ainda mais". "Lula é um homem da indústria", disse.

Ele citou medidas como a "depreciação acelerada de máquinas", medida tributária que incentiva a troca de máquinas, bem como a criação da LCD (letra de crédito de desenvolvimento), como incentivos ao setor.

O vice-presidente participa de evento que marca a conclusão da ampliação da capacidade do laminador de bobinas da fábrica da Gerdau em Ouro Branco (MG). Segundo a companhia, a ampliação gerou mais de 2.500 empregos na região e conta com um investimento de R\$ 1,5 bilhão.

BUSCAR PROPOSTAS

Susep cria grupo de trabalho para regulamentar lei

MATHEUS PIOVESANA/AE

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) criou um grupo de trabalho para buscar propostas para a regulamentação da lei que permitirá a atuação de cooperativas e das associações de proteção patrimonial mutualista no mercado de seguros. A lei foi aprovada em janeiro deste

ano. O GT terá subgrupos dedicados às cooperativas, à proteção patrimonial mutualista e ao regime sancionador.

Os trabalhos envolverão sete coordenadores-gerais da autarquia, além de servidores. Será um grupo de trabalho interno, mas que interagirá com o mercado quando necessário. O trabalho tem prazo de um ano.

PETROBRAS

Ibama aprova plano de limpeza de sonda

RENAN MONTEIRO

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) confirmou ontem, em nota, a aprovação do plano de limpeza de sonda da Petrobras. O órgão explicou que se trata de uma etapa de rotina no setor, sem "qualquer deliberação conclusiva" sobre o licenciamento na Margem Equatorial.

"Como se trata limpeza de manejo de espécie exótica, é necessário que seja autorizado pelo Ibama. Esclarecemos que essa etapa não representa qualquer deliberação conclusiva quanto à concessão ou não da licença ambiental para a realização da atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59", frisou o Instituto.

BELO MONTE

Dino quer a participação de indígenas em ganhos

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta terça-feira que as comunidades indígenas afetadas pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, localizada no Pará, tenham participação nos lucros da usina. Conforme a liminar, as comunidades deverão receber 100% do valor que é repassado pela concessionária à União. Dino também deu prazo de 24 meses para o Congresso aprovar uma lei específica para tratar do assunto.

A decisão do ministro foi motivada por uma ação protocolada pela Associação Yudjá Miratu da Volta Grande do Xingu. A entidade alegou ao STF que o Congresso está em omissão legislativa ao deixar de aprovar a regulamentação dos dispositivos constitucionais que garantem participação das comunidades no resultado da exploração de recursos hídricos e riquezas minerais que estão em terras indígenas. As comunidades relataram os problemas enfrentados com a construção da usina de Belo Monte nas terras indígenas Paquichamba, Arara da Volta

Grande do Xingu e Trinchira Bacajá.

Entre os impactos listados estão:

- Diminuição da vazão do Rio Xingú;
- Prejuízo à pesca e à navegabilidade;
- Mortandade de peixes;
- Perda de potabilidade da água;
- Excesso de partículas em suspensão na água;
- Diminuição da caça.

NEGAÇÃO DE DIREITOS

Ao analisar os argumentos apresentados, o ministro Flávio Dino entendeu que as comunidades têm direito à participação nos resultados do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte.

Segundo o ministro, a usina começou a operar em 2015 e agravou o modo de vida dos indígenas da região.

"A mora deliberativa é indiscutível, decorridos quase 37 anos da promulgação da Constituição. Nesse largo período, enquanto riquezas foram legal ou ilegalmente exploradas em seus territórios, sobraram aos indígenas negação de direitos, pobreza, violência, drogadição e alcoolismo", afirmou Dino.

ESTUDO NACIONAL

Governo mapeia projetos de mobilidade em 21 regiões metropolitanas

DOUGLAS CORREA/ABRASIL

Nas 21 maiores regiões metropolitanas brasileiras, 400 projetos para modais de transporte público de média e alta capacidade precisarão de mais de R\$ 600 bilhões. O dado é considerado preliminar e faz parte do terceiro boletim do Estudo Nacional de Mobilidade Urbana (ENMU), divulgado nesta terça-feira pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Ministério das Cidades. Entre os transportes de média e alta capacidade estão trens, metrô, veículos leves sobre trilhos (VLT) e bus rapid transit (BRT).

O objetivo do estudo, que tem uma perspectiva de longo prazo, é ajudar a elaborar a Estratégia Nacional de Mobilidade Urbana, para promover a parceria da União com as regiões metropolitanas e viabilizar projetos, além de impulsionar investimentos em mobilidade urbana nas cidades. As propostas mapeadas farão parte do primeiro banco de projetos de transporte coletivo de média ou alta capacidades (TPC-MAC) do País. O banco

deverá ser composto por dezenas de projetos, identificados como prioritários para essas 21 regiões metropolitanas.

Com 40% do levantamento concluído, os órgãos destacam que o total de R\$ 600 bilhões mapeado é muito superior ao déficit de R\$ 300 bilhões em investimentos necessários para o setor, estimado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2023.

A diretora de Infraestrutura e Mudança Climática do BNDES, Luciana Costa disse que "quando concluirmos esse estudo, teremos um mapa que vai orientar nossas cidades na direção de um futuro mais verde e sustentável", avaliou. Luciana explicou, ainda, que a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros é uma prioridade do governo federal:

"Reduzir o tempo que as pessoas levam para ir e voltar ao trabalho, longe da família, é um dos maiores desafios de nossas cidades. Essa melhoria no ambiente urbano também deve trazer melhorias ao meio ambiente como um todo, com a redução das emissões de gases do efeito estufa", esclareceu a diretora.

Os consultores contratados para o projeto fazem a análise crítica das propostas levantadas e avaliam se os investimentos são compatíveis com a demanda esperada para os próximos 30 anos, além de identificar casos de sobreposição ou desatualização dos projetos.

"Investir no planejamento das cidades e em soluções adequadas para a realidade de cada local é essencial para assegurar qualidade de vida aos brasileiros. O compromisso do Ministério das Cidades com mobilidade urbana é tornar as cidades mais inteligentes, com corredores exclusivos e transporte público com menos emissões de poluentes. O retorno é a redução do tempo e conforto no deslocamento das pessoas", afirmou o ministro das Cidades, Jader Filho.

RESULTADO FINAL

Entre abril e junho, devem ser concluídas as análises para as 21 regiões metropolitanas. O resultado final, incluindo informações detalhadas sobre os projetos e a metodologia de priorização, será conhecido até dezembro.

CADEIA NELA

STF marca julgamento de Carla Zambelli por porte ilegal de arma

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para 21 de março o início do julgamento virtual que pode condenar a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo.

Em agosto de 2023, Zambelli virou ré no Supremo pelo episódio em que ela sacou uma arma de fogo e perseguiu o jornalista Luan Araújo, às vésperas do segundo turno das eleições de 2022. A perse-

guição começou após Zambelli e Luan trocarem provocações durante um ato político no bairro dos Jardins, em São Paulo.

O julgamento será realizado pelo plenário virtual da Corte, modalidade na qual os 11 ministros inserem os votos no sistema eletrônico e não há deliberação presencial. A sessão virtual está prevista para ser encerrada no dia 28 deste mês.

O processo foi liberado ontem para julgamento pelo relator, ministro Gilmar Mendes. A revisora da ação penal é a ministra Cármen Lúcia.

CORRUPÇÃO

STF torna réus suplente e deputados do PL

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) tornou réus ontem dois deputados federais e um suplente do Partido Liberal (PL) pelos crimes de corrupção passiva e organização criminosa. A Corte já tinha maioria pela aceitação da denúncia, e a votação foi concluída nesta terça.

Com a decisão, vão responder a processo no STF os parlamentares Josimar Maranhãozinho (PL-MA) e Pastor Gil (PL-MA), além do suplente Bosco Costa (PL-SE). Eles são acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de cobrar propina para a liberação de emendas parlamentares.

A votação ocorreu de forma virtual na Primeira Turma da Corte. A deliberação começou no dia 28 de fevereiro e foi finalizada ontem.

Além do relator, Cristiano Zanin, os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Flávio Dino e Luiz Fux votaram para transformar os acusados em réus.

De acordo com a PGR, entre janeiro e agosto de 2020, os acusados solicitaram vantagem indevida de R\$ 1,6 milhão para liberação de R\$ 6,6 milhões em emendas para o município de São José de Ribamar (MA).

Segundo Zanin, há "indícios suficientes" para o recebimento

da denúncia da procuradoria. Além disso, o ministro ponderou que, nesta fase processual, cabe ao Supremo apenas analisar o preenchimento das acusações formais da acusação.

"Não se exige, para este juízo de admissibilidade, prova completa do crime e de sua autoria, bastando a fundada suspeita quanto aos imputados e a prova da materialidade dos fatos. O recebimento da denúncia, pois, não implica julgamento antecipado nem conduz à conclusão sobre culpabilidade", escreveu Zanin.

DEFESAS

A defesa do deputado Josimar Maranhãozinho declarou ao Supremo que as acusações da PGR contra o parlamentar se "mostram frágeis e desfundamentadas".

Os advogados de Bosco Costa defenderam a rejeição da denúncia por falta de provas. A defesa afirmou ao Supremo que a acusação está baseada em "diálogos de terceiros e anotações manuscritas desconhecidas de Bosco".

A defesa de Pastor Gil defendeu a ilegalidade das provas obtidas na investigação por entender que o caso deveria ter iniciado no STF, e não na Justiça Federal do Maranhão. Os advogados também acrescentaram que a denúncia é baseada em "hipóteses e conjecturas".

CONGRESSO

Gleisi Hoffmann tem agenda de reuniões

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, se reuniu ontem com líderes de partidos da centro-esquerda no Congresso Nacional, de legendas da chamada base histórica dos governos petistas, como o PDT, PSB, PSOL, PV e PCdoB, além do próprio PT. Foi a primeira de uma série de reuniões que Gleisi fará após assumir o cargo.

Ontem à noite ocorreu um jantar com líderes de partidos de centro, na residência da ministra, em Brasília. As informações são da assessoria de Gleisi, que não deu detalhes sobre os participantes do encontro, mas ressaltou que o objetivo dessas reuniões é fazer uma primeira aproximação da ministra com os partidos, para debater uma dinâmica da relação entre a SRI e os líderes partidários.

Antes de tomar posse, Gleisi já havia se reunido com os líderes do governo no Congresso: o deputado federal José Guimarães (PT-CE), líder na Câmara; o senador Jaques Wagner (PT-

BA), líder no Senado; e o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder no Congresso Nacional.

Hoje, a ministra receberá, em agendas separadas, o presidente da Comissão Mista do Orçamento (CMO), deputado federal Júlio Arcoverde (PP-PI), e o relator do Orçamento, Ângelo Coronel (PSD-BA). Os horários não foram informados.

A prioridade do governo, no momento, é justamente a aprovação do Orçamento Geral da União de 2025, pendente desde o fim do ano passado. A última versão do relatório deve ser concluída no fim de semana, e a votação está prevista para ocorrer ao longo da semana que vem, de acordo com informações do próprio relator. A SRI é a pasta responsável pela articulação política do governo no Congresso Nacional e também no diálogo interfederativo com estados e municípios. Em discurso após tomar posse, Gleisi Hoffmann, que antes ocupava o cargo de presidente nacional do PT, afirmou que chegou ao governo para somar e disse que, por representar um governo de coalizão,

JULGAMENTOS

STF muda de posição e amplia o alcance do foro privilegiado

RAYSSA MOTTA/AE

Por 7 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal (STF) ampliou novamente o alcance do foro privilegiado. Os ministros reconheceram que autoridades mantêm a prerrogativa mesmo após deixarem os cargos. Na prática, o tribunal expande sua competência para julgar personalidades do mundo político. A maioria estava formada desde setembro, mas só agora a votação foi concluída.

É a segunda mudança de posicionamento da Corte sobre o tema. Em 2018, o STF restringiu o foro por prerrogativa de função. A decisão foi tomada para baixar o volume de ações criminais após o Mensalão. Desde então, inquéritos e processos criminais envolvendo autoridades como deputados e senadores só precisavam começar e terminar no STF se tivessem relação com o exercício do mandato. Agora, o tribunal recua e define que, quando se tratar de crimes funcionais, o foro deve ser mantido, mesmo após a saída do cargo.

Os ministros Gilmar Mendes, Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Kassio Nunes Marques formaram a maioria. Ficaram vencidos André Mendonça, Edson Fachin e Cármen Lúcia.

O julgamento foi concluído no plenário virtual do STF. O tema começou a ser analisado em março de 2024, mas o desfecho foi adiado por sucessivos pedidos de vista (mais tempo para análise) dos ministros.

O ministro Gilmar Mendes, relator do processo, pautou o debate. Ele argumentou que era preciso "recalibrar os contornos" do foro. O voto dele foi seguido pela maioria. Pelo entendimento, o foro privilegiado de um político ou autoridade fica mantido no STF se o crime tiver sido cometido durante o exercício da função, mesmo em caso de renúncia, não reeleição, cassação ou outra hipótese de perda do cargo.

A discussão ganhou tração em meio à transferência das investigações sobre o assassinato

da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes ao STF. O deputado Chiquinho Brazão, denunciado como mandante do crime, era vereador na época. O ministro Alexandre de Moraes, no entanto, argumentou que houve tentativas de obstrução do inquérito quando ele já tinha assento na Câmara dos Deputados, o que em sua avaliação justifica o deslocamento do caso ao Supremo.

A decisão também sepulta as tentativas do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de outros denunciados no inquérito de transferir a investigação para a primeira instância.

O pano de fundo do julgamento é um habeas corpus do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA). Ele é réu em uma ação penal na Justiça Federal do Distrito Federal por suspeita operar um esquema de rachadinha quando foi deputado. A defesa nega as acusações e alega que o processo deveria tramitar no Supremo, porque desde então ele exerce cargos com prerrogativa de foro.

Uma das zonas cinzentas envolvendo o alcance do foro era justamente o cenário dos "mandatos cruzados" - quando um deputado (estadual ou federal) ou senador troca de Casa Legislativa. Em 2021, a Segunda Turma manteve o foro do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no caso das "rachadinhas" na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), o que levou ao arquivamento da denúncia.

QUEM TEM DIREITO

Mesmo com a mudança em 2018, o escopo do foro privilegiado no Brasil é amplo em termos comparativos, sobretudo pela lista de autoridades que têm direito a ele - de políticos a embaixadores e magistrados de tribunais superiores. Países como Japão, Argentina e Estados Unidos não preveem um foro específico em função do cargo público, embora concedam imunidade ao presidente Em outros, como na França, a prerrogativa se estende apenas ao chefe do Executivo e aos ministros de Estado.

MINAS GERAIS

Ao lado de Zema, Lula defende relação republicana entre poderes

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem uma relação republicana com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, do partido Novo, que é de oposição, durante um evento em Ouro Branco (MG), para inaugurar a ampliação da capacidade de produção de aço da empresa Gerdau, a maior siderúrgica do país e uma das principais das Américas.

"Eu posso olhar na cara do governador Zema, como eu poderia olhar na cara do governador de qualquer estado do país. E dizer que, nunca antes na história do Brasil, teve um presidente da República que fizesse a quantidade de investimento que estamos fazendo no estado de Minas Gerais", afirmou Lula em discurso, citando também a convivência que teve em seus primeiros mandatos com o ex-governador Aécio Neves, que também era oposição política ao presidente.

"Eu não quero saber de que partido é o governador. Eu quero saber se ele é governador, ele foi votado, foi eleito e tem quase respeitoado. É assim que trato as pessoas. E, por isso, enquanto

eu for presidente, ele vai ser bem tratado e vai receber a maior quantidade de investimentos que Minas Gerais recebeu, com o PAC que nós fizemos, e o Zema ajudou a construir. Temos R\$ 147 bilhões destinados ao PAC em Minas Gerais", acrescentou Lula.

INDIRETAS

Mais cedo, Lula e Zema também estiveram em outro evento juntos, em Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte, na inauguração do Centro Stellantis de Desenvolvimento de Produto e Mobilidade Híbrida-flex. A Stellantis controla marcas como Fiat, Jeep, Citroën e Peugeot.

Nesta cerimônia, ambos trocaram indiretas em seus discursos. Zema destacou que reduziu o tamanho da sua equipe em relação a gestões anteriores, com 14 secretarias.

"Apesar de sermos o segundo estado mais populoso do Brasil, somos o que tem o menor número de secretarias: 14. Mas, para time ganhar campeonato, não precisa colocar 20, 30 jogadores em campo, não. Precisa é de 11 craques, que é o que temos aqui", afirmou o governador.

Último a discursar, Lula rebateu a declaração, já que o governo federal possui 38 ministérios.

"O importante não é discutir se você tem um ou 10, o importante é discutir a qualidade das pessoas que você tem, dos compromissos que as pessoas têm. É muito importante o diploma, mas eu quero pessoas que tenham antes de tudo sensibilidade no coração para entender a sociedade brasileira", disse o presidente, que em seguida questionou se o governador não lembrava da última vez que a economia brasileira havia crescido mais do que 3% ao ano.

INVESTIMENTOS NO AÇO

No evento da Gerdau, empresa brasileira com ampla presença internacional, foram inauguradas as obras de expansão da capacidade do laminador de bobinas a quente, máquina que conforma o aço em altas temperaturas, tornando-o mais flexível e moldável.

Segundo a companhia, a ampliação da capacidade do laminador de bobinas gerou mais de 2,5 mil empregos na região e conta com um investimento de R\$ 1,5 bilhão, parte de um plano de R\$ 6

bilhões destinado à modernização e ampliação das operações da Gerdau em Minas Gerais.

"Para vocês terem uma ideia do que significa essa produção, esse volume permite a construção de 125 mil tratores ou 250 mil automóveis a cada ano. Esse investimento de R\$ 1,5 bilhão proporcionou 2,5 mil postos de trabalho e faz parte de um conjunto de R\$ 6 bilhões que estamos investindo nesse momento no Brasil", afirmou o CEO da Gerdau, Gustavo Werneck.

A usina em Ouro Branco responde por 12% da produção total de aço do Brasil, e é a maior planta industrial Gerdau no mundo. A Gerdau é a maior produtora de aços longos do Hemisfério Ocidental.

"A Gerdau tem sido uma peça extremamente importante no desenvolvimento de Minas Gerais. Desde o início do meu governo, em 2019, a empresa já investiu aqui mais de R\$ 6 bilhões, fazendo com que tenhamos cada vez uma capacidade maior de produção, e também qualidade, atingindo mercados que antes não eram possíveis", disse o governador Romeu Zema, em seu discurso.

CASO PALOCCI

PGR vê prova 'robusta' e recorre da decisão de Toffoli

RAYSSA MOTTA/AE

A Procuradoria-Geral da República (PGR) entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar reverter a decisão do ministro Dias Toffoli que derrubou todos os processos e investigações contra o ex-ministro Antônio Palocci (Governos Lula e Dilma) na Operação Lava Jato.

O procurador-geral Paulo Gonet pede que o ministro reconsidere a própria decisão ou envie o processo para julgamento no plenário do STF.

Gonet afirma que o Palocci busca escapar da "responsabilidade penal sem amparo em fundamento jurídico idôneo".

"A vinculação de Antônio Palocci Filho à Operação Lava

Jato aparenta ter ocorrido de forma legítima, sustentada em elementos concretos que emergiram no curso natural das apurações e com esteio em provas subsistentes até o atual momento", afirma o PGR no recurso.

O procurador-geral também defende que as provas contra o ex-ministro foram obtidas "a partir de múltiplas fontes e em diferentes instâncias" e que seus argumentos não encontram "suporte probatório, configurando mero inconformismo com o regular prosseguimento da persecução penal".

"O pleito formulado não se sustenta em vícios processuais concretos ou na ausência de justa causa, mas na pretensão de se desvincular de um acervo pro-

batório autônomo, válido e robusto, cuja existência, em parte, foi por ele próprio reconhecida em sua colaboração premiada."

Réu confesso, Antônio Palocci fechou acordo de colaboração premiada e delatou propinas de R\$ 333,59 milhões supostamente arrecadadas e repassadas por empresas, bancos e indústrias a políticos e diferentes partidos nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2002-2014).

Toffoli estendeu a Palocci decisões que beneficiaram o presidente Lula, os empresários Marcelo Odebrecht Raul Schmidt Felipe Júnior e Léo Pinheiro e o ex-governador paranaense Beto Richa (PSDB).

O procurador-geral argu-

tuções são diferentes e, por isso, a decisão que beneficiou o presidente não poderia ter sido estendida ao empresário. Gonet defende que a defesa apresenta seus argumentos e recursos nos respectivos processos. Caso contrário, na avaliação do PGR, o ministro estaria se sobrepondo aos juizes de primeira instância.

Foi decretada a "nulidade absoluta de todos os atos praticados" contra o ex-ministro nas investigações e ações da Lava Jato, inclusive na fase pré-processual.

O ministro afirmou que o "método" usado pelo ex-juiz Sérgio Moro e pelos procuradores da força-tarefa de Curitiba prejudicaram Palocci. "Fica clara a mistura da função de acusação com a de julgar, correndo-se as bases do processo penal democrático."

A decisão de Toffoli não afeta o acordo de delação, que continua válido, segundo o próprio ministro. A multa imposta a Antônio Palocci na colaboração premiada foi de R\$ 37,5 milhões.



MRS Logística S.A.
 CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
 Sociedade Anônima de Capital Aberto
 Registro CVM 01794-9



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2024

DESTAQUES 2024

Destaque Financeiro e Operacionais	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Volume Transportado (TU milhares)	47.391	53.638	-11,6%	55.020	-13,9%	202.525	197.486	2,6%
Receita Líquida de Serviços (R\$ MM)	1.614,2	1.793,4	-10,0%	1.916,7	-15,8%	7.024,9	6.449,1	8,9%
EBITDA (R\$ MM)	746,5	896,0	-16,7%	978,5	-23,7%	3.559,9	3.429,3	3,8%
Margem EBITDA (%)	46,2%	50,0%	-3,8pp	51,1%	-4,9pp	50,7%	53,2%	-2,5pp
Lucro Líquido (R\$ MM)	285,8	294,5	-3,0%	459,1	-37,8%	1.415,5	1.200,1	17,9%
Dívida Bruta (R\$ MM)	8.763,8	6.846,7	28,0%	6.118,4	43,2%	8.763,8	6.846,7	28,0%
Dívida Líquida (R\$ MM)	4.616,4	3.458,7	33,5%	3.916,0	17,9%	4.616,4	3.458,7	33,5%
Dívida Líquida/EBITDA ¹ (x)	1,3	1,0	0,3	1,1	0,2	1,3	1,0	0,3
Investimentos (R\$ MM)	931,1	685,2	35,9%	741,6	25,6%	2.864,5	1.807,1	58,5%

¹ EBITDA acumulado nos últimos 12 meses
 A MRS segue dedicada à execução de seu programa de investimentos com projetos para a modernização de seus ativos, o compromisso com os projetos do contrato de concessão e com a sustentabilidade do negócio, investindo na confiabilidade de seus ativos (via permanente, infraestrutura, locomotivas e vagões). A Companhia destaca a renovação da frota, com a aquisição de 13 locomotivas e 561 vagões e, encerra o ano de 2024 com investimento total de R\$ 2,9 bilhões. Do ponto de vista operacional, a Companhia transportou o maior volume total de sua história, alcançando a marca de 202,5 Mt, com crescimento tanto na Mineração quanto na Carga Geral. Como parte do contínuo foco de eficiência financeira, a MRS realizou a 12ª emissão de debêntures no montante de R\$ 2,5 bilhões, em 3 séries, com vencimentos em 10, 12 e 15 anos, com prêmios sobre o IPCA. A Companhia finaliza o ano com uma posição de caixa de R\$ 4,2 bilhões e dívida líquida de R\$ 4,6 bilhões, registrando um índice de 1,3x na relação dívida líquida sobre EBITDA, em linha com o nível reportado no trimestre anterior e doze meses atrás. A Agenda de Sustentabilidade continuou avançando em 2024, a MRS construiu seu plano de compromissos de longo prazo, cujas metas públicas serão apresentadas no Relatório de Sustentabilidade, mantendo a transparência sobre as principais iniciativas ESG da Companhia. Ainda sobre as divulgações, como avanço na governança de temas relevantes para a MRS, foram publicadas a Política de Direitos Humanos e a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão. O resultado das realizações é espelhado em mais um ano de crescimento sustentável nas receitas, margens operacionais e lucro. A Receita Operacional Líquida de Serviços e o EBITDA encerram com R\$ 7,0 bilhões e R\$ 3,7 bilhões, respectivamente, aumento de 8,9% e 3,8%, contra os valores registrados em 2023. E a margem EBITDA ficou em 50,7%. O Lucro Líquido atingiu a marca de R\$ 1,4 bilhão em 2024, registrando trajetória crescente na história da Companhia.

DESEMPENHO COMERCIAL OPERACIONAL

A MRS Logística atua, principalmente, no transporte de insumos e produtos relacionados à indústria siderúrgica, tais como minério de ferro, carvão e coque, tanto para atendimento ao mercado interno quanto para exportação, e no transporte de Carga Geral própria e de outras ferrovias, que engloba as *commodities* agrícolas, os produtos siderúrgicos, os contêineres, a celulose, entre outros, em uma malha ferroviária de 1.643 km, nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, região que concentra cerca de metade do PIB brasileiro. Em 2024, o volume total transportado pela Companhia foi de 202,5 Mt, apresentando o melhor resultado de sua história, com aumento de 2,6% em comparação ao ano de 2023. Ao analisarmos o 4T24 frente ao 4T23, o volume foi -11,6% inferior, principalmente, pela queda no transporte de minério. O segmento de Mineração manteve o mesmo ritmo de 2023, atingindo 123,9 Mt transportados e o segmento de transporte de Carga Geral apresentou, em mais um ano, melhor performance e novo recorde em volume, encerrando o ano de 2024 com 78,4 Mt, superior em 4,4% em comparação ao ano de 2023. O 4T24 apresentou aumento de 1,4% frente ao 4T23 e redução de -5,3% frente ao 3T24.

Volume Transportado TU Milhares	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Mineração	27.563	34.094	-19,2%	34.077	-19,1%	123.857	122.120	1,4%
Minério de Ferro	26.953	33.486	-19,5%	33.448	-19,4%	121.540	119.951	1,3%
Exportação	23.993	30.087	-20,3%	30.144	-20,4%	109.112	106.881	2,1%
Mercado Interno	2.960	3.399	-12,9%	3.304	-10,4%	12.427	13.070	-4,9%
Carvão e Coque	610	608	0,3%	629	-3,1%	2.317	2.170	6,8%

Carga Geral	19.764	19.483	1,4%	20.876	-5,3%	78.443	75.146	4,4%
Produtos Agrícolas	12.101	12.786	-5,4%	13.600	-11,0%	50.407	50.154	0,5%
Produtos Siderúrgicos	1.758	1.765	-0,4%	1.810	-2,9%	7.131	6.636	7,5%
Celulose	2.125	1.455	46,1%	1.731	22,8%	6.813	5.591	21,9%
Contêineres	648	619	4,6%	669	-3,1%	2.576	2.222	15,9%
Construção Civil	664	581	14,3%	767	-13,5%	2.653	2.308	15,0%
Outros	2.469	2.278	8,4%	2.299	7,4%	8.863	8.236	7,6%
Volume Faturado¹	47.327	53.578	-11,7%	54.952	-13,9%	202.300	197.266	2,6%
Carga Não Remunerada	64	60	6,0%	68	-6,0%	225	219	2,5%
Volume Total Transportado	47.391	53.638	-11,6%	55.020	-13,9%	202.525	197.486	2,6%

¹ Exclui Carga não remunerada

Resultados Trimestrais- Volume Total Transportado em milhões de TU



O mix transportado manteve-se em linha com ano 2023, sendo 61,2% de participação do grupo Mineração e 38,8% do grupo de Carga Geral, conforme detalhado a seguir:

Mix Transportado



¹ Inclui carga de outras ferrovias e o volume interno (não remunerado)

Mineração: O transporte de minério de ferro, carvão e coque em 2024 foi superior em 1,4% quando comparado ao ano de 2023, beneficiado, principalmente, pelo maior volume de minério exportação e de carvão e coque, conforme explicações a seguir.

Volume Transportado TU Milhares	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Mineração	27.563	34.094	-19,2%	34.077	-19,1%	123.857	122.120	1,4%
Minério de Ferro	26.953	33.486	-19,5%	33.448	-19,4%	121.540	119.951	1,3%
Exportação	23.993	30.087	-20,3%	30.144	-20,4%	109.112	106.881	2,1%
Mercado Interno (A)	2.960	3.399	-12,9%	3.304	-10,4%	12.427	13.070	-4,9%
Carvão e Coque (B)	610	608	0,3%	629	-3,1%	2.317	2.170	6,8%
Mercado Interno + Carvão e Coque = (A+B)	3.570	4.007	-10,9%	3.933	-9,2%	14.744	15.239	-3,2%

MINÉRIO DE FERRO | EXPORTAÇÃO

O volume de carga de minério de ferro destinado à exportação, em 2024, totalizou 109,1 Mt, que representa 88,1% do volume transportado pelo grupo Mineração e ainda, 53,9% do volume total transportado pela MRS, com crescimento de 2,1% quando comparado com ano de 2023, como resultado do bom desempenho no primeiro semestre para os principais clientes. Ao analisarmos a performance do 4T24 em comparação ao 4T23, verifica-se retração de -20,3% reflexo do cenário desfavorável de mercado internacional de mineração, em conjunto com a queda de preço do minério e aumento das penalidades relacionadas à qualidade (aplicadas sobre os percentuais de sílica e alumina).

MERCADO INTERNO | MINÉRIO, CARVÃO E COQUE

O transporte de minério de ferro, carvão e coque no mercado interno, totalizou em 2024 o volume de 14,7 Mt, com uma redução de -3,2% em comparação com o ano de 2023. Este resultado é decorrente, principalmente, por paradas de produção nas usinas dos principais clientes da MRS, devido a manutenções corretivas no processo de produção de minério, além dos impactos no processo de descarga. Carga Geral: O transporte de Carga Geral, realizado pela MRS e outras ferrovias por meio do direito de passagem remunerado, engloba as *commodities* agrícolas, produtos siderúrgicos, celulose, entre outros. O resultado do ano de 2024 foi o melhor da história da MRS, totalizando o recorde de transporte de 78,4 Mt, que representa aumento de 4,4% comparado ao ano de 2023.

Volume Transportado TU Milhares	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Carga Geral	19.764	19.483	1,4%	20.876	-5,3%	78.443	75.146	4,4%
Produtos Agrícolas	12.101	12.786	-5,4%	13.600	-11,0%	50.407	50.154	0,5%
Produtos Siderúrgicos	1.758	1.765	-0,4%	1.810	-2,9%	7.131	6.636	7,5%
Celulose	2.125	1.455	46,1%	1.731	22,8%	6.813	5.591	21,9%
Contêineres	648	619	4,6%	669	-3,1%	2.576	2.222	15,9%
Construção Civil	664	581	14,3%	767	-13,5%	2.653	2.308	15,0%
Outros ¹	2.469	2.278	8,4%	2.299	7,4%	8.863	8.236	7,6%

¹ Exclui Carga não remunerada

Produtos Agrícolas	Volume Transportado TU Milhares	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Produtos Agrícolas	12.101	12.786	-5,4%	13.600	-11,0%	50.407	50.154	0,5%	
Soja	22	1.089	-98,0%	1.422	-98,4%	16.196	17.722	-8,6%	
Farelo de Soja	1.868	1.671	11,8%	1.912	-2,3%	7.434	7.024	5,8%	
Acúcar	3.239	3.305	-2,0%	3.805	-14,9%	12.543	10.948	14,6%	
Milho	6.971	6.720	3,7%	6.461	7,9%	14.233	14.460	-1,6%	

Os produtos agrícolas transportados pela MRS são: soja, farelo de soja, açúcar e milho e representaram 64,1% do segmento de Carga Geral.

No encerramento de 2024, as *commodities* de açúcar e farelo de soja apresentaram aumento quando comparado ao ano anterior, de 14,6% e 5,8%, respectivamente. O farelo de soja apresentou ainda um aumento de 11,8% no 4T24 frente ao 4T23, enquanto o açúcar reduziu em 2,0% quando comparado ao 4T23, reflexo do período de chuvas que impacta diretamente na performance de descargas. O volume total do transporte de produtos agrícolas apresentou redução de 5,4%, na comparação entre 4T24 e 4T23, impactado, principalmente, pelo baixo valor da soja praticado no início da safra de 2024, que gerou retração no mercado, levando os produtores a estocarem maior volume do produto, até o momento da valorização.

Produtos Siderúrgicos

Volume Transportado TU Milhares	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Produtos Siderúrgicos	1.758	1.765	-0,4%	1.810	-2,9%	7.131	6.636	7,5%

O segmento de produtos siderúrgicos que contempla o transporte de produtos *outbound* (destinado aos clientes das siderúrgicas), *inbound* (destinado às próprias siderúrgicas) e aço semiacabado (placas) finalizou o ano de 2024 com transporte de 7,1 Mt, um aumento de 7,5% frente ao ano anterior. O crescimento em 2024 ocorreu, principalmente, pelo aumento de 75,6% dos transportes de produtos *inbound* devido ao aumento de *share* em rotas de mercado interno com novos terminais e melhorias operacionais, e ainda aumento de 52,5% em relação aos transportes de aço semiacabado por meio da captação da MRS para atendimento de oportunidades de importação.

Celulose

Volume Transportado TU Milhares	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Celulose	2.125	1.455	46,1%	1.731	22,8%	6.813	5.591	21,9%

O transporte de celulose finalizou o ano de 2024 com volume total de 6,8 Mt, aumento de 21,9% frente ao ano anterior, reflexo da maturidade do transporte de um dos principais clientes desse segmento, além da melhor performance operacional.

Contêineres

Volume Transportado TU Milhares	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Contêineres	648	619	4,6%	669	-3,1%	2.576	2.222	15,9%

O segmento de transporte de contêineres finalizou o ano de 2024 registrando o recorde histórico desse segmento com volume de 2,6 Mt, que representa uma evolução de 15,9% frente ao ano de 2023, beneficiado, principalmente, pelo transporte de carga própria, que apresentou aumento de 16,7% frente ao ano anterior. Para o transporte de carga própria, as rotas com maior representatividade são Santos x Jundiá, com 34,4% e Santos x Vale do Paraíba com 24,1%. Comparando com ano anterior, houve crescimento de 84,3% na rota de Rio de Janeiro x São Paulo e de 60,3% na rota Rio de Janeiro x Belo Horizonte. No transporte de carga própria da MRS, o 4T24 apresentou aumento de 11,1% em comparação ao 4T23, devido, principalmente, aos aumentos de volumes com entrada de novos clientes e aumento de *share* de clientes atuais.

Construção Civil

Volume Transportado TU Milhares	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Construção Civil	664	581	14,3%	767	-13,5%	2.653	2.308	15,0%

O segmento de transporte de construção civil apresentou um crescimento de 15,0% quando comparado ao ano de 2023, advindo do aumento de 16,0% do volume transportado de areia com entrada de um novo cliente, além do crescimento de 19,6% do volume de cimento ensacado de um dos principais clientes desse segmento com a entrada de novos terminais.

Outras Cargas

Volume Transportado TU Milhares	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Outros ¹	2.532	2.338	8,3%	2.367	7,0%	9.088	8.455	7,5%

¹ Inclui carga não remunerada

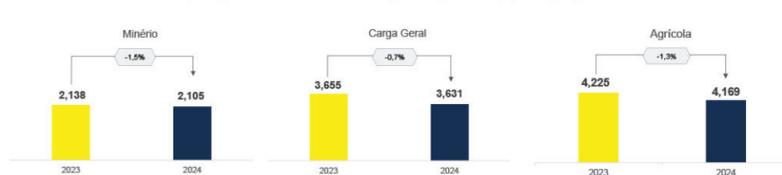
O transporte de outras cargas inclui cargas próprias, que abrangem os seguintes produtos: ferro gusa, carvão mineral energético, calcário para siderurgia, bauxita e "cargas de outras ferrovias" que incorporam: enxofre, adubos e fertilizantes, dentre outros. O segmento de outras cargas registrou um volume transportado de 9,1 Mt, apresentando crescimento de 7,5% frente ao ano de 2023 e um aumento de 8,3% quando comparado o 4T24 com 4T23. No que diz respeito às cargas próprias, houve crescimento de 5,6% em relação ao ano de 2023, destacado pelos transportes de ferro gusa tanto para exportação quanto para consumo interno, que cresceram respectivamente, 7,5% e 53,8%, comparado com ano anterior, considerando o cenário macroeconômico favorável. Além disso, vale destacar também o aumento de 47,5% no volume de calcário captado por negociações comerciais favoráveis que possibilitaram o aumento de produção com melhorias de performance.

O volume de outras cargas transportado por outras ferrovias na Malha da MRS, remunerado pelo direito de passagem, apresentou aumento de 9,1% no comparativo de 2024 com 2023, beneficiado pelo crescimento de 30,2% no volume de fosfatos, 11,3% nos volumes de produtos químicos, e ainda, aumento de 68,9% nos transportes de uréia.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A sustentabilidade ambiental e a eficiência ecológica fazem parte dos principais compromissos da MRS. Nesse sentido, o indicador de Eficiência Energética proporciona à Companhia o caminho para atingir uma parte desses compromissos. A gestão do tema é feita de modo diário, por meio da medição da quantidade de litros de óleo diesel consumidos no transporte de 1.000 toneladas brutas em um quilômetro (litros por mil TKB). As estratificações de Eficiência Energética são realizadas por meio da separação dos agrupamentos de carga em três classes, considerando a particularidade do modelo de transporte: Minério, Carga Geral e Agrícolas. Juntas, as três classes, representam 99,8% de todo o transporte de tonelada bruta da Companhia, sendo o restante proveniente da classe denominada como Serviços, que envolvem atividades internas de atendimento não remunerado. A MRS encerrou o ano com recorde histórico anual de carga própria transportada (147MMT) e o resultado apresentado pelo índice de Eficiência Energética foi de 2,474 L/KTKB, superando o objetivo proposto para o ano, representando uma economia de cerca de 2 milhões de litros de óleo diesel. O resultado da carga do segmento de minério foi de 2,105 L/KTKB, representando uma melhora de -1,5% em relação ao ano de 2023. Já para os segmentos de Carga Geral e Agrícolas, os índices, também, apresentaram ganhos em relação ao ano anterior de -0,7% e -1,3%, respectivamente, com resultados de 3,631 L/KTKB para Carga Geral e 4,169 L/KTKB para Agrícola.

Comparação da Eficiência Energética (L/KTKB) por Agrupamento



Os principais fatores que contribuíram para a performance do consumo de óleo diesel em 2024, foram os seguintes:

- I. Minério:**
 - Reestruturação do modelo de circulação de trens no principal "corredor" de escoamento de minério de ferro por meio de estratégias relacionadas a dinâmica dos trens e a característica do trecho em questão;
 - Otimização de procedimentos operacionais de condução de trens em trechos em que o perfil favorece a circulação da composição permitindo a manutenção do desempenho com menor utilização de pontos de aceleração;
 - Adaptação do modelo de condução de trens nos trechos que estão passando pelo processo de renovação completa da malha de modo a reduzir o impacto do consumo de óleo diesel administrando a melhor performance do tempo de circulação;
 - Gestão de paradas e restrições de velocidade de trens em trechos críticos desfavoráveis à Eficiência Energética;
 - Redução de consumo de óleo diesel por meio de isolamento/desligamento de locomotivas comandadas em pontos em que o perfil do trecho permite que o trem mantenha sua velocidade somente com a tração da locomotiva do comando.
- II. Carga Geral:**
 - Reestruturação de modelos de formação de trens com foco em redução de quantidade de locomotivas necessárias para tração em desenhos de circulação específicos;
 - Iniciativas de produtividade voltadas para otimização de ativos de forma a aumentar a disponibilidade de locomotivas de melhor performance;
 - Gestão da alocação de locomotivas (cascateamento) de melhor desempenho em consumo de óleo diesel em atividades de maior produtividade.
- III. Agrícolas:**
 - Manutenção da estratégia de cascateamento prior



MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9



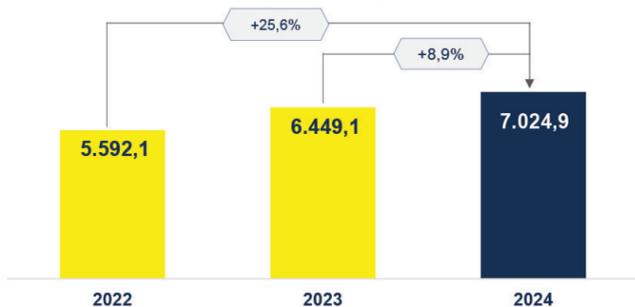
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Receita Bruta de Serviços (R\$ milhões)	1.726,7	1.899,4	-9,1%	2.041,8	-15,4%	7.484,6	6.873,0	8,9%
Receita Líquida de Serviços (R\$ milhões)	1.614,2	1.793,4	-10,0%	1.916,7	-15,8%	7.024,9	6.449,1	8,9%
Custos e Despesas (R\$ milhões)	(946,2)	(954,3)	-0,9%	(965,8)	-2,0%	(3.509,2)	(3.079,2)	14,0%
Outras Rec e Desp Operac (R\$ milhões)	78,5	57,0	37,8%	27,9	181,8%	44,2	59,4	-25,5%
EBITDA (R\$ milhões)	746,5	896,0	-16,7%	978,5	-23,7%	3.559,9	3.429,3	3,8%
Margem EBITDA (%)	46,2%	50,0%	-3,8pp	51,1%	-4,9pp	50,7%	53,2%	-2,5pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	285,8	294,5	-3,0%	459,1	-37,8%	1.415,5	1.200,1	17,9%
Dívida Líquida/EBITDA ¹ (x)	1,3	1,0	0,3	1,1	0,2	1,3	1,0	0,3
Tarifa Média Líquida (R\$/ton) ²	34,1	33,4	2,0%	34,8	-2,1%	34,7	32,7	6,3%

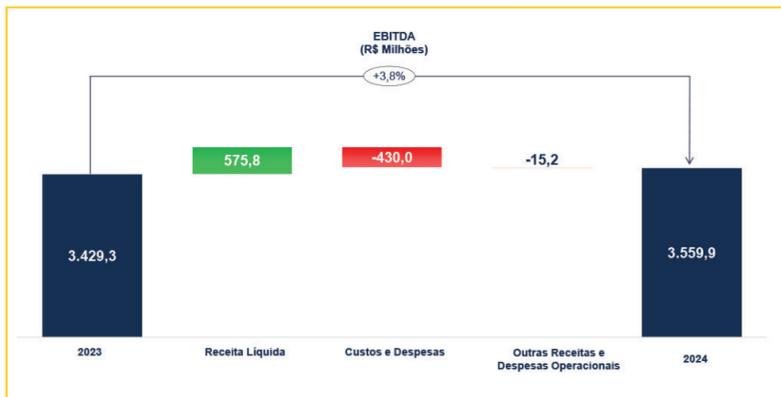
¹ EBITDA acumulado nos últimos 12 meses. O *covenant* foi detalhado no capítulo endividamento deste *release*. ² Considera volume total faturado.

Receita Líquida de Serviços: Incremento de R\$ 575,8 milhões, no ano de 2024, reflexo do crescimento no volume de transporte e da recomposição tarifária. Os recordes no transporte de Carga Geral e resiliência na Mineração sustentaram o crescimento do volume transportado. **Custos e Despesas:** aumento de R\$ 430,0 milhões (+14,0%) em 2024, em comparação ao verificado no 2023. Essa variação é decorrente, principalmente, do aumento dos gastos com mão de obra, do consumo de materiais e serviços para manutenção de ativos, além do reconhecimento de obrigações contratuais regulatórias. **Outras Receitas e Despesas Operacionais:** em comparação ao 2024 o resultado desse grupo trouxe impacto desfavorável de R\$ 15,2 milhões, oriundo, principalmente, do menor volume de receita com multas contratuais e receitas de indenização em 2024.

Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)



EBITDA: O EBITDA encerrou o ano de 2024 com aumento de 3,8% quando comparado a 2023, atingindo R\$ 3.559,9 milhões, com Margem EBITDA de 50,7%, redução de 2,5 p.p. em comparação ao ano anterior. A seguir, demonstramos a evolução do EBITDA de forma mais detalhada:



EBITDA (R\$ milhões)



A tabela, a seguir, demonstra a conciliação do EBITDA:

Conciliação do EBITDA (R\$ milhões)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Lucro Líquido	285,8	294,5	-3,0%	459,1	-37,8%	1.415,5	1.200,1	17,9%
(+) Tributos sobre o Lucro	90,7	114,8	-21,1%	198,9	-54,4%	632,2	577,4	9,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	100,6	250,3	-59,8%	66,0	52,4%	497,2	740,4	-32,9%
(+) Depreciação e Amortização	269,5	236,4	14,0%	254,5	5,9%	1.015,0	911,3	11,4%
(=) EBITDA	746,5	896,0	-16,7%	978,5	-23,7%	3.559,9	3.429,3	3,8%
(-) Depreciação Direito de Uso (contratos arrendamento)	(28,1)	(25,8)	9,0%	(22,8)	23,5%	(94,2) ¹	(92,0) ²	2,4%
(-) Encargos Financeiros AVP (contratos arrendamento)	(40,5)	(51,1)	-20,8%	(42,9)	-5,6%	(175,1) ¹	(214,2) ²	-18,3%
(=) EBITDA Recorrente	677,9	819,1	-17,2%	912,8	-25,7%	3.290,6	3.123,0	5,4%

¹ As informações detalhadas podem ser encontradas nas notas explicativas 14.2 e 32; ² Depreciação e Encargos 2023 com metodologia ajustada.

Lucro Líquido: A MRS encerrou o ano de 2024 com Lucro Líquido de R\$ 1.415,5 milhões, crescimento de 17,9%, equivalente a R\$ 215,4 milhões, quando comparado ao ano de 2023. Esta variação reflete, principalmente, o crescimento no volume de negócios e a boa *performance* operacional. Adicionalmente, esse resultado foi influenciado pela reversão de provisões que contava com correção monetária expressiva, gerando impacto favorável no Resultado Financeiro.

Lucro Líquido (R\$ milhões)

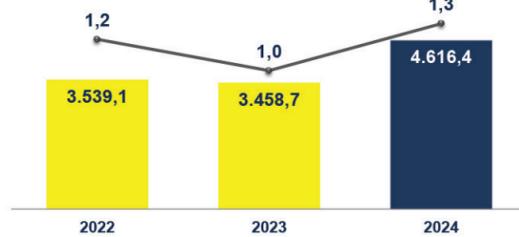


Dividendos - 2023: Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 26 de abril de 2024, foi aprovada a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2023. O montante total de dividendos aprovado sobre o resultado do exercício de 2023 foi de R\$ 285,0 milhões, representando um *payout* de 25% do lucro líquido, pagos em 20 de dezembro de 2024.

Endividamento

Em R\$ milhões	2024	2023	2024 x 2023	3T24	2024 x 3T24
(+) Dívida Bruta ¹	8.763,8	6.846,7	28,0%	6.118,4	43,2%
(-) Caixa e Aplicações Financeiras ²	4.147,4	3.388,1	22,4%	2.202,4	88,3%
(=) Dívida Líquida	4.616,4	3.458,7	33,5%	3.916,0	17,9%
EBITDA	3.559,9	3.429,3	3,8%	3.709,5 ³	-4,0%
Dívida Líquida/EBITDA (x)	1,3	1,0	0,3	1,1	0,2

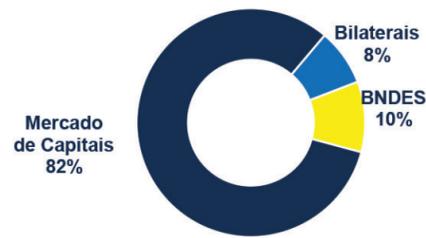
¹ A diferença em relação à soma das linhas de Empréstimos e financiamentos (Balanço) corresponde aos custos de transação e aos instrumentos financeiros derivativos; ² Inclui Caixa Restrito; ³ EBITDA acumulado 12 meses. A Dívida Bruta da Companhia encerrou, o ano de 2024, com saldo de R\$ 8.763,8 milhões, aumento de R\$ 1.917,0 milhões quando comparado ao ano de 2023. Este aumento foi decorrente, principalmente, da 12ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 2,5 bilhões. A captação foi distribuída em 3 séries: (i) R\$ 500 milhões na 1ª Série, remuneração IPCA+6,5251%, vencimento em 10 anos; (ii) R\$ 1,0 bilhão na 2ª Série, remuneração IPCA+6,5514%, vencimento em 12 anos; e (iii) R\$ 1,0 bilhão na 3ª Série, remuneração IPCA+6,5796%, vencimento em 15 anos. Em 2024, o saldo de dívida líquida alcançou R\$ 4.616,4 milhões *versus* R\$ 3.458,7 milhões em 2023. Esse acréscimo refere-se às movimentações de amortizações de financiamentos e novas captações. O índice de alavancagem financeira medido pela relação dívida líquida/EBITDA foi de 1,3x em 31 de dezembro de 2024 *versus* 1,0x em 31 de dezembro de 2023.



— Dívida Líquida (R\$ milhões) — Dívida Líquida/EBITDA (x)

No encerramento de 2024, a maior parte da dívida estava indexada ao CDI, com a importante participação dos instrumentos classificados como Mercado de Capitais (Debêntures e Notas Promissórias), além das demais linhas, classificadas como bilaterais e com o BNDES.

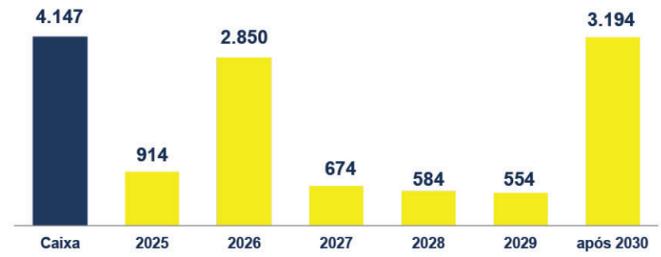
Composição da Dívida



CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e ajustes de *swap* da dívida em 31 de dezembro de 2024. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, que apresenta os vencimentos do principal. O prazo médio do endividamento da MRS em dezembro de 2024 foi de 7,9 anos, representando um alongamento do perfil da dívida do grupo em relação a dezembro de 2023, que foi de 6,7 anos.

Caixa¹ e Cronograma da Dívida² (Em milhões de R\$)



¹ Inclui Caixa Restrito

² Inclui amortização de principal, ajustes de derivativos (ex. NDF) e juros provisionados

Rating

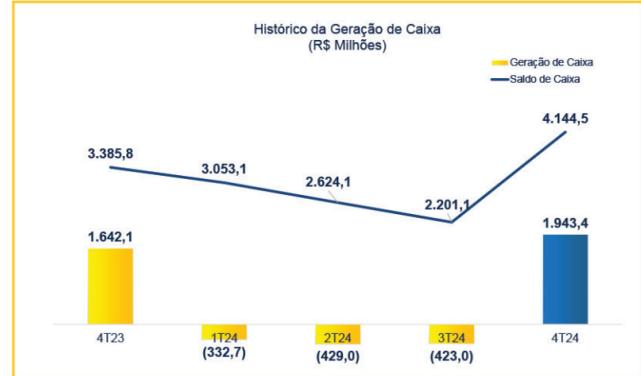
Agência	Escala Local	Perspectiva	Escala Global	Perspectiva
Standard & Poor's	AAA	Estável	BB	Estável
Fitch	AAA	Estável	BB+	Estável

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Companhia encerra o 4T24 com saldo de caixa de R\$ 4.145 milhões, contra R\$ 3.386 milhões no 4T23, mantendo bom patamar de liquidez. Esta variação positiva contra o mesmo período do ano passado foi influenciada, principalmente, pela 12ª emissão de debêntures realizada no 4T24. A geração de caixa em 2024 atingiu valores de R\$ 759 milhões. No 4T24 foi positiva em R\$ 1.943 milhões, frente a uma geração negativa de R\$ 423 milhões no 3T24 e positiva de R\$ 1.642 milhões no mesmo período de 2023. Essa variação no ano é explicada, principalmente, pela importante geração operacional do período (lucro líquido base caixa) no montante de R\$ 4.079 milhões, e pela emissão da 12ª debêntures compensada em parte pelas atividades de investimento realizadas de R\$ 2.611 milhões, e gastos com governo totalizando R\$ 1.136 milhões.



¹ Δ nos ativos e passivos operacionais é composto pelas linhas de contas a receber, estoques, fornecedores, e obrigações sociais e trabalhistas; ² Imposto / Outorga é composto pelas linhas de tributos a recuperar, obrigações fiscais, pagamentos dos tributos sobre o lucro, pagamento de juros de arrendamento e pagamento de arrendamento; ³ Operações de Financiamento é composto pelas linhas de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos e pagamentos de empréstimos, financiamentos e instrumentos.



Demonstração do Fluxo de Caixa - Em R\$ milhões

	4T24	4T23	3T24	2024	2023
Caixa no início do Período	2.201,1	1.743,7	2.624,1	3.385,8	866,9
Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	376,5	409,3	658,0	2.047,7	1.777,6
Depreciação e amortização	269,4	236,5	254,5	1.015,0	911,3
Variação monetária, cambial e encargos financeiros	258,8	362,7	150,1	864,0	969,1
Resultado na alienação e valor residual do imobilizado/ invest. perm. baixado	29,0	7,0	3,7	54,7	40,1
Provisão (reversão)	27,7	(24,8)	32,3	62,6	(27,9)
Outros	12,8	54,2	16,7	34,8	59,9
Lucro líquido base caixa	974,2	1.044,9	1.115,3	4.078,8	3.730,1
Variações nos ativos e passivos	(207,2)	(35,4)	(304,8)	(1.296,6)	(107,7)
Contas a receber	(119,2)	(244,0)	(127,1)	1,9	108,2
Estoques	16,4	(19,2)	(10,2)	(31,4)	(58,9)
Tributos a recuperar	(30,5)	(35,6)	(26,0)	(65,8)	83,7
Fornecedores	(17,4)	132,2	40,2	(248,4)	364,9
Obrigações fiscais	42,5	66,0	28,4	79,0	75,7
Obrigações sociais e trabalhistas	55,6	34,8	41,2	44,7	7,0
Pagamento de tributos sobre o lucro	(90,7)	(76,6)	(80,0)	(416,3)	(257,3)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(41,3)	(67,7)	(159,5)	(424,9)	(316,3)
Pagamento de juros de arrendamento	(40,5)	(51,2)	(42,9)	(175,1)	(214,3)
Outros	17,9	225,9	31,1	(60,3)	99,6
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	767,0	1.009,5	810,5	2.782,2	3.622,4
Adições de imobilizado	(834,4)	(719,7)	(949,0)	(2.607,5)	(1.719,3)
Adições de intangível	1,6	(181,1)	(2,1)	(12,6)	(225,3)





MRS Logística S.A.

CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9



Demonstração do Fluxo de Caixa - Em R\$ milhões	4T24	4T23	3T24	2024	2023
Alienação de bens do imobilizado/intangível	3,5	6,5	-	8,9	6,5
Aporte de capital em controladas	(0,1)	-	-	(0,1)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(829,4)	(894,3)	(951,1)	(2.611,3)	(1.938,1)
Captações de empréstimos e financiamentos	-	4,4	-	-	688,3
Adição de debêntures	2.392,6	1.907,6	-	2.392,6	1.907,6
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros	49,6	(48,9)	(140,4)	(962,5)	(1.025,0)
Pagamento de arrendamento	(151,4)	(128,6)	(142,0)	(557,3)	(485,3)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(43,4)
Dividendos pagos	(285,0)	(207,6)	-	(285,0)	(207,6)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	2.005,8	1.526,9	(282,4)	587,8	834,6
Caixa no final do período	4.144,5	3.385,8	2.201,1	4.144,5	3.385,8
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes	1.943,4	1.642,1	(423,0)	758,7	2.518,9

PROJETOS E INVESTIMENTOS

No 4T24, a MRS investiu o montante de R\$ 931,1 milhões e encerrou o ano de 2024, com investimento total de R\$2.864,5 milhões, conforme detalhado a seguir:

Investimentos R\$ Milhões	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Crescimento e Competitividade do Negócio	391,2	174,4	124,3%	390,8	0,1%	1.338,5	460,0	191,0%
Recorrente e outros	539,9	510,8	5,7%	350,7	53,9%	1.526,0	1.347,1	13,3%
Total	931,1	685,2	35,9%	741,6	25,6%	2.864,5	1.807,1	58,5%

A Companhia manteve em 2024, a realização de projetos para a modernização de seus ativos, o compromisso com os projetos obrigatórios do contrato de concessão e com a sustentabilidade do negócio, investindo na confiabilidade de seus ativos (via permanente, infraestrutura, locomotivas e vagões), na renovação dos trechos da via destinados à circulação de trens carregados de minério, em projetos de melhorias tecnológicas e em iniciativas que visam oportunidades de expansão de negócios e capacidade. **Crescimento e Competitividade do Negócio:** i. Aquisição de locomotivas: com o objetivo de modernizar a frota, a MRS adquiriu 13 locomotivas ES-44, trazendo maior produtividade e eficiência energética. ii. Aquisição de vagões: foram adquiridos 561, com foco no modelo GDT para continuação da estratégia de aumento da capacidade e substituição da frota de vagões, visando aumento da produtividade na carga de minério. iii. A MRS também, visando atender aos investimentos dos anos seguintes, iniciou ações para uma série de obras com entregas previstas em 2025 e 2026, com destaque para a Sinalização entre os Pátios de Pindamonhangaba e Pinheirinho (2025), Pátio de Cruzamento de Quilombo (2025), Pátio de Cruzamento de Arealis (2025), Pátio Regulador Jurubatuba (2026) e Remodelação da Baixada (entrega prevista em 2026). **Recorrente e Outros:** i. Modernização de ativos: mantém a estratégia de realização de intervenções em locomotivas, vagões e na malha ferroviária, visando aumentar os níveis de confiabilidade e disponibilidade dos ativos, permitindo melhorar a eficiência, segurança e otimização das operações ferroviárias. Além disso, foram desenvolvidos projetos de eletroeletrônica que visam sinalizar e automatizar as linhas ao longo da ferrovia. ii. Confiabilidade de infra: continuidade do plano preventivo de intervenções ao longo da via, com execução de obras de contenção, manutenção de dispositivos de drenagem e intervenções/substituições de pontes ou viadutos, visando minimizar os riscos associados à confiabilidade do trecho. Realização de obras relacionadas às ocorrências das chuvas, com destaque para as intervenções na Serra do Mar e para finalização da obra de estabilização do aterro localizado no km 033 da Ferrovia do Aço. iii. Sustentabilidade: em 2024 a MRS investiu em projetos associados ao atendimento de aspectos normativos previstos nas legislações trabalhistas e ambientais, promoção da segurança do trabalho, proteção do meio ambiente, relacionados ao cumprimento do compromisso regulatório voltado para o bom estado de conservação das nossas edificações e de promoção da prosperidade e do bem-estar de nossos colaboradores. iv. A MRS também deu continuidade ao cumprimento dos projetos obrigatórios da renovação da concessão. Neste ano, ocorreram as entregas das iniciativas previstas no ano A+2 de contrato, com destaque para o aumento da segurança operacional e melhorias na mobilidade urbana. Destques para grandes projetos, como o Viaduto em Cubatão e a Oficina de Equipamentos de Grande Porte. Adicionalmente, foram executadas intervenções em: Conselheiro Lafaiete (MG), Barra do Pirai (RJ), Belo Horizonte (MG), Pinheiral (RJ), Juiz de Fora (MG), Brumadinho (MG) e Antônio Carlos (MG) além da instalação de cancelas automáticas em Pinheiral (RJ) e Barra do Pirai (RJ).

ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

Durante o ano de 2024, a MRS deu continuidade à implementação de seu desdobramento estratégico, elaborado para viabilizar o processo de transformação da Companhia decorrente da renovação antecipada de seu contrato de concessão. Esta estratégia reforça o empenho da MRS em desenvolver soluções de logística integrada, centradas em seus clientes que, sustentada pela busca constante pela excelência operacional, visam proporcionar crescimento sustentável e rentável ao negócio. Este crescimento acompanha o objetivo da MRS para gerar impacto positivo no meio ambiente e sociedade por meio da consolidação das práticas e compromissos ESG e na gestão íntegra e eficiente de seu contrato de concessão. Para isso, a Companhia segue dedicada em aprimorar seu modelo de gestão, processos de inovação e uso de tecnologia como habilitadores desse plano estratégico. Desta forma, mesmo em um contexto de oscilação em relação ao minério de ferro, a MRS estabeleceu novos recordes históricos de volume transportado nos diferentes segmentos, demonstrando a resiliência de seu plano estratégico. Este plano continua apresentando avanço em todos os seus pilares, conforme pode ser evidenciado, nos tópicos de **Desempenho Comercial Operacional e Desempenho Econômico-Financeiro**, deste relatório.

MARCOS REGULATÓRIOS



Sob a ótica regulatória, o ano de 2024 se destaca pela continuidade dos trabalhos consistentes em busca de eficiência e transparência no cumprimento das obrigações regulatórias assumidas com a renovação do Contrato de Concessão. **Principais entregas realizadas:** 1. **Plano de investimentos:** a partir do compromisso firmado com Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Ministério dos Transportes, a MRS continua executando as entregas previstas no plano de investimentos, garantindo agilidade, melhor produtividade e segurança para o serviço de transporte ferroviário. Neste período, a MRS entregou, aproximadamente R\$ 340 milhões em projetos importantes para o desenvolvimento do transporte ferroviário de cargas, operações de manutenção de ativos, bem como para a melhoria de conflitos urbanos e segurança da comunidade. Destacam-se os seguintes investimentos: • A conclusão de três viadutos em Cubatão (SP), Conselheiro Lafaiete (MG) e Pinheiral (RJ), além da conclusão da construção da Oficina para Equipamentos de Grande Porte, no município de São Brás do Suaçu (MG). Ademais, cabe ressaltar que foram entregues pela MRS uma série de outras soluções para conflitos urbanos (vedações, passagem em nível, passagem em nível de pedestres e cancelas automáticas) ao longo dos três estados de atuação. Por fim, é importante mencionar que a avaliação dos projetos se encontra em curso pela Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT). 2. **Conclusão da fase 03 da "Integração da Baixada Santista":** a MRS concluiu um importante compromisso assumido na renovação da concessão a entregar da Fase 3 da Governança Operacional da Baixada Santista, cujo objetivo era o de implantar um sistema de planejamento, otimização da circulação e de atendimento aos terminais para definição do cenário de circulação de trens. A entrega formal foi

realizada tempestivamente em outubro de 2024, sendo a visita técnica da ANTT realizada em novembro do mesmo ano. A Agência publicou em dezembro de 2024 Nota Técnica 12217/2024 por meio da qual "a Fiscalização da ANTT declara concluída plenamente a Obrigação Contratual da MRS estabelecida pela Fase 3". 3. **Fiscalizações ANTT e zero autuações em 2024:** A MRS realizou, em conjunto com a ANTT, 24 inspeções em campo com o objetivo de verificar a situação da malha ferroviária concedida, do ateste das obrigações relacionadas aos investimentos para o ano 2 do contrato, bem como as fiscalizações econômicas/financeiras. No geral, foram percorridos cerca de 1.200 km de malha ferroviária com a participação direta das áreas técnicas da Companhia. No período não ocorreu a lavratura de nenhum auto de infração para a MRS, por descumprimento dos requisitos avaliados. 4. **Fortalecimento da Segurança Ferroviária:** Sob o aspecto da segurança, a MRS realizou conscientizações de colaboradores, motoristas e pedestres em eventos referentes ao "Maio Amarelo", bem como participou de fóruns importantes ao longo de 2024, como por exemplo "II Workshop Vias Seguras 2024 da ABSEV (Associação Brasileira de Segurança Viária)" e o "Workshop de Segurança 2024 - Investigação de acidentes ferroviários e segurança patrimonial", cujas pautas foram trocas de experiências entre empresas do setor ferroviário brasileiro, entidades governamentais e técnicos no assunto, com foco em temas relacionados à investigação de acidentes, Projetos inovadores em Segurança e Proteção do Patrimônio, bem como medidas para elevar o padrão de segurança nos modais de transportes. Tais agendas foram importantes para o aprimoramento da proteção da vida humana, prevenção de danos ambientais e aprimoramento das técnicas de segurança. **Conquistas:** Por fim, em dezembro de 2024, a Agência Reguladora promoveu a 2ª Edição do Prêmio ANTT - Destaques 2024, evento que é considerado o "Oscar" do setor de transportes terrestres no Brasil e objetiva fortalecer iniciativas inovadoras no transporte terrestre. Com 226 projetos inscritos, o prêmio dobrou seu alcance em relação ao ano de 2023 e contou com 6 classes e várias categorias, dentre concessionárias rodoviárias e ferroviárias além de empresas de transporte rodoviário de passageiros e transporte rodoviário de cargas. A MRS, pelo **segundo ano consecutivo**, conquistou o **troféu Ouro** na classe especial "Destaques Regulatórios de Ferrovia" do Prêmio ANTT 2024, reafirmando a posição da Companhia como referência em logística e seu compromisso com inovação e excelência operacional. Além disso, a MRS obteve um **desempenho extraordinário, sendo finalista em 10 das 11 categorias e conquistando a vitória em três delas:** • Categoria - "Atenção ao Usuário" - Carregamento de vagões com uso de visão computacional: Este projeto utiliza inteligência artificial e câmeras para monitorar o carregamento de vagões, transformando dados em dashboards que auxiliam na tomada de decisões. • Categoria - "Eficiência Energética" - Reestruturação do Modelo de Circulação de Trens: Com foco na Ferrovia do Aço, um dos trechos mais desafiadores da operação, implementamos um sistema de cadenciamento inteligente, otimizando o consumo de energia e aumentando a eficiência operacional. • Categoria - "Gestão Interna e Desenvolvimento de Pessoas" - Programa de Estágio Afirmativo: O programa foi criado em 2024 com foco na inclusão de pessoas com deficiência, alinhando-se aos valores de diversidade e valorização de pessoas da MRS.



Imagem 1: colaboradores recebendo as premiações no evento "Prêmio Destaques ANTT 2024" que aconteceu no dia 10 de dezembro de 2024, em Brasília/DF. **Premiação ANTT 2024 na íntegra:** <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/antt-realiza-a-segunda-edicao-do-premio-destaques-e-fortalece-iniciativas-inovadoras-no-transporte-terrestre>. **AGENDA ESG:** Em 2024, a MRS construiu seu plano de compromissos de longo prazo, cujas metas públicas serão apresentadas no Relatório de Sustentabilidade, que será divulgado no primeiro semestre, mantendo a transparência sobre as principais iniciativas ESG da Companhia. O documento seguirá os padrões GRI (Global Reporting Initiative) e SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e poderá ser acessado pelos sites institucional (<https://www.mrs.com.br/>) e de Relações com Investidores (<https://ri.mrs.com.br/>). Ainda sobre publicações, como avanço na governança de temas relevantes para a MRS, foram publicadas a Política de Direitos Humanos e a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão: <https://ri.mrs.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-acordo-de-acionistas/>. **Prêmios e Reconhecimentos:** Além do Troféu Ouro na classe especial "Destaques Regulatórios de Ferrovia" do Prêmio ANTT, conforme informado no tópico de Marcos Regulatórios, deste documento, a MRS venceu a categoria "Transportes e Logística" do Prêmio Valor 1000, promovido pelo Valor Econômico, e, pela segunda vez, ficou entre as 5 melhores empresas no segmento de Transportes e Logística do 100 Startups. Já no "O Grande Encontro 2024 - Equipes de Alta Performance", promovido pela União Brasileira para Qualidade, a MRS recebeu o 1º lugar no projeto da categoria 5S. O reconhecimento veio, também, na categoria "Performance" do Prêmio Suzano Valoriza, que destaca os melhores parceiros da empresa. Pelo 3º ano consecutivo, a MRS recebeu o Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol, principal reconhecimento nacional para inventários de emissões de gases de efeito estufa, contribuindo, também, para o Registro Público de Emissões: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica-estatistica-participantes/1172>. A MRS respondeu, por mais um ano, ao questionário do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e houve evolução da 13ª para a 9ª posição no ranking: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/acompanhamento-ambiental-das-concessoes-ferroviarias>. **Diversidade, Equidade e Inclusão:** A representatividade feminina no quadro funcional da MRS segue aumentando e, ao final de 2024, as mulheres representavam 16,1% do total de profissionais. O número de mulheres em posições de liderança é ainda maior: 26,7% do total. A 1ª edição do Programa de Mentoria para Pessoas Negras da MRS também foi um marco no ano: mentores e mentorados(as) trilharam juntos um caminho de desenvolvimento e fortalecimento de trajetórias. **Benefícios e Clima Organizacional:** A MRS ampliou o pacote de benefícios oferecidos aos colaboradores com a extensão da licença maternidade para 180 dias, o Programa de Apoio à Reprodução Assistida e a construção de mais salas de apoio à amamentação. Foi iniciada, ainda, parceria com a plataforma New Value para descontos em produtos e serviços. A segunda edição dos "Jogos MRS" contou com 367 equipes, formadas por 2,1 mil colaboradores, que disputaram sete modalidades: <https://youtu.be/XO93CknZV4Y?si=TWZ0usPAg-lt8pzf>. O Canal de Acolhimento foi lançado para escutar e orientar colaboradores e terceiros que possam vir a enfrentar situações de importunação sexual, assédio sexual ou discriminação. Após o atendimento, é possível decidir se haverá ou não formalização no Canal de Denúncias: <https://canalconfidencial.com.br/mrslogistica/>. **Capital Intelectual e Carreira:** A MRS deu continuidade às iniciativas com foco no desenvolvimento dos colaboradores: mais uma edição da Semana da Carreira, uma nova turma do programa de formação de gerentes, em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), e treinamento sobre liderança para todos os gerentes gerais, também promovido pela FDC. Foram mantidos, também, o Programa de Estágio, a Especialização em Transporte Ferroviário de Carga no Instituto Militar de Engenharia (IME) e o Programa de Formação de Liderança, em parceria com a FIA Business School. Para celebrar a dedicação e as trajetórias profissionais, foi lançado o programa "Minha Jornada MRS", com evento para 700 colaboradores com 15 anos ou mais de contribuição.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao artigo 23 da Resolução CVM 23/2021, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, a Companhia informa que não há outros serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. além da auditoria das demonstrações contábeis anuais e revisões das informações trimestrais em 2023 e 2024.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Equipe de RI - E-mail: financeiro.ri@mrs.com.br
Banco Escriturador - Banco Bradesco S.A. - Telefone de contato: 0800 701 1616
E-mail: dac.acecustodia@bradesco.com.br e dac.escrituracao@bradesco.com.br
B3 - Mercado de Balcão - Website de Relações com Investidores - ri.mrs.com.br.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado
		2024	2023	2024
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.144.513	3.385.798	4.144.613
Caixa restrito	5	2.880	2.254	2.880
Contas a receber de clientes	6	455.502	450.308	455.502
Outras contas a receber	8	22.978	16.525	22.978
Estoques	9	311.260	282.163	311.260
Tributos a recuperar	10	325.341	261.256	325.341
Despesas antecipadas	11	61.074	37.862	61.074
Instrumentos financeiros derivativos	22	6.444	89.938	6.444
Outros ativos circulantes	12	42.649	101.318	42.649
Total do ativo circulante		5.372.641	4.627.422	5.372.741
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber de clientes	6	40.434	77.423	40.434
Outras contas a receber	8	68.300	10.038	68.300
Tributos a recuperar	10	141.319	240.225	141.319
Despesas antecipadas	11	14.763	4.119	14.763
Instrumentos financeiros derivativos	22	49.488	236.805	49.488
Outros ativos não circulantes	12	134.537	111.145	134.537
Investimentos	13	100	-	-
Imobilizado	14.1	11.929.818	9.821.044	11.929.818
Ativos de direito de uso	14.2	2.536.925	2.588.242	2.536.925
Intangível	15	324.757	348.609	324.757
Total do ativo não circulante		15.240.441	13.437.650	15.240.341
TOTAL DO ATIVO		20.613.082	18.065.072	20.613.082
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	16	838.659	780.947	838.659
Obrigações sociais e trabalhistas	17	298.355	253.681	298.355
Imposto de renda e contribuição social	18	148.787	159.622	148.787
Outras obrigações fiscais	19	76.323	84.500	76.323
Empréstimos e financiamentos	20	556.333	998.552	556.333
Arrendamento	21	622.888	556.338	622.888
Instrumentos financeiros derivativos	22	341.818	159.027	341.818
Dividendos a pagar	24	336.385	285.190	336.385
Adiantamentos de clientes		5.438	3.191	5.438
Provisões	25	112.202	21.826	112.202
Outras obrigações	26	52.970	39.597	52.970
Total do passivo circulante		3.390.158	3.342.471	3.390.158
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	16	-	5.820	-
Empréstimos e financiamentos	20	7.612.425	5.876.731	7.612.425
Arrendamento	21	949.273	1.478.158	949.273
Instrumentos financeiros derivativos	22	81.013	-	81.013
Tributos diferidos	23	286.735	66.464	286.735
Provisões	25	635.560	709.130	635.560
Outras obrigações	26	191.981	200.496	191.981
Total do passivo não circulante		9.756.987	8.336.799	9.756.987
TOTAL DO PASSIVO		13.147.145	11.679.270	13.147.145
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	27.a	4.036.872	3.961.031	4.036.872
Reservas de lucros		3.417.221	2.413.736	3.417.221
Reserva legal	27.c	551.518	480.742	551.518
Reserva para investimentos	27.d	2.865.703	1.932.994	2.865.703
Outros resultados abrangentes	27.e	11.844	11.035	11.844
Total do patrimônio líquido		7.465.937	6.385.802	7.465.937
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.613.082	18.065.072	20.613.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora / Consolidado		Controladora / Consolidado
		2024	2023	
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS				
29		7.024.973	6.449.125	
Custo dos serviços prestados	30	(3.909.918)	(3.456.893)	
LUCRO BRUTO		3.115.055	2.992.232	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	30	(18.679)	(22.789)	
Despesas gerais e administrativas	30	(595.700)	(510.801)	
Outras receitas operacionais	31	348.339	397.942	
Outras despesas operacionais	31	(304.091)	(338.582)	
LUCRO OPERACIONAL		2.544.924	2.518.002	
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS				
Receitas financeiras	32	1.124.158	361.529	
Despesas financeiras	32	(1.621.341)	(1.101.950)	
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(497.183)	(740.421)	
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.047.741	1.777.581	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Corrente	33	(410.182)	(422.207)	
Diferido	33	(222.049)	(155.225)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.415.510	1.200.149	
LUCRO POR MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL				
NO FINAL DO EXERCÍCIO - R\$		4,188	3,551	
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$				
ORDINÁRIA	28	4,009	3,388	
PREFERENCIAL	28	4,410	3,727	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Em milhares de reais				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				
28		1.415.510	1.200.149	
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Outros resultados				

**MRS Logística S.A.**

CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Nota	Capital social		Outros resultados abrangentes		Reservas de lucros			Lucros acumulados	
		2024	2023	2024	2023	Reserva legal	Reserva para investimentos	Total	2024	2023
SALDO EM 01 JANEIRO DE 2024		3.961.031	-	11.035	-	480.742	1.932.994	2.413.736	-	6.385.802
Resultado abrangente do exercício	28	-	-	-	-	-	-	-	1.415.510	1.415.510
Lucro líquido do exercício	27.e	-	-	809	-	-	-	-	-	809
Outros resultados abrangentes		-	-	809	-	-	-	-	1.415.510	1.416.319
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	809	-	-	-	-	1.415.510	1.416.319
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	24	-	-	-	-	-	-	-	(336.184)	(336.184)
Aumento do capital social	27.c	75.841	-	-	-	-	(75.841)	(75.841)	-	-
Reserva legal	27.d	-	-	-	-	70.776	-	70.776	(70.776)	-
Reserva para investimentos	27.d	-	-	-	-	-	1.008.550	1.008.550	(1.008.550)	-
Total das transações de capital com os sócios no exercício		75.841	-	-	-	70.776	932.709	1.003.485	(1.415.510)	(336.184)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		4.036.872	-	11.844	-	551.518	2.865.703	3.417.221	-	7.465.937

	Nota	Capital social		Ações em tesouraria		Outros resultados abrangentes		Reservas de lucros			Lucros acumulados	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	Reserva legal	Reserva para investimentos	Total	2024	2023
SALDO EM 01 JANEIRO DE 2023		3.961.031	-	-	-	10.564	-	420.735	1.121.304	1.542.039	-	5.513.634
Resultado abrangente do exercício	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.200.149	1.200.149
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	471	-	-	-	-	471	471
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	471	-	-	-	-	1.200.149	1.200.620
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	471	-	-	-	-	1.200.149	1.200.620
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria adquiridas		-	-	(43.416)	-	-	-	-	-	-	-	(43.416)
Ações em tesouraria canceladas		-	-	43.416	-	-	-	(43.416)	(43.416)	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(285.036)	(285.036)
Reserva legal	27.c	-	-	-	-	-	-	60.007	60.007	60.007	(60.007)	-
Reserva para investimentos	27.d	-	-	-	-	-	-	855.106	855.106	855.106	(855.106)	-
Total das transações de capital com os sócios no exercício		-	-	-	-	-	-	60.007	811.690	871.697	(1.200.149)	(328.452)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		3.961.031	-	-	-	11.035	-	480.742	1.932.994	2.413.736	-	6.385.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado 2024
		2024	2023	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.047.741	1.777.581	2.047.741
Lucro líquido antes do IR e CSLL	33	2.047.741	1.777.581	2.047.741
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	30	1.015.019	911.299	1.015.019
Varição monetária/cambial e encargos financeiros		864.031	969.130	864.031
Resultado na alienação e valor residual do imobilizado/invest. perm. baixado		54.660	40.210	54.660
Provisão (reversão)	11	62.542	(27.922)	62.542
Amortização despesa antecipada		54.531	42.135	54.531
Provisão (reversão) p/ baixa de ativos	14.1	(21.918)	17.739	(21.918)
Provisão (reversão) de perdas de créditos esperadas e perdas de estoques		1.391	(529)	1.391
Outros		809	419	809
(Aumento) redução nos ativos operacionais		4.078.806	3.730.062	4.078.806
Contas a receber	6 e 8	1.866	108.150	1.866
Estoques	9	(31.406)	(58.900)	(31.406)
Tributos a recuperar	10	(65.817)	83.678	(65.817)
Despesas antecipadas	11	(88.387)	(34.210)	(88.387)
Adiantamentos		51.299	(71.818)	51.299
Outros ativos		(9.006)	28.113	(9.006)
(Aumento) redução nos passivos operacionais		(248.398)	364.868	(248.398)
Fornecedores		78.952	75.676	78.952
Obrigações fiscais	18 e 19	44.674	6.983	44.674
Obrigações sociais e trabalhistas		2.247	(345)	2.247
Adiantamentos de clientes		(16.274)	177.973	(16.274)
Outras obrigações		3.798.556	4.410.230	3.798.556
Caixa gerado pelas operações		3.798.556	4.410.230	3.798.556
Pagamento de tributos sobre o lucro		(416.308)	(257.277)	(416.308)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	34.2	(139.793)	(99.716)	(139.793)
Pagamento de juros de arrendamento	34.2	(175.082)	(214.261)	(175.082)
Pagamento de juros de debêntures	34.2	(285.139)	(216.568)	(285.139)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.782.234	3.622.408	2.782.234
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.620.111)	(1.944.646)	(2.620.111)
Adições de imobilizado e intangível	34.1	(2.620.111)	(1.944.646)	(2.620.111)
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado/intangível	31	8.891	6.476	8.891
Aporte de capital em controlada	13	(100)	-	(100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.611.320)	(1.938.170)	(2.611.220)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	688.315	-
Captação empréstimos e financiamentos	34.2	-	688.315	-
Pagamento empréstimos e financiamentos/instrumentos financeiros derivativos	34.2	(217.130)	(770.373)	(217.130)
Adição de debêntures	34.2	2.392.611	1.907.644	2.392.611
Pagamento de debêntures	34.2	(745.412)	(254.583)	(745.412)
Pagamento de arrendamento	21	(557.279)	(485.261)	(557.279)
Ações em tesouraria		-	(43.416)	-
Dividendos pagos		(284.989)	(207.622)	(284.989)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(587.801)	834.704	(587.801)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		758.715	2.518.942	758.815
Saldo inicial	5	3.385.798	866.856	3.385.798
Saldo final	5	4.144.513	3.385.798	4.144.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em milhares de reais

	Nota	Controladora/Consolidado	
		2024	2023
RECEITAS		7.484.648	6.872.969
Vendas de serviços de frete	29	7.484.648	6.872.969
Receitas de construção de ativos próprios		125.167	125.167
Outras receitas	31	348.339	397.942
(Provisão)/reversão de perdas de créditos esperadas		918	(1.775)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(3.018.897)	(2.349.430)
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos		(328.337)	(268.591)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(145.865)	(204.131)
Outros		(3.493.099)	(2.822.152)
VALOR ADICIONADO BRUTO		4.933.094	4.572.151
RETENÇÕES		(1.015.019)	(911.299)
Depreciação e amortização	30	(1.015.019)	(911.299)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		3.918.075	3.660.852
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) EM TRANSFERÊNCIA		-	-
Receitas financeiras		1.124.158	361.529
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		5.042.233	4.022.381
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (RECEBIDO)			
Pessoal e encargos		984.315	819.792
Remuneração direta		608.013	486.553
Benefícios		332.815	289.233
F.G.T.S.		43.487	44.006
Impostos, taxas e contribuições		974.874	885.619
Federais		944.342	836.490
Estaduais		29.239	48.315
Municipais		1.293	814
Remuneração de capitais de terceiros		1.667.534	1.116.821
Juros		1.646.704	1.100.985
Aluguéis		20.830	15.836
Remuneração de capitais próprios		1.415.510	1.200.149
Dividendos	24	336.184	285.036
Lucros retidos do exercício		1.079.326	915.113
Total		5.042.233	4.022.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996. A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos. O contrato de concessão original tem o prazo de 30 anos contados a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva do Poder Concedente. Em 29 de julho de 2022, a Companhia celebrou com a União, por intermédio da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da MRS Logística S.A. que prorrogou antecipadamente, por mais 30 anos, a concessão do serviço público de transporte ferroviário de carga, com prazo de vigência até 2056. O contrato de concessão vigente estabelece uma série de investimentos e novos indicadores específicos a serem cumpridos pela Companhia, relacionados com acidentes ferroviários graves, velocidade média de percurso, idade máxima da frota de locomotivas e índice de saturação da ferrovia. Caso essas obrigações não sejam atendidas, após superada todas as fases de esclarecimentos e defesas administrativas, a ANTT poderá aplicar penalidades podendo inclusive levar a caducidade, em caso de descumprimento reiterado das metas contratuais. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, à exceção do item (i), a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2024, a MRS estava em dia com as obrigações contratuais e devidamente adimplente perante a ANTT. **Criação de subsidiária:** Em 19 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu a subsidiária "MRS Hidrovias S.A.", sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a realização de atividades acessórias, serviços complementares ou alternativos e o desenvolvimento de projetos associados ao serviço público de transporte ferroviário de carga realizado pela MRS Logística S.A. relacionados a atividade aquaviária na área de influência da Companhia. Em 26 de dezembro de 2024, a MRS Logística S.A., efetuou o depósito, em moeda corrente do país, no valor de R\$100 referente ao aporte de capital social na subsidiária, o que corresponde a 10% do valor total a ser integralizado. O restante do capital social será integralizado, também em moeda corrente, no prazo de 180 dias. Até 31 de dezembro de 2024,

a subsidiária encontrava-se em fase pré-operacional, sendo esse o único movimento registrado na sua constituição. A Companhia prevê que a subsidiária inicie suas operações a partir de 2026, conforme o andamento das etapas necessárias para a implementação do projeto.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem (i) a legislação societária, (ii) os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, (iii) as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® Interpretations). As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de março de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, e (ii) perda pela redução do valor recuperável de ativos. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da MRS e de sua subsidiária é o real ("R\$") uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem recursos. **b) Apresentação de informações por segmentos:** Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, ela está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada. A MRS Hidrovias S.A. (controlada) é uma entidade recém criada, que está em fase pré-operacional, em 31 de dezembro de 2024, não possui informações segmentadas para divulgação. **c) Resumo das principais políticas contábeis materiais:** Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as principais políticas contábeis materiais foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados. **d) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso das estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As estimativas e premissas são revistas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável. As estimativas e premissas que apresentem risco significativo de mudança de valor nos saldos contábeis de ativos e passivos estão apresentadas a seguir: **• Imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e outras provisões de créditos fiscais:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. **• Benefícios pós-emprego:** Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, taxas de rotatividade e de permanência no plano após desligamento/aposentadoria. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revistas a cada data-base. **• Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **• Provisões para riscos tributários, civis, trabalhistas e ambientais:** As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos. A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, eles são ajustados. **• Taxa de depreciação, amortização e avaliação de perda do ativo imobilizado e intangível:** As taxas de depreciação e amortização dos ativos imobilizados e intangíveis incluem as estimativas das vidas úteis econômicas dos principais ativos da Companhia, as quais são revistas periodicamente pelos especialistas da Companhia e caso seja identificada a necessidade de alteração da taxa de vida útil de algum grupo de ativo, é realizada a contratação de consultoria externa para mensuração e emissão de laudo conforme Resolução ANTT 5090/2016. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos imobilizados e intangíveis. Se o valor contábil do ativo imobilizado ou intangível não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **• Taxa de desconto referente a renovação do contrato de concessão:** A Companhia celebrou com a União, por intermédio da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da MRS Logística S.A., que prorrogou antecipadamente, por mais 30 anos a concessão original. A Companhia estimou o valor presente da outorga adicional, bem como a remensuração da concessão original, utilizando taxa de desconto de 9,95% que considerou a representatividade e o custo ponderado das dívidas da Companhia. Os valores foram adicionados ao passivo de arrendamento (Nota 21) em contrapartida ao ativo de direito de uso (Nota 14.2) correspondente. **e) Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia (Controladora) e da controlada integral direta MRS Hidrovias S.A., na mesma data-base e de acordo com as mesmas políticas contábeis. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada direta são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia (Controladora). Todos os saldos e transações (receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados) entre as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminadas integralmente para fins de consolidação. Controladas são todas as entidades para as quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada por uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de sua aquisição e/ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Em 2023 a Companhia não possuía qualquer participação ou controle em outras entidades, consequentemente, não havia saldos a consolidar, portanto, em 2023 estão sendo apresentados apenas os saldos da controladora, e devem ser usados para comparação com os saldos consolidados de 2024, quando aplicáveis.

3. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS EMITIDAS OU ALTERADAS RECENTEMENTE

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:

||
||
||



MRS Logística S.A.

CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9



5. CAIXA RESTRITO

Política contábil: São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com liquidez máxima de 360 dias.

	Controladora / Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
CDB	2.880	2.254	2.880	2.254

O caixa restrito em 31 de dezembro de 2024 está composto por aplicação financeira em CDB, constituída como forma de garantia do contrato comercial de compra e venda de energia elétrica no mercado livre. Esta aplicação está lastreada em títulos no Brasil, possui liquidez máxima de 360 dias e remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na faixa de 100% e 100,5% (faixa de 100,5% e 101,0% em 31 de dezembro de 2023). A classificação aplicações financeiras em caixa restrito, de acordo com o modelo de negócio, está descrita na nota explicativa 22.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil: As contas a receber de clientes, incluindo partes relacionadas, são reconhecidas pelo valor da contraprestação, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. Subsequentemente, as contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. Os valores a receber a longo prazo foram trazidos ao valor presente na data da transação com base na taxa de desconto estimada do custo médio ponderado de capital da Companhia. A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foram estimadas entre 10,29% a.a. e 15,91% a.a. As contas a receber de clientes e partes relacionadas correspondem, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte ferroviário de carga no curso normal das atividades, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem de clientes que não são partes relacionadas. A Companhia utiliza-se da abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros, expediente prático da matriz de provisão, para mensurar as perdas de crédito esperadas dos recebíveis comerciais, mesmo que não haja evidências objetivas de não recebimento. Para mensuração da provisão, os recebíveis comerciais são agrupados em categorias, de acordo com o histórico de perda, natureza da cobrança e outros fatores específicos relacionados a cada categoria, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações.

		Controladora / Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Contas a receber de partes relacionadas	7	437.104	460.868	437.104	460.868
Clientes no país		60.187	67.971	60.187	67.971
Perdas de créditos esperadas		(1.355)	(1.108)	(1.355)	(1.108)
		495.936	527.731	495.936	527.731
Circulante		455.502	450.308	455.502	450.308
Não circulante	7	40.434	77.423	40.434	77.423

7. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 informados nesta nota, são relativos às operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas, subsidiárias e profissionais chave da administração. **Política contábil:** As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de garantias de receitas e volumes anuais, assim como ocorre com os demais clientes cativos. Além dos contratos de serviços de transporte ferroviário de carga, as contas a receber da Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas, alugueis, venda de imobilizado e manutenção em material rodante e via permanente. As contas a pagar e outras obrigações passivas com partes relacionadas, apresentadas no passivo, exceto dividendos a pagar, são decorrentes de operações de compras, utilização de malha ferroviária, investimentos compartilhados inerentes ao negócio da Companhia e demais obrigações contratuais. Saldo em aberto com partes relacionadas:

Ativo		Controladora / Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Contas a receber		437.104	460.868	437.104	460.868
Vale S.A.	(a)	192.882	224.581	192.882	224.581
CSN Mineração S.A.	(b)	110.550	86.603	110.550	86.603
Mineração Usiminas S.A.	(c)	65.453	89.105	65.453	89.105
Companhia Siderúrgica Nacional		32.499	25.735	32.499	25.735
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.		15.645	8.373	15.645	8.373
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		4.886	3.971	4.886	3.971
Gerdau Açominas S.A.		2.709	10.254	2.709	10.254
CSN Cimentos Brasil S.A.		4.231	7.628	4.231	7.628
Confab Industrial S.A.		4.409	1.068	4.409	1.068
Gerdau Aços Longos S.A.		1.929	1.623	1.929	1.623
Ternium Brasil Ltda.		8	139	8	139
Sepetiba Tecon S.A.		49	277	49	277
Gerdau S.A.		65	1.507	65	1.507
Co-Log Logística de Coprodutos S.A.		113	-	113	-
Transnordestina Logística S.A.		1.676	-	1.676	-
		437.104	460.868	437.104	460.868
Circulante		396.670	383.441	396.670	383.441
Não circulante		40.434	77.423	40.434	77.423

(a) Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 consistem nos valores a receber provenientes dos serviços de frete ferroviário, bem como no reconhecimento de valores estimados a receber decorrentes dos mecanismos de proteção de receita aplicáveis a cada respectivo ano. (b) Em janeiro de 2024, a MRS recebeu o valor de R\$23.547 referente a 7ª parcela do aditivo contratual firmado em novembro de 2018 com a CSN Mineração, restando ainda 1 parcela, vencível em janeiro de 2026. O valor presente restante do fluxo de pagamento em 31 de dezembro de 2024 é de R\$23.547, (R\$12.821 referente ao ajuste a valor presente), registrado no ativo não circulante. Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 incluem valores a receber decorrentes dos serviços de frete ferroviário e reconhecimento do montante estimado a receber referente aos mecanismos de proteção de receita para o respectivo ano. (c) Em janeiro de 2024, a MRS recebeu o valor de R\$31.546 referente a 9ª parcela do aditivo contratual firmado em 2016 com a Mineração Usiminas S.A. "MUSA", restando ainda 1 parcela, vencível em janeiro de 2026. O valor presente restante do fluxo de pagamento em 31 de dezembro de 2024 é de R\$31.546, (R\$27.612 referente ao ajuste a valor presente), registrado em uma parcela no ativo não circulante.

Ativo		Controladora / Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Adiantamentos		7.371	8.020	7.371	8.020
Companhia Siderúrgica Nacional		-	8	-	8
Sepetiba Tecon S.A.		100	306	100	306
Ferrovia Interna do Porto de Santos	(d)	7.371	8.020	7.371	8.020
		7.371	8.334	7.371	8.334
Circulante		100	8.334	100	8.334
Não circulante		7.371	-	7.371	-

(d) A Companhia participou do Chamamento Público nº 02/2022, da Autoridade Portuária de Santos (APS), para gerir, operar e expandir a Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS). A APS aprovou a MRS Logística na nova concessionária AG-FIPS, constituída em abril de 2023. O Contrato de Cessão entrou em vigor em 1º de outubro de 2023, após procedimentos administrativos e implantação do Plano de Transição Operacional (PTO). A Associação, com 11,62% de participação da MRS, será responsável pela malha ferroviária do Porto de Santos por 35 anos. A Companhia possui contratos de recebíveis com algumas partes relacionadas dados como garantia a empréstimos. Exceto para as contas a receber referentes aos mecanismos de proteção de receita e aditivos contratuais, o prazo médio de recebimento das contas a receber com partes relacionadas é inferior a 14 dias.

Passivo		Contas a pagar / outras obrigações passivas					
		Controladora / Consolidado		Controladora		Adiantamentos	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
Vale S.A.	(e)	78.961	9	9	35.343	29.966	
Mineração Brasileiras Reunidas S.A.		-	-	-	113.693	96.396	
CSN Mineração S.A.		12.822	25.644	-	63.887	54.167	
Companhia Siderúrgica Nacional		9	7.592	73	65	63.850	54.135
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		-	-	15	10	905	767
Gerdau Açominas S.A.		-	-	6	6	-	-
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.		17.764	18.252	298	267	-	-
Gerdau Aços Longos S.A.		-	-	7	7	-	-
Usiminas Participações e Logística S.A.		-	-	-	-	36.080	30.591
Railvest Investments Inc		-	-	-	-	14.043	11.906
CSN Cimentos Brasil S.A.		12.994	10.161	25	4	4.247	3.601
Gerdau S.A.		-	-	4	4	-	-
Sepetiba Tecon S.A.		-	1.776	-	-	-	-
Companhia Metalúrgica Prada		306	-	-	-	-	-
Confab Industrial S.A.		-	-	23	23	-	-
Mitsui & Co. Steel Ltd	(f)	188.439	170.398	-	-	-	-
Ternium Brasil Ltda.		154	154	-	-	-	-
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.		-	152	8	-	-	-
Ferrovia Interna do Porto de Santos	(d)	1.016	4.776	-	-	-	-
Outros		-	-	-	-	4.337	3.661
		233.504	317.723	468	382	336.385	285.190
Circulante		233.504	299.224	468	382	336.385	285.190
Não circulante		-	18.642	-	-	-	-

(e) O valor de R\$78.961 em 31 de dezembro de 2023 refere-se ao contas a pagar decorrente da cláusula de mecanismo de proteção do contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário, foi pago integralmente em março de 2024. (f) O montante de R\$188.439, em 31 de dezembro de 2024 (R\$170.398 em 31 de dezembro de 2023) refere-se à aquisição de trilhos. O saldo em moeda estrangeira é convertido para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data da transação ou na data da avaliação.

Resultado		Receita de serviços						Outras receitas						Receitas financeiras					
		Controladora / Consolidado		Controladora		Outras receitas		Receitas financeiras		Controladora / Consolidado		Controladora		Outras receitas		Receitas financeiras			
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Vale S.A.		2.285.634	2.171.475	141.891	151.322	792	6												
CSN Mineração S.A.		1.378.032	1.323.937	17.298	76.294	11.098	15.144												
Companhia Siderúrgica Nacional		559.366	449.218	95	245	1.389	319												
Mineração Usiminas S.A.		262.219	287.785	5	22	7.379	10.408												
Gerdau Açominas S.A.		174.212	204.783	2.889	9.160	112	25												
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		165.641	143.683	85	-	1.511	49												
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.		35.682	32.624	7.499	3.649	1	-												
Gerdau Aços Longos S.A.		29.279	24.749	20.065	22.623	64	2												
Ternium Brasil Ltda.		2.194	3.455	-	-	12	-												
Confab Industrial S.A.		19.102	21.848	589	-	178	22												
CSN Cimentos Brasil S.A.		115.623	99.108	2.224	6.543	657	44												
Gerdau S.A.		1.328	3.550	1.238	2.375	36	2												
Co-Log Logística de Coprodutos S.A.		10.146	564	-	-	2	-												
Mitsui & Co. Ltd.		-	-	-	-	-	-												
Mitsui & Co. Steel Ltd.		-	-	-	-	-	-												
Sepetiba Tecon S.A.		-	-	225	768	13	-												
Transnordestina Logística S.A.		-	-	8.221	-	-	-												
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.		-	-	163	-	-	-												
		5.038.458	4.766.779	202.487	273.001	23.244	42.223												

	Custos/despesas operacionais e financeiras	
	Controladora / Consolidado	Controladora
	2024	2023
Vale S.A.	2.010	8.075
CSN Mineração S.A.	153	8.819
Companhia Siderúrgica Nacional	193	246
Gerdau Açominas S.A.	10	999
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	17.025	15.784
Gerdau Aços Longos S.A.	-	2.799
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.	5.482	900
CSN Cimentos Brasil S.A.	-	944
Mitsui & Co. Steel Ltd.	32.617	-
Gerdau S.A.	6	-
Sepetiba Tecon S.A.	9.531	11.141
Ferrovia Interna do Porto de Santos	(g)	22.850
	89.877	54.483

(g) Os valores referem-se aos gastos necessários para operação e gestão da Ferrovia Interna do Porto de Santos. No exercício de 2023 o montante compreende o período de outubro a dezembro, em decorrência do início da execução contratual.

Pessoal chave da administração:

	Resultado	
	Controladora / Consolidado	Controladora
	2024	2023
Benefícios de curto prazo	23.106	20.079
Benefícios pós-emprego	420	392
Outros benefícios de longo prazo	8.767	9.915
	32.293	30.386

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora / Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Valores a receber subarrendamento	(a)	66.127	16.458	
Valores a receber - outras vendas	(b)	22.333	15.688	
Demais contas a receber		8.503	1.267	
Perdas de créditos esperadas	(c)	(5.685)	(6.850)	
		91.278	26.563	
Circulante		22.978	16.525	
Não circulante		68.300	10.038	

(a) Os subarrendamentos, registrados a valor presente no ativo circulante e não circulante, referem-se a contratos de aluguel de imóveis em que a Companhia é o arrendador intermediário de um arrendamento principal, classificando como ativo de direito de uso (arrendamento). **Política contábil:** Nos casos em que a Companhia figura como arrendador intermediário (subarrendamentos) de contratos em que é o arrendatário, é feito uma avaliação para classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. O valor a receber referente a esses contratos é registrado integralmente como contas a receber no ativo circulante e não circulante e amortizado com os devidos recebimentos. A taxa de desconto utilizada para o cálculo ao valor presente do contas a receber dos contratos de subarrendamento é a mesma do contrato de arrendamento principal, conforme nota explicativa 21.

	Controladora / Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Subarrendamento		18.735	29.537	
Em 1º de janeiro		14.207	2.230	
Adições		145.646	-	
Remensurações				



MRS Logística S.A.

CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565

Sociedade Anônima de Capital Aberto

Registro CVM 01794-9



valor total a ser integralizado. O restante do capital social será integralizado, também em moeda corrente, no prazo de 180 dias. A MRS Hidrovias S.A. tem como principal objetivo o transporte de cargas por via fluvial, oferecendo uma alternativa logística eficiente e sustentável para o transporte de cargas. Sua operação é estruturada para atender demandas de diversos setores, proporcionando redução de custos logísticos e menor impacto ambiental em comparação ao transporte rodoviário. **Composição dos saldos:**

	Participação %	2024
MRS Hidrovias S.A.	100%	100
		100

Movimentação dos saldos (Controladora)

	Saldo em 31/12/2023	Aumento de capital	Saldo em 31/12/2024
MRS Hidrovias S.A.	-	100	100
	-	100	100

14. IMOBILIZADO

Política contábil: Os bens do ativo imobilizado são apresentados pelo custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de ativos qualificáveis, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando for feita uma reforma ou benfeitoria, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Os encargos financeiros são capitalizados pela taxa média dos empréstimos vigentes durante o período, aplicada sobre o saldo do imobilizado em andamento. A capitalização cessa quando a construção do ativo qualificável estiver concluída. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. Todos os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados, necessários à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário, classificados como bens da concessão, deverão ser integralmente depreciados ou amortizados pela concessionária no prazo da concessão, não cabendo qualquer indenização conforme previsão expressa na cláusula 3.2.5 do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Inicia-se a depreciação de um item do ativo imobilizado quando o mesmo está disponível para uso. A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos, a exceção dos terrenos que não são depreciados.

As taxas anuais de depreciação e vida útil estimadas dos principais grupos de ativos são as seguintes:

Grupos de ativos	%	Vida útil média (em anos)
Bens imóveis		
Benfeitorias em via permanente		
Trilhos	7,69	13
Dormentes	8,33	12
Benfeitorias em imóveis arrendados	4,00	25
Obras de arte especiais (Túnel, Viaduto e Ponte)	2,85	35
Locomotivas		
Locomotivas diesel	3,33	30
Locomotivas elétricas	4,17	24
Locomotivas usadas	10,00	10
Benfeitorias úteis em locomotivas	12,50	8
Vida útil média dos principais componentes	14,53	3 a 17
Vagões		
Vagões	3,33	30
Benfeitorias úteis em vagões	10,00	10
Vida útil média dos principais componentes	14,35	2 a 17
Outros		
Esmerilhadora, carro de controle, equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10

A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil dos principais grupos de ativos imobilizados com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

14.1 Imobilizado em operação e em andamento:

Controladora / Consolidado	2024						Imobilizado em andamento	Total
	Via Permanente	Locomotivas	Vagões	instalações	Outros	Total		
Custo								
Em 1º de janeiro	6.197.587	4.371.086	3.596.090	1.759.685	152.862	16.077.310	1.827.908	17.905.218
Adições	560.368	380.317	390.584	112.622	21.613	1.465.504	1.568.303	3.033.807
Transferências	651.888	25.164	32.771	140.757	-	852.004	(852.004)	-
Reversão(provisão) baixa	6.107	173	11.972	3.666	-	21.918	-	21.918
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	(2.500)	(2.500)
Baixas	(67.721)	(63.062)	(90.900)	(23.368)	(9.414)	(254.465)	(12.411)	(266.876)
Saldo em 31 de dezembro	7.348.229	4.713.678	3.940.517	1.993.362	166.485	18.162.271	2.529.296	20.691.567
Depreciação								
Em 1º de janeiro	(3.409.559)	(2.227.068)	(1.602.265)	(734.804)	(110.478)	(8.084.174)	-	(8.084.174)
Adições	(420.610)	(212.470)	(153.116)	(87.832)	(7.306)	(881.334)	-	(881.334)
Baixas	55.719	55.190	62.243	21.261	9.346	203.759	-	203.759
Saldo em 31 de dezembro	(3.774.450)	(2.384.348)	(1.693.138)	(801.375)	(108.438)	(8.761.749)	-	(8.761.749)
Saldo líquido do exercício	3.573.779	2.329.330	2.247.379	1.191.987	58.047	9.400.522	2.529.296	11.929.818

Controladora	2023						Imobilizado em andamento	Total
	Via Permanente	Locomotivas	Vagões	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total		
Custo								
Em 1º de janeiro	5.637.120	4.179.924	3.522.180	1.509.222	146.018	14.994.464	1.243.042	16.237.506
Adições	287.009	239.723	137.830	167.014	8.326	839.902	1.014.693	1.854.595
Transferências	289.458	14.252	34.735	87.206	1.499	427.150	(427.150)	-
Reversão/(provisão) perda	(16.000)	523	80	(2.342)	-	(17.739)	-	(17.739)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	(744)	(744)
Baixas	-	(63.336)	(98.735)	(1.415)	(2.981)	(166.467)	(1.933)	(168.400)
Saldo em 31 de dezembro	6.197.587	4.371.086	3.596.090	1.759.685	152.862	16.077.310	1.827.908	17.905.218
Depreciação								
Em 1º de janeiro	(3.044.876)	(2.076.925)	(1.522.585)	(664.737)	(105.563)	(7.414.686)	-	(7.414.686)
Adições	(364.683)	(210.117)	(144.330)	(71.264)	(7.830)	(798.224)	-	(798.224)
Baixas	-	59.974	64.650	1.197	2.915	128.736	-	128.736
Saldo em 31 de dezembro	(3.409.559)	(2.227.068)	(1.602.265)	(734.804)	(110.478)	(8.084.174)	-	(8.084.174)
Saldo líquido do exercício	2.788.028	2.144.018	1.993.825	1.024.881	42.384	7.993.136	1.827.908	9.821.044

Imobilizado em andamento: Os imobilizados em andamento estão substancialmente representados por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização. O prazo de conclusão de cada projeto depende da complexidade e do cronograma de entrega. **Custos de empréstimos capitalizados:** O valor dos custos de empréstimos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi R\$61.268 (R\$9.185 em 31 de dezembro de 2023). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 11,74% ao ano (13,80% no ano de 2023), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia. **Ativos em garantia:** A Companhia possui vagões e locomotivas dados em garantia de financiamentos. O valor residual em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, dos ativos dados em garantia é de R\$1.037.459 e R\$1.057.360, respectivamente.

14.2 Ativos de direito de uso (arrendamento):

Controladora / Consolidado	2024				
	Bens vinculados a concessão (a)	Veículos	Imóveis	Outros	Total
Custo					
Em 1º de janeiro	3.765.840	39.841	27.838	4.693	3.838.212
Adições	-	5.029	3.355	-	8.384
Subarrendamento	(51.972)	-	-	-	(51.972)
Remensuração atualização monetária	69.562	14.766	1.538	694	86.560
Saldo em 31 de dezembro	3.783.430	59.636	32.731	5.387	3.881.184
Depreciação					
Em 1º de janeiro	(1.192.512)	(38.432)	(14.680)	(4.346)	(1.249.970)
Adições	(78.575)	(8.591)	(6.365)	(758)	(94.289)
Saldo em 31 de dezembro	(1.271.087)	(47.023)	(21.045)	(5.104)	(1.344.259)
Saldo líquido do exercício	2.512.343	12.613	11.686	283	2.536.925

(a) A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT extinguiu o Contrato de Arrendamento nº 072/96, nos termos da Lei nº 13.448, de junho de 2017, e do Decreto nº 10.161, de 9 de dezembro de 2019, por meio do terceiro aditivo ao Contrato de Concessão, publicado no DOU de 14 de abril de 2022, mediante a transferência à Concessionária dos bens móveis e da cessão de uso dos bens imóveis. Em consequência da primazia da essência sobre a forma, esta extinção contratual não acarretou impacto às demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que foram mantidas as obrigações financeiras a pagar decorrentes do contrato de arrendamento desses ativos.

Controladora	2023				
	Bens vinculados a concessão (a)	Veículos	Imóveis	Outros	Total
Custo					
Em 1º de janeiro	3.646.575	38.809	31.976	4.382	3.721.742
Adições	-	1.330	-	-	1.330
Remensuração atualização monetária	119.265	(298)	104	311	119.382
Desreconhecimento	-	-	(4.242)	-	(4.242)
Saldo em 31 de dezembro	3.765.840	39.841	27.838	4.693	3.838.212
Depreciação					
Em 1º de janeiro	(1.115.943)	(30.297)	(10.283)	(3.024)	(1.159.547)
Adições	(76.569)	(8.135)	(6.676)	(1.322)	(92.702)
Desreconhecimento	-	-	2.279	-	2.279
Saldo em 31 de dezembro	(1.192.512)	(38.432)	(14.680)	(4.346)	(1.249.970)
Saldo líquido do exercício	2.573.328	1.409	13.158	347	2.588.242

15. INTANGÍVEL

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível. Ativos intangíveis decorrentes da renovação da concessão foram registrados a valor presente e estão sendo amortizados pelo período de vigência do Quarto Termo Aditivo que renovou o contrato de concessão. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças nas vidas úteis estimadas ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. A taxa de amortização dos ativos intangíveis foi estimada em 20% ao ano, exceto para os direitos da concessão que estão sendo amortizados pelo período do contrato. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença

entre o valor líquido obtido pela venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Controladora / Consolidado	2024			Total
	Sistemas informatizados e software	Direitos da Concessão	Projetos em andamento	
Custo				
Em 1º de janeiro	408.603	169.654	33.151	611.408
Adições	9.098	-	16.432	25.530
Transferências	16.636	-	(16.636)	-
Reclassificações	2.500	-	-	2.500
Ajustes no custo	-	(8.425)	-	(8.425)
Baixas	(2.009)	-	(434)	(2.443)
Saldo em 31 de dezembro	434.828	161.229	32.513	628.570
Depreciação				
Em 1º de janeiro	(255.607)	(7.192)	-	(262.799)
Adições	(39.497)	(3.526)	-	(43.023)
Baixas	2.009	-	-	2.009
Saldo em 31 de dezembro	(293.095)	(10.718)	-	(303.813)
Saldo líquido do exercício	141.733	150.511	32.513	324.757

Controladora	2023			Total
	Sistemas informatizados e software	Direitos da Concessão	Projetos em andamento	
Custo				
Em 1º de janeiro	250.783	-	142.247	393.030
Adições	26.550	169.654	29.136	225.340
Transferências	137.052	-	(137.052)	-
Reclassificações	-	-	744	744
Baixas	(5.782)	-	(7.706)	(13.488)
Saldo em 31 de dezembro	408.603	169.654	33.151	611.408
Depreciação				
Em 1º de janeiro	(232.330)	-	-	(232.330)
Adições	(23.961)	(7.192)	-	(31.153)
Baixas	684	-	-	684
Saldo em 31 de dezembro	(255.607)	(7.192)	-	(262.799)
Saldo líquido do exercício	152.996	162.462	33.151	348.609

Projetos em andamento: Os projetos em andamento estão substancialmente representados por gastos incorridos no desenvolvimento de softwares e outras soluções tecnológicas que se enquadram na classificação de ativo intangível. O prazo de conclusão de cada projeto depende da complexidade e do cronograma de entrega. **Direitos da Concessão:** Os direitos da concessão são registrados em contrapartida das "Obrigações da concessão" referente aos valores a pagar a título de outorga e estão sendo amortizados pelo prazo do contrato de concessão.

16. FORNECEDORES

Política contábil: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

	Controladora / Consolidado 2024	Controladora 2023
Valores a pagar a partes relacionadas	220.682	292.079
Fornecedores a pagar – nacionais	596.371	480.431
Fornecedores a pagar – estrangeiros	21.606	14.257
	838.659	786.767
Circulante	838.659	780.947
Não circulante	-	5.820

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Política contábil:

A Companhia adota o Plano de Participação nos Resultados – PPR em que todos os colaboradores são elegíveis e no qual são consideradas metas corporativas e metas específicas das áreas. A Companhia efetua a provisão baseada na medição do cumprimento das metas da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. Os pagamentos de benefícios tais como salário e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

	Controladora / Consolidado 2024	Controladora 2023
PPR – Plano de Participação nos Resultados/Bônus	139.234	109.327
Provisão para férias	54.845	50.826
Salários a pagar	50.037	43.111
INSS	30.470	28.966
FGTS	9.621	8.956
IRRF a pagar	5.331	4.311
Outros	8.817	8.184
	298.355	253.681

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora / Consolidado 2024	Controladora 2023
Imposto de renda	145.094	136.260
Contribuição social	3.693	23.362</



MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9



debêntures virem a ter sua classificação de risco rebaixada em dois *notches*, em relação à classificação de risco das debêntures na data de emissão, até a data de 15 de fevereiro de 2024 e pelo pagamento de prêmio (*flat*), incidente sobre o valor nominal unitário devidamente atualizado, equivalente a 4,35% para as debêntures da 1ª série e 5,35% para as da 2ª série. Os prêmios foram pagos no dia 15 de abril de 2016, com base no valor nominal unitário atualizado do dia 14 de abril de 2016. Em fevereiro de 2024 ocorreu a liquidação de principal, no valor de R\$118.258. • 9ª Emissão: Em abril de 2019, a Companhia realizou sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 65 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 1ª e 2ª, totalizando uma captação de R\$650.000, sendo R\$367.150 alocados na 1ª série e R\$282.850 na 2ª série. A 1ª série foi colocada a mercado, com juros de IPCA+4,095% a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no último ano. A 2ª série foi colocada a mercado, com juros de 106,4% do CDI a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4º e 5º anos. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão foram utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida. Para a 9ª emissão de debêntures, a 2ª série é protegida por instrumento derivativo de *swap* e não é designada para *hedge accounting* de valor justo. Em abril de 2024 ocorreu a amortização integral da 1ª e 2ª série da 9ª emissão de debêntures, nos montantes, respectivamente, R\$485.729 e R\$141.425. • 10ª Emissão: Entre agosto e setembro de 2021, a Companhia realizou sua 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 150.000 debêntures, em três séries, quais sejam 1ª, 2ª e 3ª, totalizando uma captação no montante de R\$1.500.000, sendo R\$700.000 alocados na 1ª série, R\$300.000 alocados na 2ª série e R\$500.000 na 3ª série. A 1ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 100,00% do CDI+1,30% ao ano, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 5º ano. A 2ª série foi colocada a mercado, com juros de 4,97% ao ano e correção monetária pelo IPCA, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 10 anos e amortização anual a partir do 8º ano. A 3ª série foi colocada a mercado, com juros de 5,06% ao ano e correção monetária pelo IPCA, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 15 anos e amortização anual a partir do 13º ano. Para a 10ª emissão de debêntures, somente a 2ª e 3ª séries possuem operações de *swap* e designação para *hedge accounting* de valor justo. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão, foram utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida. • 11ª Emissão: Em outubro de 2023, a Companhia realizou sua 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, via Resolução CVM 160. Foram emitidas 2.000.000 debêntures, em três séries, quais sejam 1ª, 2ª e 3ª, totalizando uma captação no montante de R\$2.000.000, sendo R\$400.000 alocados na 1ª série, R\$800.000 alocados na 2ª série e R\$800.000 alocados na 3ª série. A 1ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 6,2414% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 10 anos e amortização no 10º ano. A 2ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 6,3439% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 12 anos e amortização anual a partir do 10º ano. A 3ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 6,4496% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 15 anos e amortização anual a partir do 13º ano. Para a 11ª emissão de debêntures, as 3 séries são protegidas por instrumento derivativo de *swap* e são designadas para *hedge accounting* de valor justo. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão foram designados em forma de reembolso para projetos de investimentos já realizados em 2021 e 2022 sendo destinado ao caixa da Companhia. • 12ª Emissão: Em outubro de 2024, a Companhia realizou sua 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, via Resolução CVM 160. Foram emitidas 2.500.000 debêntures, em três séries, quais sejam 1ª, 2ª e 3ª, totalizando uma captação no montante de R\$2.500.000, sendo R\$500.000 alocados na 1ª série, R\$1.000.000 alocados na 2ª série e R\$1.000.000 alocados na 3ª série. A 1ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 6,5251% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 10 anos e amortização no 10º ano. A 2ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 6,5514% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 12 anos e amortização anual a partir do 10º ano. A 3ª série foi colocada a mercado com juros de IPCA+ 6,5796% a.a., definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 15 anos e amortização anual a partir do 13º ano. Para a 12ª emissão de debêntures, as 3 séries são protegidas por instrumento derivativo de *swap* e são designadas para *hedge accounting* de valor justo. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão foram designados em forma de reembolso para projetos de investimentos já realizados em 2023 e 2024 sendo destinado ao caixa da Companhia.

Fluxo de amortização dos custos de transação das captações de recursos:

	Controladora / Consolidado				
	2026	2027	2028	Após 2028	Total
FINEM/FINAME - BNDES	81.998	81.998	81.998	573.572	819.566
Notas Promissórias	744.621	-	-	-	744.621
Banco MUFG	400.000	-	-	-	400.000
Banco Safra	200.000	-	-	-	200.000
Banco Citibank	15.455	14.078	12.806	58.207	100.546
Debêntures	1.007.582	282.687	263.738	4.005.555	5.559.562
	2.449.656	378.763	358.542	4.637.334	7.824.295

Fluxo de amortização dos custos de transação das captações de recursos:

Controladora / Consolidado	Curto prazo		Longo prazo			Total
	CP	2026	2027	2028	Após 2028	
Moeda nacional	116	894	93	86	111	1.184
Moeda estrangeira	1.598	1.502	1.448	1.406	8.083	12.439
Debêntures	14.514	14.463	3.849	14.705	155.230	198.247
	16.228	16.859	15.390	16.197	163.424	211.870

Montante dos custos de transações incorridos em cada processo de captação:

	Controladora	2023
	2024	
Debêntures 11ª emissão	-	2.000.000
(-) custos de captação	-	87.994
% custos/valor captação	-	4,40%
Banco Citibank	-	105.254
(-) custos de captação	-	16.743
% custos/valor captação	-	15,91%
Debêntures 12ª emissão	2.500.000	-
(-) custos de captação	107.575	-
% custos/valor captação	4,30%	-

Condições restritivas financeiras (covenants): Todos os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros. As debêntures emitidas pela Companhia também possuem cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros ao final de cada trimestre. Todos os *covenants* foram cumpridos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A condição mais restritiva segue apresentada abaixo: • Alavancagem: a dívida líquida não deve ser superior a 3,0x ao *EBITDA* recorrente; • Cobertura de juros: o *EBITDA* corrente não deve ser inferior a 2,0x as despesas financeiras líquidas. A próxima data de apuração será ao final do 1º trimestre de 2025. A Cia. não identifica riscos de quebra desses limites para o próximo exercício social. As debêntures da 7ª emissão possuem cláusulas de manutenção de *rating* mínimo de classificação de risco atribuível pela *Standard and Poor's* e, que também foram atendidas no exercício informado. As debêntures da 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissão e as Notas Promissórias não possuem cláusulas de manutenção de *rating* mínimo de classificação de risco. A MRS também está sujeita a *covenants* não financeiros usualmente praticados no mercado, tais como o cumprimento de certos padrões de governança e regulatório, entre outros. A Cia. também cumpriu esses *covenants* em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

21. ARRENDAMENTO

Política contábil: Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do contrato de arrendamento. O passivo de arrendamento é reconhecido inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimos incremental da Companhia. O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento é ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. A Companhia determina sua taxa incremental, nominal, utilizando-se dos seguintes critérios: (i) Arrendamento com o Poder Concedente: considera a representatividade e o custo ponderado das dívidas da Companhia; (ii) Contrato de locação de imóveis: taxa cotada com instituições financeiras de relacionamento com a Companhia; (iii) Contrato para locação de máquinas, equipamentos e outros: taxa de financiamento do BNDES (linha específica para este fim que considera TLP mais *spread* do banco). Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) valores que se espera que sejam pagos de acordo com as garantias de valor residual e; (iii) o preço de exercício da opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado é realizado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e/ou de baixo valor:** A Companhia aplica isenção de reconhecimento para os arrendamentos de curto prazo e/ou para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor. Os pagamentos associados a esses arrendamentos continuam sendo reconhecidos como despesa na demonstração do resultado. Os arrendamentos enquadrados no escopo do CPC 06 (R2) referentes aos ativos de direito de uso da Companhia foram agrupados de acordo com sua natureza conforme informações abaixo: • **Bens vinculados à concessão:** contrato com a União referente aos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Após assinatura do quarto termo aditivo que renovou a concessão por mais 30 anos, os valores fixos a pagar passaram a ser reajustados anualmente pelo IPCA. A taxa de desconto nominal determinada para o cálculo do valor presente é de 9,95%. • **Imóveis:** contratos de locação de áreas, salas comerciais, garagens, edificações e outros. A taxa de desconto nominal determinada para o cálculo do valor presente está entre 3,99% ao ano e 12,06% ao ano. • **Veículos:** contratos de locação de veículos para atendimento às áreas operacionais. A taxa de desconto nominal determinada para o cálculo do valor presente está entre 8,88% ao ano e 12,66% ao ano. • **Outros:** aluguel de plataforma aérea, empilhadeira, container, equipamentos de informática, eletrônicos, *software* e outros. A taxa de desconto nominal determinada para o cálculo do valor presente está entre 4,97% ao ano e 8,88% ao ano. Os contratos de arrendamento, exceto o contrato de arrendamento dos bens vinculados à concessão, têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2034. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação, em sua maioria pelo IPCA. A taxa incremental de empréstimos utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos.

Controladora / Consolidado	2024				
	Bens vinculados à concessão	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Arrendamento a pagar					
Em 1º de janeiro	3.486.234	8.562	1.929	737	3.497.462
Adições	-	4.366	6.012	-	10.378
Remensuração por atualização monetária	127.212	1.919	16.152	760	146.043
Reclassificações	86.458	(2.764)	(22)	(4)	83.668
Pagamentos	(718.424)	(3.383)	(9.396)	(1.158)	(732.361)
Saldo em 31 de dezembro	2.981.480	8.700	14.675	335	3.005.190
Juros a transcorrer					
Em 1º de janeiro	(1.459.625)	(3.208)	(119)	(14)	(1.462.966)
Adições/(Reversões)	-	(1.011)	(983)	-	(1.994)
Remensuração por atualização monetária	(57.651)	(377)	(1.386)	(69)	(59.483)
Reclassificações	(86.458)	2.764	22	4	(83.668)
Juros transcorridos	173.541	668	87	56	175.082
Saldo em 31 de dezembro	(1.430.193)	(1.164)	(1.649)	(23)	(1.433.029)
Saldo líquido do exercício	1.551.287	7.536	13.026	312	1.572.161
Circulante	610.753	2.947	9.071	117	622.888
Não circulante	940.534	4.589	3.955	195	949.273

Controladora	2023				
	Bens vinculados à concessão	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Arrendamento a pagar					
Em 1º de janeiro	4.053.086	12.357	9.298	1.817	4.076.558
Adições	-	-	1.512	-	1.512
Remensuração por atualização monetária	119.265	1.849	(287)	313	121.140
Desreconhecimento	-	(2.226)	-	-	(2.226)
Pagamentos	(686.117)	(3.418)	(8.594)	(1.393)	(699.522)
Saldo em 31 de dezembro	3.486.234	8.562	1.929	737	3.497.462
Juros a transcorrer					
Em 1º de janeiro	(1.672.070)	(2.870)	(456)	(102)	(1.675.498)
Adições/(Reversões)	-	-	(182)	-	(182)
Remensuração por atualização monetária	-	(1.745)	(11)	(2)	(1.758)
Desreconhecimento	-	211	-	-	211
Juros transcorridos	212.445	1.196	530	90	214.261
Saldo em 31 de dezembro	(1.459.625)	(3.208)	(119)	(14)	(1.462.966)
Saldo líquido do exercício	2.026.609	5.354	1.810	723	2.034.496
Circulante	551.465	2.840	1.329	704	556.338
Não circulante	1.475.144	2.514	481	19	1.478.158

Fluxo de pagamentos futuros dos arrendamentos:

Controladora / Consolidado	Em até 12 meses		Acima de 5 anos		Total
	Em até 5 anos	Acima de 5 anos	Em até 5 anos	Acima de 5 anos	
Arrendamento a pagar					
Bens vinculados à concessão	732.267	643.965	1.605.248	-	2.981.480
Imóveis	3.488	4.867	345	-	8.700
Veículos	9.995	4.680	-	-	14.675
Outros	130	205	-	-	335
	745.880	653.717	1.605.593	-	3.005.190

Controladora / Consolidado	Em até 12 meses		Acima de 5 anos		Total
	Em até 5 anos	Acima de 5 anos	Em até 5 anos	Acima de 5 anos	
Juros a transcorrer					
Bens vinculados à concessão	(121.513)	(296.686)	(1.011.994)	-	(1.430.193)
Imóveis	(543)	(598)	(23)	-	(1.164)
Veículos	(923)	(726)	-	-	(1.649)
Outros	(13)	(10)	-	-	(23)
	(122.992)	(298.020)	(1.012.017)	-	(1.433.029)

Saldo líquido do exercício
A Companhia apresenta ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais, sendo que o de maior representatividade refere-se aos bens vinculados ao contrato de concessão representado pela disponibilidade dos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga da Companhia. Além desse, foram registrados outros contratos de arrendamento referentes a bens imóveis, máquinas e equipamentos, veículos, equipamentos de TI e contêineres.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil: i. **Reconhecimento e mensuração inicial:** Os valores das contas a receber de clientes e dos títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo é mensurado inicialmente ao preço da operação. ii. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atenderem ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. **Ativos financeiros: avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido levando em consideração a forma em que o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. O objetivo do modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros a fim de receber os fluxos de caixa contratuais. A Companhia realiza gerenciamento de riscos financeiros para limitar os impactos adversos causados por instrumentos financeiros em seu resultado e fluxo de caixa. **Ativos financeiros: avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor do fluxo de caixa contratual de forma que ele não atenderia essa condição. **Ativos financeiros: mensuração subsequente e ganho e perda:**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Passivos financeiros: classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando forem prováveis que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira no exercício em que são incorridos. iii. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado. iv. **Compensação:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. v. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e de taxa de juros. Os derivativos são mensurados ao valor justo no momento inicial e nas mensurações subsequentes. Após o reconhecimento inicial suas variações são registradas no resultado. A Companhia contrata alguns instrumentos como o de *hedge* para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado, ou seja, a variabilidade dos fluxos de caixa associadas a transações no resultado. A Companhia designou determinados *swaps* que protegem dívidas em dólar, CDI e IPCA com juros fixos como instrumento de *hedge* de valor justo. O ganho ou a perda no instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro, no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* que é registrado no passivo com contrapartida no resultado financeiro. Para alguns empréstimos e debêntures a Companhia adotou o modelo de *hedge accounting*. Ao implementar o modelo de *hedge accounting* a Companhia documentou o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia avalia e documenta se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge* mensalmente. **Operações com instrumentos financeiros:** O cálculo do valor justo das aplicações (Caixa e equivalentes de caixa e Caixa restrito) segue a seguinte metodologia: (i) para o cálculo do valor justo, só são consideradas as aplicações cujas taxas contratadas são diferentes a 100% do CDI e (ii) para o cálculo da taxa de desconto, da mensuração do valor justo, é considerada a última taxa de aplicação contratada pela instituição financeira, onde a aplicação está custodiada. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, o cálculo segue a seguinte metodologia: para operações que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública e, para os empréstimos e financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras. Os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, não divergem dos seus valores justos. **Classificação dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:**

Controladora	2024			2023		
	C					



MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9



Consolidado	2024			
	Custo amortizado	VJR	VJR/Operações usadas para hedge	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.144.613	-	4.144.613
Caixa restrito	-	2.880	-	2.880
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	587.214	-	-	587.214
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos – <i>swap/NDF</i>	-	-	55.932	55.932
Total	587.214	4.147.493	55.932	4.790.639

Consolidado	2024			
	Custo amortizado	VJR	VJR/Operações usadas para hedge	Total
Passivos				
Fornecedores	838.659	-	-	838.659
Empréstimos e financiamentos em R\$	2.233.128	-	-	2.233.128
Empréstimos e financiamentos em USD	-	-	118.281	118.281
Debêntures	861.372	-	5.184.075	6.045.447
Arrendamento	1.572.161	-	-	1.572.161
Outras obrigações da Concessão	217.198	-	-	217.198
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos – <i>swap/NDF</i>	-	-	422.831	422.831
Total	5.722.518	-	5.725.187	11.447.705

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e índices de inflação. Os instrumentos financeiros derivativos (*swap*) são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. As operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2024 apresentavam saldo líquido a pagar no valor de R\$373.343 (saldo líquido a receber de R\$168.829 em 31 de dezembro 2023). Enquanto a operação de *NDF* apresentava saldo a receber de R\$ 6.444 (a pagar de R\$1.113 em 31 de dezembro de 2023). As operações citadas acima tiveram suas variações contabilizadas no resultado. A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *hedge* de valor justo após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*. A efetividade é mensurada a partir de testes de eficácia prospectiva, avaliada pelo método estatístico de redução da volatilidade. O *hedge* é considerado eficaz quando o quociente de eficácia do teste prospectivo resultar em valor igual ou maior que 80%. A partir da designação do *swap* para *hedge* de valor justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

Objeto de hedge de valor justo	Controladora / Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Dívida	5.830.880	3.083.119	-	-
Ajuste de <i>hedge</i> de valor justo	(528.524)	172.598	-	-

Impacto no resultado financeiro	Controladora / Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receita financeira	-	-	-	-
Ajuste de <i>hedge</i> de valor justo	701.122	-	-	-
Despesa financeira	-	-	-	-
Ajuste de <i>hedge</i> de valor justo	-	(261.531)	-	-
Resultado financeiro líquido	(a) 701.122	(261.531)		

(a) Foi adotado o *hedge accounting* para a mitigação da volatilidade da marcação a mercado do derivativo para o contrato com exposição em dólar junto ao banco Citibank, ocasionando no equilíbrio do resultado financeiro líquido. Para as 2ª e 3ª séries da 10ª emissão e para as 3 séries da 11ª e 12ª emissão de debêntures, também há operações de *hedge accounting*.

Derivativo designado para hedge de valor justo	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
	Controladora / Consolidado	Controladora	Controladora / Consolidado	Controladora
Tipos de contrato	2024	2023	2024	2023
Contratos de <i>swap</i> (dólar fixo para real CDI)				
Posição ativa				
Dólar Fixo	117.134	100.284	118.004	102.928
Posição passiva				
Real CDI	(91.971)	(100.680)	(94.958)	(104.671)
			23.046	(1.743)
Contratos de <i>swap</i> (IPCA para real CDI)				
Posição ativa				
IPCA	5.714.510	2.982.495	5.184.064	3.152.449
Posição passiva				
Real CDI	(5.464.335)	(2.889.283)	(5.576.258)	(3.051.441)
			(392.194)	101.008
			(369.148)	99.265
Total dos contratos de <i>swap</i>			(373.343)	78.892
Provisão de IR sobre ganhos <i>swap</i>			(4.195)	(20.373)
Total dos contratos de <i>swap</i> líquidos de IR			(373.343)	78.892
Classificados				
No ativo não circulante			49.488	236.805
No passivo circulante			(341.818)	(157.913)
No passivo não circulante			(81.013)	-
			(373.343)	78.892

Derivativos não designados	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
	Controladora / Consolidado	Controladora	Controladora / Consolidado	Controladora
Tipos de contrato	2024	2023	2024	2023
Contratos de <i>hedge</i>				
Posição ativa				
IPCA (IPCA para CDI)	-	481.207	-	481.057
Dólar variável para real fixo	126.692	106.962	127.004	105.849
Posição passiva				
CDI (IPCA para CDI)	-	(375.667)	-	(375.248)
Dólar variável para real fixo	(119.423)	(106.962)	(119.423)	(106.962)
Total dos contratos de <i>hedge</i>			7.581	104.696
Provisão de IR sobre ganhos <i>swap</i>			(1.137)	(15.871)
Total dos contratos de <i>swap</i> líquidos de IR			6.444	88.825
Classificados				
No ativo circulante			6.444	89.938
No passivo circulante			-	(1.113)
			6.444	88.825

A Companhia conta com instrumentos derivativos de *swap* e *NDF* (contrato a termo de dólar). Para a ponta ativa do *swap*, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar ou IPCA, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial, ou curva futura DI x Pré, ambas disponibilizadas pela B3, correspondente ao prazo restante, compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo (*swap*) é convertido pela taxa de câmbio atual, caso o fluxo seja em moeda estrangeira. Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI ou CDI+ taxa prefixada calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual ou taxa prefixada. Em seguida, desconta-se este resultado à curva futura DI x Pré, disponibilizada pela B3, até a data atual.

Descrição	Controladora / Consolidado			Controladora		
	Valor nominal	Valor justo	Vencimentos	Valor nominal	Valor justo	Vencimentos
Contratos de "Swap"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	117.134	118.004		100.284	102.928	
IPCA	5.714.510	5.184.064	Até Set/38	3.463.702	3.633.506	Até set/38
Posição passiva						
Taxas (pós)	(5.556.306)	(5.671.216)		(3.365.630)	(3.531.361)	

Descrição	Controladora / Consolidado			Controladora		
	Valor nominal	Valor justo	Vencimentos	Valor nominal	Valor justo	Vencimentos
Contratos de "NDF"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	126.692	127.004	Até Jan/25	106.962	105.849	Até Fev/24
Posição passiva						
Moeda estrangeira	(119.423)	(119.423)		(106.962)	(106.962)	

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição	MRS recebe	MRS paga	Data de início	Data de vencimento	Valor nominal contratado	Valor justo em 2024 (R\$)		Resultado bruto (R\$) Ativa - Passiva (*)
						Ativa	Passiva	
Contratos de swap								
Banco JP Morgan	SOFR+ 0,90%	CDI+0,93%	06/07/2023	29/06/2035	100.258	112.623	90.589	22.034
Banco JP Morgan	SOFR+ 0,90%	CDI+1,15%	15/09/2023	29/06/2035	4.780	5.381	4.369	1.012
Banco Itaú	IPCA+4,97%	CDI+1,05%	16/08/2021	15/08/2031	300.000	326.611	325.532	1.079
Banco Itaú	IPCA+5,06%	CDI+1,30%	16/08/2021	15/08/2036	500.000	509.930	558.877	(48.947)
Banco XP	IPCA+6,2414%	CDI+0,63%	16/10/2023	15/09/2033	400.000	392.721	425.971	(33.250)
Banco Santander	IPCA+6,3439%	CDI+0,589%	16/10/2023	17/09/2035	400.000	393.811	425.726	(31.915)
Banco XP	IPCA+6,3439%	CDI+0,67%	16/10/2023	17/09/2035	400.000	393.811	427.566	(33.755)
Banco Santander	IPCA+6,4496%	CDI+0,76%	16/10/2023	15/09/2038	400.000	396.385	431.621	(35.236)
Banco BTG Pactual	IPCA+6,4496%	CDI+0,85%	16/10/2023	15/09/2038	400.000	393.212	433.902	(40.690)
Banco Goldman Sachs	IPCA+6,5251%	CDI-0,16%	03/10/2024	15/09/2034	500.000	476.271	508.208	(31.937)
Banco Goldman Sachs	IPCA+6,5514%	CDI-0,15%	03/10/2024	15/09/2036	500.000	476.106	508.313	(32.207)
Banco XP	IPCA+6,5514%	CDI-0,15%	03/10/2024	15/09/2036	500.000	476.998	508.313	(31.315)
Banco Santander	IPCA+6,5796%	CDI-0,05%	03/10/2024	15/09/2039	1.000.000	948.208	1.022.229	(74.021)
Total						5.302.068	5.671.216	(369.148)

Instituição	Data de início	Data de vencimento	Valor nominal contratado	Valor justo em 2024 (R\$)		Resultado bruto (R\$) Ativa - Passiva (*)
				Ativa	Passiva	
Contratos de NDF						
Banco Citibank	31/10/2024	22/01/2025	20.460	127.004	119.423	7.581
Total				127.004	119.423	7.581

(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$5.332, totalizando uma posição líquida passiva de derivativos de R\$366.899 (posição líquida ativa no valor de R\$167.716 em 31 de dezembro de 2023). **22.1. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros: • Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado

não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3: Instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a pagar de R\$366.899 em 31 de dezembro de 2024, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia.

Ativos (Passivos)	Controladora / Consolidado		Controladora	
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
Instrumentos financeiros derivativos ativos	55.932	2	326.743	2
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(422.831)	2	(159.027)	2
	(366.899)		167.716	

22.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, arrendamentos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta Administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia. O comitê financeiro recomenda ações à alta Administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de: (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos; e (ii) que as métricas da Companhia violem *covenants* financeiros já assumidos. Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela Administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia tem sido coberta por contratos de *swap*. Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros. **22.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos. As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* para empréstimos em moeda estrangeira ou IPCA, ambas envolvendo acréscimo de taxas prefixadas, *versus* percentual do CDI ou CDI acrescido de taxa prefixada, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas. **22.4. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos. (a) **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição. No quadro a seguir são considerados três cenários para análise de sensibilidade. Com base nos índices indexadores vigentes em 31 de dezembro de 2024, foi definido o cenário provável para o ano de 2025 e a partir destes cenários foram calculadas variações de 25% e 50%. No cenário provável foi utilizada a perspectiva de mercado para o fechamento de 2025, tendo como base o Relatório Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2024 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Controladora / Consolidado	2024			
	R\$ milhões	25% maior	50% maior	50% maior
Saldo	Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	14,75%	18,44%	22,13%	
IPCA	4,96%	6,20%	7,44%	
Passivo	8.770,2	1.195,4	1.494,3	1.793,1
Exposição em CDI	7.767,1	1.145,6	1.432,1	1.718,5
Exposição em IPCA	1.003,1	49,8	62,2	74,6
Ativo	4.144,6	611,3	764,2	917,0
Aplicações	4.144,6	611,3	764,2	917,0
Posição líquida descoberta	4.625,6	584,1	730,1	876,1

Controladora / Consolidado	2024		2023	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros	-	-	(202)	-
Instrumentos de taxa pós fixada				
Ativos financeiros	4.147.393	3.388.052	4.147.493	4.147.493
Passivos financeiros	(8.396.856)	(7.014.230)	(8.396.856)	(8.396.856)

(b) **Risco de taxa de câmbio:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional. Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com variação positiva de 27,91% (negativa de 7,21% em 31 de dezembro de 2023).

Ativos em moeda estrangeira	Controladora / Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Importações em andamento	-	1.309	-	2.076
Instrumentos financeiros de <i>swap/NDF</i>	119.313	118.004	119.313	102.928
Passivos em moeda estrangeira				
Fornecedores	-	(210.045)	-	(184.655)
Empréstimos e financiamentos	-			



MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9



Controladora	Fluxo de Caixa não descontado – 2023				
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 – 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (R\$)	171.456	239.950	441.305	1.334.521	2.761.190
Partes relacionadas	275.746	-	11.557	-	-
Fornecedores	441.275	58.190	-	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Swaps utilizados para hedge (USD)	5.066	9.609	17.654	50.015	82.195

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados nas notas explicativas 7 e 14.1. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia. **Gestão do capital:** A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado visando o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas de sua operação. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais. A dívida em relação ao capital no final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Total do passivo	13.147.145	11.679.270	13.147.145	11.679.270
(-) Caixa e equivalentes de caixa	4.144.513	3.385.798	4.144.513	3.385.798
(-) Caixa restrito	2.880	2.254	2.880	2.254
Obrigações líquidas	8.999.752	8.291.218	8.999.752	8.291.218
Total do patrimônio líquido	7.465.937	6.385.802	7.465.937	6.385.802
Relação das obrigações líquidas sobre o capital	1,205	1,298	1,205	1,298

23. TRIBUTOS DIFERIDOS

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir: **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

	Controladora / Consolidado		Controladora / Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Provisão para riscos		194.565		225.684
Ativo de direito de uso (*)		811.384		720.021
Ajuste marcação a mercado (MTM)		-		58.402
Provisões diversas		91.428		54.055
Provisão perda ativos		35.312		44.363
Provisão plano de saúde		2.796		2.865
Instrumentos financeiros derivativos		124.746		42
Outros		42		43
Total ativo		1.260.273		1.105.433
Passivo				
Arrendamento (*)		(1.134.728)		(888.827)
Amortização ajustes RTT		(81.468)		(84.021)
Instrumentos financeiros derivativos		-		(57.023)
Ajuste marcação a mercado (MTM)		(180.043)		-
Provisão receita crédito tributário PIS/COFINS	(a)	(14.062)		(28.193)
Depreciação		(114.447)		(98.677)
Outros		(21.162)		(12.323)
Total passivo		(1.545.910)		(1.169.064)
Total líquido		(285.637)		(63.631)

(*) Alteração à IAS 12/CPC 32 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. A alteração é efetiva para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e requer o reconhecimento de um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido quando uma única transação gera diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis no mesmo momento. A adoção da referida alteração não resultou em mudanças nos saldos contábeis, no entanto, a Companhia passou a apresentar separadamente o ativo fiscal diferido e o passivo fiscal diferido decorrentes de arrendamentos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O valor de R\$1.260.273 (R\$1.105.433 em 31 de dezembro de 2023) refere-se ao ativo fiscal diferido. A Companhia estimou seu lucro tributável futuro para os próximos 5 anos e o mesmo demonstrou ser suficiente para cobrir as diferenças temporárias do ativo diferido. Desta forma, os ativos fiscais diferidos foram integralmente reconhecidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024. O valor de R\$1.545.910 (R\$1.169.064 em 31 de dezembro de 2023) refere-se ao passivo fiscal diferido o qual contempla a parcela de desconstituição (amortização) dos ajustes decorrentes do RTT – Regime Tributário de Transição. Movimentação líquida da conta de impostos diferidos:

	Controladora / Consolidado		Controladora / Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Em 1º Janeiro				
Provisão receita crédito tributário PIS/COFINS		(63.631)		91.552
Depreciação	(a)	14.131		31.120
Provisões diversas		(15.770)		(74.045)
Ajuste marcação a mercado (MTM)		37.373		18.384
Amortização ajustes RTT		(238.445)		94.556
Provisão plano de saúde		2.552		2.552
Arrendamento		(69)		286
Ativo de direito de uso		(245.901)		(227.306)
Instrumentos financeiros derivativos		91.363		88.659
Provisão para riscos		181.769		(63.959)
Provisão perda ativos		(31.119)		(18.309)
Outros		(9.051)		4.781
No final do exercício		(285.637)		(63.631)

a) Considerando o crédito decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia esclarece que tem conhecimento do julgamento do RE 1.063.187 (Tema 962), em 30 de setembro de 2021, pela sistemática da repercussão geral, no qual o Supremo Tribunal Federal decidiu ser inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em decorrência de repetição de indébito tributário. Restou decidido em sede de Embargos de Declaração, definitivamente julgados em 29 de abril de 2022, que a decisão produzirá efeitos prospectivos, ficando ressalvadas as ações ajuizadas até 17 de setembro de 2021. A decisão transitou em julgado em 10 de junho de 2022. A MRS ajuizou ação, em 1º de setembro de 2019, e teve seu recurso de apelação parcialmente provido para afastar a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em decorrência de repetição de indébito tributário, nos moldes do *leading case*. Tendo em vista que os assessores jurídicos da MRS consideraram remota a perda da discussão em relação ao Tema 962, em julho de 2022, o valor provisionado de R\$54.248 referente ao IRPJ e CSLL diferido foi revertido. A decisão definitiva favorável à MRS transitou em julgado em setembro de 2023, confirmando o prognóstico dos assessores jurídicos. Em 2024, a redução de R\$14.131 foi decorrente dos créditos compensados conforme mencionado na nota 10, letra a.

PIS e COFINS Diferidos

	Controladora / Consolidado		Controladora / Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Em 1º Janeiro				
Provisão receita crédito tributário PIS/COFINS		(2.833)		(8.023)
No final do exercício	10.a	1.735		5.190
		(1.098)		(2.833)

24. DIVIDENDOS A PAGAR

Política contábil: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos não será inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A. somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 336.184, equivalente ao valor de R\$ 0,9947 por ação, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora / Consolidado		Controladora / Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		1.415.510		1.200.149
Apropriação para reserva legal		(70.776)		(60.007)
Lucro líquido base para determinação dos dividendos		1.344.734		1.140.142
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%		336.184		285.036
Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores		201		154
Total dos dividendos a pagar	7	336.385		285.190

Em 20 de dezembro de 2024 foram pagos R\$284.982 de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2023 (R\$207.617 em 15 de dezembro de 2023, referente ao exercício de 2022).

25. PROVISÕES

Política contábil: As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor poderá ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões estão compostas da seguinte forma:

	Controladora / Consolidado		Controladora / Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisões para riscos	25.1	572.252		663.778
Provisões junto ao Poder Concedente	25.2	137.332		27.396
Provisões para benefícios pós-emprego	25.3	8.223		8.427
Outras provisões		29.955		31.355
		747.762		730.956
Circulante		112.202		21.826
Não circulante		635.560		709.130

25.1 Provisões para riscos: As provisões para riscos, classificadas com risco de perda provável, estão registradas no passivo não circulante e compostas como segue:

Controladora / Consolidado	de ações (*)	envolvido (*)	Depósitos judiciais		Valor líquido
			Provisão	Valor líquido	
Trabalhistas	(a)	1.501	865.645	346.932	(50.741)
Cíveis	(b)	1.111	523.052	74.344	(14.741)
Fiscais	(c)	171	785.973	142.762	(60.560)
Ambientais	(d)	128	80.093	8.214	(1.118)
Outras	(e)	6	5.643	-	-
		2.917	2.260.406	572.252	(127.160)
					445.092

No decorrer dos processos, a Companhia é exigida a realizar depósitos judiciais e para garantia de execução para permitir interposição de recurso, nos termos da Lei. Os depósitos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante (vide NE 12) até que haja decisão judicial. Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, o impacto futuro esperado em caixa está composto como segue:

Controladora / Consolidado	de ações (*)	envolvido (*)	Depósitos judiciais		Valor líquido
			Provisão	Valor líquido	
Trabalhistas	(a)	1.501	865.645	346.932	(50.741)
Cíveis	(b)	1.111	523.052	74.344	(14.741)
Fiscais	(c)	171	785.973	142.762	(60.560)
Ambientais	(d)	128	80.093	8.214	(1.118)
Outras	(e)	6	5.643	-	-
		2.917	2.260.406	572.252	(127.160)
					445.092

(*) Referem-se aos processos classificados com prognóstico de perda possível e provável. (a) **Trabalhistas:** As ações trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias, parcelas indenizatórias, adicional

noturno, intervalo intrajornada, equiparação salarial e adicionais de periculosidade e insalubridade. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total das causas trabalhistas, classificadas com prognóstico de perda possível ou provável, era de R\$865.645 (R\$833.267 em 31 de dezembro de 2023). As causas com prognóstico de perda provável versam no montante de R\$713.152, sendo que para essas causas, baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado R\$346.932 para 1.066 processos (R\$452.479 em 31 de dezembro de 2023), considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações. A adição no valor de R\$118.072 deve-se, principalmente, a mudanças de prognóstico, resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período. A baixa de provisão no montante de R\$165.359 é decorrente dos pagamentos de execução, pagamentos por celebração de acordos e mudanças de prognóstico, principalmente, referente a decisão monocrática publicada em 8 de outubro de 2024, proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Belo Horizonte STEFBH, reconsiderando decisão anterior, que julgou improcedente o pedido de enquadramento na categoria "b" do artigo 237 da Consolidação das Leis do Trabalho e as horas extras daí decorrentes. Como consequência, a Administração, baseada na avaliação dos consultores jurídicos que patrocinam a causa e que alteraram o prognóstico de perda para possível, procedeu a reversão da provisão no terceiro trimestre. Desta forma, foi realizada a reversão da provisão referente a esse processo, no valor de R\$145.404, sendo R\$65.145 de principal e R\$80.259 de atualização. Outrossim, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui uma contingência de R\$152.493 para 435 processos com estimativa de perda possível, os quais não possuem valores constituídos de provisão. (b) **Cíveis:** A Companhia é parte em 1.111 ações, sendo 970 em que figura como ré e 141 em que figura como autora/confrontante/interessada. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total dessas ações cíveis, classificadas com prognóstico de perda possível ou provável, era de R\$ 523.052 (R\$484.311 em 31 de dezembro de 2023). As ações em que a Companhia figura como ré, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários, legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio, manutenção no plano de saúde e índice de reajuste de mensalidade de plano de saúde após desligamento de funcionários da Companhia, equiparação do plano de previdência privada ao plano da RFFSA e ações civis públicas. O valor total envolvido nas referidas ações classificadas com prognóstico de perda possível ou provável, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$461.840. As causas com prognóstico de perda provável envolvem o montante de R\$107.677, seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisionado para essas causas o montante de R\$74.287 para 172 processos (R\$77.092 em 31 de dezembro de 2023), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável. Os demais 798 processos não constituem provisão, uma vez que o prognóstico de perda foi classificado como possível. O valor das contingências com esse prognóstico é de R\$354.163 em 31 de dezembro de 2024 (R\$359.793 em 31 de dezembro de 2023) e se refere, principalmente, a ações de indenização decorrentes de acidentes ferroviários. As ações em que a Companhia figura como autora/confrontante/interessada, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião, reintegração de posse e desapropriação. O valor total envolvido nas referidas 141 ações, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$61.212 classificados com prognóstico de perda possível ou provável. Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui provisão de R\$57 para 38 processos (R\$0,4 em 31 de dezembro de 2023), referente a condenações ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência. Foram realizadas baixas de provisão no período, totalizando R\$12.474, decorrentes da efetivação dos gastos provisionados. A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$ 750mil por evento/ocorrência e no agregado. (c) **Fiscais:** A Companhia é parte em 171 processos judiciais e administrativos de natureza tributária, sendo 29 ações de recuperação de tributos e 142 ações com risco possível ou provável de saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total envolvido para as 142 ações era de R\$785.973 (R\$702.280 em 31 de dezembro de 2023). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R\$142.762 (R\$127.247 em 31 de dezembro de 2023), referente a 8 processos considerando a perspectiva de perda provável. A composição das provisões fiscais com prognóstico de perda provável está composta conforme a seguir: - ICMS – os valores de R\$87.601 e R\$44.889 referem-se a processos em que se discute o aproveitamento de créditos de ICMS nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, pela aquisição de bens classificados pela Companhia como insumos ou integrantes do ativo permanente, glosados pela fiscalização estadual; - Autuação INSS por suposta ausência de recolhimento de adicional ao SAT: R\$10.272. A Companhia tem 134 processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O valor das contingências com prognóstico de perda possível é de R\$643.211 em 31 de dezembro de 2024 (R\$574.533 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a ações que versam, em sua maioria, sobre: • Autos de infração para glosa de créditos de PIS e COFINS sobre arrendamento, tráfego mútuo e direito de passagem no valor de R\$192.640; • Auto de infração para glosa de créditos de PIS e COFINS subvenção no valor de R\$21.040; • IPTU imunidade recíproca R\$114.940, referem-se a processos administrativos e judiciais relativos à cobrança de IPTU sobre imóveis operacionais, objeto do contrato de concessão, cedidos à Companhia pela União Federal para prestação do serviço de transporte (Tema 1297 STF); • PIS e COFINS tráfego mútuo: R\$19.364, referem-se à exigência do PIS e da COFINS sobre o ingresso de valores a título de tráfego mútuo no caixa da Companhia e, ato contínuo, transferidos a terceiros (receita de outra concessionária); • ICMS Glosa de créditos: R\$217.380, referem-se ao aproveitamento de créditos de ICMS, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, pela aquisição de bens classificados pela Companhia como insumos ou integrantes do ativo permanente, glosados pela fiscalização estadual; • Autuação ICMS RJ por suposta ausência de escrituração do Livro CIAP: R\$40.061. (d) **Ambientais:** A Companhia é parte em 15 processos judiciais e 113 processos administrativos cujo objeto versa sobre matéria ambiental. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total envolvido nas referidas ações judiciais era de R\$80.093 (R\$70.866 em 31 de dezembro de 2023). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R\$8.214 referente a 11 processos considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações, permanecendo os demais como perda possível. (e) **Outras:** A Companhia tem (i) 5 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) vigentes, sendo 3 decorrentes de matéria trabalhista e 2 de matéria cível e (ii) 1 Termo de Compromisso de Matéria Cível, firmado com o Ministério Público. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total envolvido era de R\$5.643. **25.2 Provisões junto ao Poder Concedente:** As provisões junto ao Poder Concedente compreendem indenizações, multas e além de outras provisões de obrigações decorrentes da renovação da concessão. **25.3 Provisões para benefícios pós-emprego:** **Plano de assistência médica:** **Política contábil:** A Companhia concede benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial e são acumulados durante o período de emprego. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, taxas de rotatividade e de permanência no plano após desligamento/aposentadoria. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados, utilizando método da unidade de crédito projetado. Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

Plano de assistência médica

A Companhia oferta para seus empregados, um plano de assistência médica administrado pela Operadora Bradesco Saúde. O custeio do plano é na modalidade de preço pós-estabelecido, com rateio parcial das despesas, mediante o recolhimento de uma contribuição mensal dos beneficiários. Como há a participação do empregado no custeio do plano, a extensão desse benefício está garantida ao ex-empregado demitido ou exonerado sem justa causa ou aposentado, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9656/1998, regulamentados pela Resolução Normativa nº 488/2022 da ANS, que revogou a Resolução Normativa nº 279/2011. A Companhia paga à Operadora a diferença entre as despesas com a utilização do plano, acrescida da taxa de administração. A Companhia também oferece a seus empregados e ex-empregados planos de saúde administrados pela Operadora Unimed Juiz de Fora. Nesse caso, são ofertados dois planos distintos, sendo um deles, em preço pós-estabelecido, destinado aos empregados ativos e o outro, em preço pré-estabelecido, destinado exclusivamente para ex-empregados. Por força dos dispositivos da Resolução Normativa nº 488/2022, no cálculo do reajuste a ser aplicado às mensalidades do plano dos ex-empregados, a Unimed Juiz de Fora deve avaliar conjuntamente toda a sua carteira de planos exclusivos para ex-empregados. Contudo, sempre que o reajuste anual proposto pela Unimed Juiz de Fora para o plano exclusivo dos ex-empregados superar o valor percentual proposto pelo Bradesco Saúde para as contribuições do ex-empregado, a MRS repassará aos beneficiários vinculados à Unimed Juiz de Fora o mesmo valor de reajuste atribuído aos beneficiários vinculados à Bradesco Saúde e assumirá o pagamento da diferença do plano de saúde da Unimed. Em virtude dessa medida, a Companhia assume o compromisso de custear parcialmente a assistência médica dos ex-colaboradores vinculados à Unimed Juiz de Fora e de seus respectivos dependentes. Em 31 de dezembro de 2024, o plano contava com 19.020 vidas entre Bradesco Saúde e Unimed Juiz de Fora e as contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$82.886 em 31 de dezembro de 2024 (R\$76.092 em 31 de dezembro de 2023). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Resultados Abrangentes como outros resultados abrangentes, conforme determina o Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Em 31 de dezembro de 2024, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de assistência médica no valor de R\$8.223 (R\$8.427 em 31 de dezembro de 2023), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante. a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	Controladora / Consolidado		Controladora / Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro		8.427		8.250
Despesa reconhecida no exercício		1.060		1.109
Ganho nas obrigações		(1.264)		(932)
Passivo atuarial em 31 de dezembro		8.223		8.427

b. Movimentação do passivo atuarial:


MRS Logística S.A.

CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565

Sociedade Anônima de Capital Aberto

Registro CVM 01794-9



tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% da quota efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais. O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$9.939 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$9.191 em 2023), as quais foram registradas como despesa do exercício. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não existiam passivos em nome da Companhia decorrentes do plano de previdência complementar. **Seguro de vida:** Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Generali Companhia de Seguros. Em 2024, a Companhia contribuiu com R\$1.481 (R\$1.387 em 2023) com seguro de vida de seus funcionários.

26. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora / Consolidado 2024	Controladora 2023
Obrigações da concessão	(a) 217.198	195.580
Obrigações contratuais com partes relacionadas	12.822	25.644
Combustível consignado	9 13.992	17.531
Outras obrigações a pagar	939	1.338
	244.951	240.093
Circulante	52.970	39.597
Não circulante	191.981	200.496

(a) Do valor de R\$217.198, R\$197.625 correspondem aos recursos que serão destinados à preservação da memória ferroviária e para o desenvolvimento tecnológico, que após emissão da Resolução nº 6.021 de 20 de julho de 2023 e Portaria nº 17 de 6 de dezembro de 2023, pela ANTT, deliberou sobre as diretrizes e procedimentos dessas obrigações regulatórias e a Companhia efetuou o reconhecimento destas obrigações contratuais, no passivo circulante e não circulante, ajustadas a valor presente.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil: O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal. (a) **Capital subscrito e integralizado:** Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2024, o Conselho aprovou o aumento do capital social, sem emissão de novas ações, utilizando parte do saldo da reserva de investimentos no valor de R\$75.841. Esse aumento tem por objetivo o atendimento à obrigação regulatória para o ano 2, prevista no Quarto Termo Aditivo ao contrato de concessão. O capital subscrito e integralizado no montante de R\$4.036.872 em 31 de dezembro de 2024 (R\$3.961.031 em 31 de dezembro de 2023) está dividido em 337.977.019 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes "A" e "B". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000. De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter, direta ou indiretamente, mais de 20% da totalidade das ações representativas do capital votante da Companhia. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite. Em 31 de dezembro de 2024, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
Acionista	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,12%	74.301.916	49,28%	111.968.442	33,13%
Companhia Siderúrgica Nacional	26.611.282	14,21%	36.765.916	24,39%	63.377.198	18,75%
CSN Mineração S.A.	25.802.872	13,78%	37.536.000	24,90%	63.338.872	18,74%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	20,04%	342.805	0,23%	37.856.455	11,20%
Vale S.A.	36.270.703	19,37%	769.304	0,51%	37.040.007	10,96%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,38%	-	-	4.460.128	1,32%
Railvest Investments	14.747.620	7,88%	-	-	14.747.620	4,36%
Minoritários	4.137.420	2,21%	1.050.877	0,70%	5.188.297	1,54%
Total de ações	187.210.201	100,00%	150.766.818	100,00%	337.977.019	100,00%

(b) **Direito das ações:** Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia. As preferências da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social. Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social. (c) **Reserva de lucros – reserva legal:** Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da Reserva Legal é de R\$551.518 (R\$480.742 em 31 de dezembro de 2023). (d) **Reserva de lucros – reserva para investimentos:** O saldo da Reserva para investimentos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$2.865.703 (R\$1.932.994 em 31 de dezembro de 2023). Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de março de 2024, o Conselho aprovou o aumento de capital social, utilizando parte do saldo da reserva de investimentos no valor de R\$75.841. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia propôs a retenção dos lucros acumulados do ano de 2024 no montante de R\$1.008.550, correspondente a parcela de 75% do lucro líquido de 2024 (após a dedução de 5% destinado à reserva legal), visando o suprimento dos recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital na Companhia. (e) **Outros resultados abrangentes:** Os outros resultados abrangentes referem-se aos ganhos atuariais do plano de assistência médica, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

	Ganhos atuariais	IRPJ/CSLL	Total
31 de dezembro de 2023	12.437	(1.402)	11.035
Ganhos	767	42	809
31 de dezembro de 2024	13.204	(1.360)	11.844

28. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício	1.415.510	1.200.149
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de ações ordinárias	187.210	187.802
Média ponderada de ações preferenciais - A	81.588	81.886
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.179	69.430
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (Lucro básico)	165.844	166.448
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (Lucro diluído)	89.747	90.075
Denominador para lucros básicos por ação	353.054	354.250
Denominador para lucros diluídos por ação	346.136	347.307
Lucro básico diluído por ação ordinária	4,009	3,388
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico/diluído por ação preferencial - A	4,410	3,727
Lucro básico/diluído por ação preferencial - B	4,410	3,727

A Companhia não detém ações em circulação com potencial de diluição ou outros instrumentos que poderiam resultar na diluição do cálculo do lucro por ação.

29. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

Política contábil: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita com prestação de serviços de transporte ferroviário de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida na medida em que os serviços são executados. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

	Controladora / Consolidado 2024	Controladora 2023
Receita bruta de serviços	7.484.648	6.872.969
Impostos sobre serviços	(459.675)	(423.844)
	7.024.973	6.449.125

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os contratos de prestação de serviços com os clientes estabelecem os preços e as previsões de toneladas a serem transportadas durante o período de vigência.

30. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora / Consolidado 2024	Controladora 2023
Combustíveis/lubrificantes	(1.109.471)	(1.046.288)
Mão de obra e encargos sociais	(1.093.085)	(958.909)
Depreciação e amortização	(1.015.019)	(911.299)
Serviços de terceiros	(562.461)	(468.328)
Insumos/outros materiais	(326.925)	(233.841)
Partilhas de fretes e custos acessórios ao transporte	(271.593)	(239.238)
Custo da concessão	(99.332)	(34.594)
Aluguel veículos e equipamentos operacionais	(12.240)	(9.926)
Outros	(34.171)	(88.060)
	(4.524.297)	(3.990.483)
Custo dos serviços prestados	(3.909.918)	(3.456.893)
Despesas com vendas	(18.679)	(22.789)
Despesas gerais e administrativas	(595.700)	(510.801)
	(4.524.297)	(3.990.483)

(a) Refere-se aos custos adicionais decorrentes de novas obrigações regulatórias, incluindo, dentre outras, as que estão descritas na nota explicativa 26, letra (a).

31. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora / Consolidado 2024	Controladora 2023
Outras receitas operacionais		
Multas contratuais	(a) 159.044	199.791
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)	62.099	64.864
Reversões de provisão para riscos	45.790	44.099
Receitas de indenização	-	29.117
Receitas alternativas	32.968	26.715
Seguros	12.743	14.981
Receita na venda de imobilizado	8.891	6.476
Reversão de provisão para perda de ativos circ. não circulantes	25.071	-
Outros créditos	1.733	11.899
	348.339	397.942
Outras despesas operacionais		
Estorno parcela legal ICMS	(b) (111.341)	(90.174)
Execuções por perdas processuais	(29.160)	(77.998)
Valor residual do ativo imobilizado/intangível baixado	(63.551)	(46.686)
Impostos sobre vendas e outras receitas	(27.428)	(33.955)
Despesas com patrocínios (incentivos fiscais)	(21.000)	(23.080)
Demais despesas tributárias	(26.399)	(22.665)
Provisão para perdas de ativos não circulantes	-	(17.934)
Doações	(3.043)	(4.289)
Convênio com municípios	(3.483)	(1.350)
Baixa de títulos	(217)	(666)
Outras despesas	(18.469)	(19.785)
	(304.091)	(338.582)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	44.248	59.360

(a) Alguns contratos de serviços de transporte ferroviário possuem cláusulas de mecanismos de proteção de receita (take or pay), com a finalidade de garantir que os volumes de transporte demandados pelos clientes sejam realizados. O acionamento da cláusula de mecanismo de proteção ocorre quando o cliente não realiza o volume mínimo previsto em contrato. Os valores são apurados conforme período previsto em contrato e calculados sobre os principais itens que compõem o custo. A receita decorrente do acionamento do mecanismo de proteção é reconhecida em outras receitas operacionais. (b) Valores decorrentes de estorno legal apurados conforme determinação da legislação do ICMS. A Companhia apura mensalmente o coeficiente de aproveitamento e estorna a parcela que excede a este percentual.

32. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Política contábil: As receitas financeiras abrangem as receitas de juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos financeiros e ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária de provisões, obrigações legais e fiscais, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e ajustes a valor presente de arrendamentos.

	Controladora / Consolidado 2024	Controladora 2023
Receitas financeiras		
Rendimentos s/ aplicações financeiras	342.483	207.556
Instrumentos financeiros derivativos – swap/NDF	-	69.366
Variação cambial e monetária	15.532	45.956
Ajuste a valor presente de contas a receber	28.319	23.899
Juros crédito tributário PIS/COFINS	7.716	8.277
Ajuste de marcação a mercado hedge accounting	701.122	-
Juros	2.177	-
Outras receitas financeiras	26.809	1.475
	1.124.158	361.529
Despesas financeiras		
Juros	(430.867)	(438.297)
Ajuste de marcação a mercado hedge accounting	-	(260.388)
Ajuste a valor presente de arrendamentos	(175.081)	(214.261)
Variação cambial e monetária	(335.210)	(152.338)
Instrumentos financeiros derivativos – swap/NDF	(601.936)	-
Outras despesas financeiras	(78.247)	(36.666)
	(1.621.341)	(1.101.950)
	(497.183)	(740.421)

Resultado financeiro, líquido
33. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos os quais são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Nesse último caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou prejuízo compensável do exercício, adicionados de quaisquer ajustes de exercícios anteriores, se houver. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos, previstas por lei, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidas. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

	Controladora / Consolidado 2024	Controladora 2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.047.741	1.777.581
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:	696.232	604.378
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	(64.001)	(26.946)
Incentivos fiscais	(59.817)	(42.506)
Ajustes IR corrente exercícios anteriores	(15.956)	-
Ajustes IR/CS exclusão PIS e COFINS base de cálculo ICMS	(2.387)	(4.514)
Ajuste de estoque	3.406	1.455
Despesas com doações	8.175	9.384
Outros	2.578	9.235
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	632.231	577.432
Corrente	410.182	422.207
Diferido	222.049	155.225
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	632.231	577.432
Alíquota fiscal efetiva total – correntes	30,87%	32,48%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos	20,03%	23,75%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos	10,84%	8,73%

a) Do valor de R\$59.817, R\$19.202 refere-se ao crédito presumido de ICMS MG em que a MRS Logística S.A. possui Mandado de Segurança nº 5089389-96/2024.4.02.5101/RJ, com liminar e sentença já proferidas, reconhecendo o direito a exclusão das bases de cálculo do IRPJ e CSLL as receitas relacionadas ao benefício fiscal de crédito presumido do ICMS a ela concedido, afastando-se ainda, as exigências previstas na Lei nº 14.789/2023. Para cálculo do valor a ser excluído a Cia. adotou o entendimento proferido pela Receita Federal do Brasil no Ato Interpretativo nº 4 de 26 de dezembro de 2024.

34. OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA

34.1 Movimentações que não afetaram o caixa nas atividades de investimento: Durante o exercício de 2024, a Companhia realizou adições de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no valor de R\$ 439.226 (R\$ 135.289 em 31 de dezembro de 2024) que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa. **34.2 Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento:**

	2024					
	Empres- tímo- bancários	Debên- turos	Arrenda- mento	Total	Instru- mentos finan- ceiros	Dívida total
Controladora / Consolidado						
Empréstimos e financiamentos 31/12/2023	2.236.419	4.638.864	2.034.496	8.909.779	(167.716)	8.742.063
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(181.579)	1.362.060	(732.361)	448.120	(36.408)	411.712
Novas captações	-	2.500.000	-	2.500.000	-	2.500.000
Pagamentos do principal	(41.786)	(745.412)	(557.279)	(1.344.477)	(36.408)	(1.380.885)
Pagamento de juros	(139.793)	(285.139)	(175.082)	(600.014)	-	(600.014)
Custo da transação	-	(107.389)	-	(107.389)	-	(107.389)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	281.232	(168.238)	270.026	383.020	571.023	954.043
Aquisição/novos arrendamentos	-	-	8.384	8.384	-	8.384
Atualização de juros, variação monetária e cambial	281.232	(168.238)	261.642	374.636	571.023	945.659
Empréstimos e financiamentos 31/12/2024	2.336.072	5.832.686	1.572.161	9.740.919	366.899	10.107.818

Os pagamentos relacionados a fornecedores de investimento são apresentados no fluxo de caixa como atividades de financiamento. Em 2024, foi efetuado o pagamento de R\$138.936 (R\$237.027 em 2023) referente a investimentos de anos anteriores.

35. SEGUROS

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI*	Franquia
Riscos operacionais	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	30 de setembro de 2025	375.000	7.500
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de fevereiro de 2026	85.000	750
RC Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	30 de abril de 2025	70.000	N/A
Seguro-garantia execução contrato de concessão	Cumprimento das obrigações com ANTT	17 de junho de 2025	1.390.723	N/A



MRS Logística S.A.

CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, Comercial, Operações, Finanças, Desenvolvimento e Relações com Investidores, Engenharia e Manutenção e Pessoas e demais Diretores da MRS Logística S.A., sociedade por ações de capital aberto, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2025.

Guilherme Segalla de Mello

Diretor Presidente, Comercial, Operações, Finanças, Desenvolvimento e Relações com Investidores, Engenharia e Manutenção e Pessoas

Félix Lopez Cid

Diretor de Projetos e Obras

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio

Henrique Rocha Martins

Luiz Gustavo Bambini de Assis

Raphael Steiman

Ane Menezes Castro Matheus

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, Comercial, Operações, Finanças, Desenvolvimento e Relações com Investidores, Engenharia e Manutenção e Pessoas e demais Diretores da MRS Logística S.A., sociedade por ações de capital aberto, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2025.

Guilherme Segalla de Mello

Diretor Presidente, Comercial, Operações, Finanças, Desenvolvimento e Relações com Investidores, Engenharia e Manutenção e Pessoas

Félix Lopez Cid

Diretor de Projetos e Obras

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio

Henrique Rocha Martins

Luiz Gustavo Bambini de Assis

Raphael Steiman

Ane Menezes Castro Matheus

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da MRS Logística S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MRS Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MRS Logística S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Contrato de Arrendamento com o Poder Concedente

Por que é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

A Companhia, em 29 de julho de 2022, celebrou com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (doravante referido por "Contrato de Arrendamento"), que prorroga antecipadamente, por mais 30 anos, a concessão do serviço público de transporte ferroviário de carga, com prazo até 2056, cujo reconhecimento contábil está dentro do escopo do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente à IFRS 16 - "Leases").

Devido, principalmente, à relevância dos saldos relacionados ao direito de uso no ativo e às obrigações de arrendamento no passivo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e às suas particularidades, consideramos os impactos quantitativos e qualitativos do Contrato de Arrendamento com a União como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria e, portanto, um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes relacionadas ao monitoramento e cumprimento das obrigações previstas no Contrato de Arrendamento; (ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Diretoria para contabilização das transações relacionadas ao Contrato de Arrendamento e se estas estavam de acordo com as normas contábeis aplicáveis; (iii) procedimentos de auditoria referentes às movimentações do ativo e do passivo de arrendamento, incluindo o recálculo da depreciação do direito de uso e a apropriação da atualização monetária anual na data de aniversário do contrato; (iv) inspeção dos comprovantes de pagamentos efetuados e correspondentes extratos bancários, para a totalidade dos pagamentos efetuados à União no ano de 2024; e (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas à luz do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes materiais não corrigidos pela Diretoria da Companhia, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de reconhecimento do Contrato de Arrendamento. Avaliamos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados, e concluímos que estes permaneceram adequados.

Consideramos, como resultado desses procedimentos de auditoria, que os valores contabilizados relativos ao Contrato de Arrendamento, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

www.mrs.com.br



Manhã ☀️ Tarde ☁️ Noite 🌧️ 34° 22° 55% 05:55 18:15 VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Rio de Janeiro

CONTAS PÚBLICAS

Déficit do estado do RJ cai para R\$ 2,4 bilhões no final de 2024

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ) informou que o aumento na arrecadação, somado às medidas de gestão das contas públicas, contribuiu para reduzir em 72% o déficit do estado em 2024, de R\$ 8,5 bilhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para R\$ 2,4 bilhões no encerramento do ano.

Os resultados fiscais do estado do Rio de Janeiro em 2024 foram apresentados ontem, durante audiência pública da Comissão de Orçamento, Finan-

ças, Fiscalização Financeira e Controle da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Com aumento nominal, considerando a inflação do período de 2,7% em relação a 2023, a receita líquida cresceu R\$ 2,5 bilhões de acordo com dados do Relatório de Gestão Fiscal.

Apresentado pelo secretário de Fazenda, Juliano Pasqual, o resultado foi atribuído ao incremento das receitas tributárias, com destaque para o aumento real, descontada a inflação, de 9,4% da arrecadação de

ICMS e de 6,4% do IPVA no ano passado. Além disso, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECP) também registrou um aumento real de 7,7% em relação a 2023.

O relatório também evidenciou investimentos acima dos 12% obrigatórios da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) na saúde, que registrou o percentual de 15,21%. Já na educação, que tem o mínimo estabelecido de 25%, foram aplicados 26,93%.

"Já nas despesas com pessoal, o Rio de Janeiro se manteve dentro do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 49% da Receita Corrente Líquida. O percentual fechou o ano passado em 46,74% da LRF", informou o governo estadual.

Em 2024, segundo a Sefaz, o Rio também seguiu cumprindo suas obrigações em relação aos Restos a Pagar, despesas realizadas em anos anteriores e não pagas. Do estoque total de R\$ 3,9 bilhões, apenas R\$ 627 milhões são de antes de 2024.

responsável pela investigação, o imóvel foi construído com dinheiro ilícito e funciona também como uma fortaleza do tráfico, armazenando armas e drogas. A academia de ginástica, que já foi desmontada, funcionava como ponto de encontro da facção, segundo a polícia.

Ao ocupar o terreno, o traficante cometeu ainda crime ambiental, pois construiu em a área de proteção, segundo a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente. Além de destruir uma extensa vegetação nativa, houve o desvio de um curso de água para abastecer o lago dos peixes.

PEIXÃO

Polícia faz operação para demolir imóveis de luxo de traficante

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Uma operação conjunta das polícias civil e militar demoliu imóveis de luxo do traficante Alvaro Malaquias Santa Rosa, o "Peixão", no Complexo de Israel, na zona norte do Rio de Janeiro. Entre eles está um resort mantido pelo suspeito em Parada de Lucas.

"Peixão" é apontado como um dos chefes da facção criminosa Terceiro Comando Puro (TCP), que age dentro e fora dos presídios do Estado. Segundo a polícia, o traficante tem mais de 10 mandados de prisão expedidos contra ele e está foragido. A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Santa Rosa.

O traficante acumula imóveis de luxo, entre eles o chamado "resort green", um amplo espaço com piscinas e um lago para a criação de carpas coloridas. Na mansão de "Peixão", funciona também uma academia de ginástica completa, com equipamentos modernos. Conforme a Delegacia de Repressão a Entorpecentes,

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278

Trevo Criativo Consultoria e Assessoria Ltda
CNPJ/MF nº 14.374.609/0001-35.
Edital de Convocação - Reunião de sócios - Edital 01/2025.
Ficam convocados todos os sócios da Trevo Criativo Consultoria e Assessoria Ltda, para a reunião de sócios que irá deliberar sobre o início da Liquidação Extrajudicial no dia 21/03/2025, em 1ª convocação às 10h, e em 2ª convocação às 10:30, na sede da Sociedade, Rio de Janeiro, 25 de março de 2025.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA
CRF Empreendimentos e Participações Societárias Ltda - CNPJ 15.773.895/0002-55, toma público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo nº 14/200.519/2014, a renovação de sua Licença Municipal de Operação nº 002694/2020 para Área de Apoio ao Campo de Golfe Olímpico Composta por Oficina de Manutenção, Abastecimento de Combustíveis para Frota Própria, Lavagem de Caminhões de Golfe e Estocagem de Fertilizantes, Materiais Agregados e Óleos - Av. Moisés Castello Branco Filho, 700 - Barra da Tijuca/RJ.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL E DE ÁGUAS MINERAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores das empresas, representadas pelo SINDICATO PATRONAL, para Aprovação ou Não da Proposta referente à Convenção Coletiva 2025, a realizar-se no dia 14 de março de 2025, com qualquer quorum.
Rio de Janeiro, 12 de março de 2025.
Washington Luiz Marcelino dos Santos
Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINDIREFEIÇÕES-RJ
CNPJ: 32.316.366/0001-60
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (Fast Food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro - SINDIREFEIÇÕES-RJ - inscrito no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA, todos os trabalhadores da Categoria, sócios do sindicato, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que irá se realizar no dia 17 de março de 2025, na Sede Escola do SindiRefeições-RJ, situada à Rua Carlos Chamberland, nº 256, Vila da Penha, Rio de Janeiro, CEP: 21.210-090, em primeira convocação às 09 horas, com o quórum legal estabelecido no estatuto do sindicato e em segunda e última convocação, às 09 horas e 30 minutos, com qualquer número de trabalhadores presente para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Apreciação e aprovação de contas referente ao exercício do ano de 2024 e b) Aprovação da dotação orçamentária para o ano de 2025. Rio de Janeiro, 11 de março de 2025. Ozziel Romualdo de Paula - Presidente.

AÉREA

Procon de SP notifica Voepass e envia fiscais ao Aeroporto de Congonhas

CAMILA BOEHM/ABRASIL

O Procon-SP notificou as empresas Voepass e Latam para que prestem esclarecimentos sobre o atendimento aos consumidores. A medida decorre de decisão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que suspendeu os voos da Voepass a partir desta terça-feira. Equipes de fiscalização do órgão foram enviadas ao Aeroporto de Congonhas para acompanhar o atendimento e orientar os passageiros.

As empresas devem informar ao órgão de defesa dos consumidores como a suspensão dos voos foi comunicada aos passageiros; como estão atendendo àqueles que se encontram no aeroporto; quais as alternativas que estão sendo oferecidas; os canais de atendimento disponibilizados, dentre outras informações relacionadas a direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor.

O Procon-SP informou que os passageiros que já se encontram nos aeroportos, têm direito a comunicação

grátis em atrasos superiores a 1 hora; alimentação para atrasos de 2 horas e hospedagem a partir de 4 horas de atraso. Se o aeroporto for da mesma cidade do consumidor, ele terá direito a transporte até a sua residência.

O dever de informar os passageiros sobre alterações e cancelamentos de voos é da empresa responsável pela comercialização dos bilhetes. As passagens de voos operados pela Voepass são comercializadas de três formas: diretamente pela Voepass; pela Latam, em razão de acordo comercial entre as empresas; e por agências de viagens.

"Com os voos cancelados, elas precisarão informar a situação do voo, e as alternativas previstas na legislação, tais como: reacomodação em outro voo da mesma companhia aérea ou até de outra companhia; execução do serviço para o mesmo destino por modalidade como via rodoviária, por exemplo; e reembolso do valor pago integralmente, dentre outros", informou o Procon-SP, em nota.

GUERRA

Ucrânia aceita proposta dos EUA de cessar-fogo imediato

PEDRO LIMA/AE

A Ucrânia aceitou a proposta dos Estados Unidos para um cessar-fogo provisório imediato de 30 dias, que ainda está condicionado à aceitação da Rússia para ter validade. O país também concordou em concluir "o mais rápido possível" um acordo para o desenvolvimento dos recursos minerais críticos da Ucrânia, conforme comunicado divulgado após a reunião entre as delegações de ambos os países na Arábia Saudita.

"Ambas as delegações concordaram em iniciar imediatamente as negociações para uma paz duradoura que garanta a segurança de longo prazo da Ucrânia. Os EUA se comprometeram a discutir essas propostas específicas com representantes da Rússia. A delegação ucraniana reiterou que os parceiros europeus devem ser envolvidos no processo de paz", afirmou a nota conjunta.

O comunicado também destacou que o acordo sobre a exploração dos minerais será essencial para expandir a econo-

mia ucraniana, "compensar o custo da assistência americana e garantir a prosperidade e segurança de longo prazo" no país. Além disso, os Estados Unidos informarão à Rússia que "a reciprocidade russa é a chave para alcançar a paz".

Os EUA se comprometeram, ainda, a encerrar "imediatamente" a pausa na troca de informações de inteligência e a retomar a assistência à segurança para a Ucrânia. O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, expressou sua gratidão pelo apoio de Donald

Trump e destacou o compromisso dos Estados Unidos com a retomada da "ajuda de defesa à Ucrânia e troca de dados de inteligência".

De acordo com Zelensky, o cessar-fogo proposto pela delegação americana não se limita a mísseis, drones e bombas, nem ao Mar Negro, mas abrange toda a linha de frente do conflito. "A Ucrânia aceita essa proposta, e os EUA devem convencer a Rússia a fazer o mesmo. Se os russos concordarem, o silêncio começará a funcionar", acrescentou.

TRIBUNAL PENAL

Ex-presidente das Filipinas Rodrigo Duterte é preso por ordem do TPI

O ex-presidente das Filipinas Rodrigo Duterte foi preso no Aeroporto Internacional de Manila ontem, por ordem do Tribunal Penal Internacional (TPI), que o acusa de crimes contra a humanidade, informou o governo do país. Duterte estava voltando de Hong Kong

quando foi detido. "Após sua chegada, o promotor-geral apresentou a notificação do TPI para um mandado de prisão. Agora ele está sob a custódia das autoridades", diz o comunicado do governo das Filipinas. Não ficou imediatamente

claro para onde Duterte foi levado pela polícia. O governo disse que o ex-líder de 79 anos estava em boa saúde e foi examinado por médicos ao ser detido.

Duterte é investigado pelos assassinatos em massa que aconteceram durante seu governo em meio à repressão con-

tra o comércio de drogas ilegais no país.

O TPI começou a investigar o papel de Duterte na repressão violenta aos filipinos ainda em novembro de 2011, quando ele era prefeito da cidade de Davao. Duterte foi presidente do país entre 2016 e 2022.

CASO VITÓRIA

Investigações apontam 3 suspeitos pelo crime

A Polícia Civil de São Paulo ainda trabalha para esclarecer a morte da adolescente Vitória Regina de Sousa, de 17 anos, assassinada em Cajamar, na Grande São Paulo. As investigações indicam ao menos três suspeitos e tentam descobrir a motivação do crime.

As provas mais contundentes apontam para Maicol Sales dos Santos, que teve a prisão temporária (30 dias) decretada pela justiça no último sábado. O suspeito passou por audiência de custódia no domingo passado, e foi mantido preso. A defesa de Maicol diz que a inocência dele será provada.

Maicol é dono do automóvel Toyota Corolla, que foi visto na cena do crime. "No veículo Corolla tivemos a constatação de sangue no porta-malas e tudo leva a crer que pode ser da vítima. Já foi encaminhado para o exame de DNA", afirmou o diretor do Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo (Demacro), Luiz Carlos do Carmo.

Daniel Lucas Pereira e Gustavo Vinícius tiveram pedidos de prisão negados, mas continuam na lista de investigados, segundo o diretor do Demacro. Os dois namoraram Vitória.

"O Daniel Lucas Pereira, nós pedimos a prisão dele, mas a Justiça negou alegando que precisa de mais provas. Ele permanece (sob investigação) pois temos no celular apreendido imagens feitas por ele no local onde a vítima desceu, até a residência dela. Foi gravado no celular dele dias antes do fato. Pode ser uma filmagem preparando o local do arrebata-

tamento." "Vamos falar por enquanto do Maicol, Daniel e Gustavo. Um com muitas provas materiais, no caso do Maicol, e os dois aguardando mais provas para a gente ter suporte, um espectro para pedir novamente a prisão deles. O Gustavo, o que nós pedimos a prisão (e foi negada), é o ex-namorado da vítima, Vitória. Eles ainda tinham amizade entre eles."

Segundo o policial, falta localizar o celular da vítima, que pode auxiliar no esclarecimento do crime. O *Estadão* não localizou a defesa dos dois.

- Maicol Sales dos Santos - dono do automóvel Toyota Corolla, que foi visto na cena do crime;

- Daniel Lucas Pereira - namorou a Vitória. Ele permanece sob investigação. No celular apreendido, a polícia encontrou imagens feitas por ele no local onde a vítima desceu, até a residência dela;

- Gustavo Vinícius - também namorou Vitória. Ainda havia uma amizade entre eles.

NÃO É INVESTIGADO

Carlos Alberto Sousa, pai da adolescente Vitória Regina de Sousa, foi investigado no início das apurações. Na segunda-feira passada, a Polícia Civil de São Paulo esclareceu que Sousa não está entre os suspeitos de participação no crime.

Segundo o diretor do Demacro, apesar de algumas informações terem gerado dúvidas, não foi encontrado nenhum indício da participação dele. "Não existe investigação contra o pai da vítima", afirmou.

GAZA

Hamas inicia negociações com Israel para 2ª fase de cessar-fogo

PEDRO LIMA/AE

O Hamas anunciou ontem, o início das negociações com Israel e um representante dos Estados Unidos para a segunda fase de um cessar-fogo na Faixa de Gaza. "Esperamos que esta rodada traga avanços significati-

vos para o início da próxima fase das negociações, pavimentando o caminho para o fim da agressão, a retirada da ocupação de Gaza e a conclusão de um acordo de troca de prisioneiros", afirmou o grupo.

O Hamas também declarou que o governo dos EUA, sob a li-

derança de Donald Trump, é responsável "politicamente, legalmente, humanitariamente e moralmente" pelo apoio irrestrito ao governo de ocupação extremista de Israel, que, segundo o grupo, comete crimes de assassinato e deslocamento forçado contra o povo palestino.

Em um comunicado, o movimento exigiu que a comunidade internacional, junto a organizações humanitárias e de direitos humanos, pressione Israel para interromper as "graves violações" que, segundo o Hamas, podem "ameaçar" a segurança e a estabilidade na região e no mundo.

CANADÁ

Premiê de Ontário confirma suspensão de sobretaxa após conversa com Lutnick

PEDRO LIMA/AE

O primeiro-ministro da província canadense de Ontário, Doug Ford, declarou nesta terça-feira, que as sobretaxas de 25% em eletricidade para os EUA foram suspensas temporariamente, após uma conversa com o secretário do Comércio americano, Howard Lutnick.

"O secretário Lutnick concordou em se reunir oficialmente com o premiê Ford em Washington na quinta-feira, 13 de março, juntamente com o representante de Comércio dos EUA, para discutir um USMCA renovado antes do prazo final da tarifa recíproca de 2 de abril. Em resposta, Ontário concordou em suspender sua sobretaxa de 25% sobre as exporta-

ções de eletricidade para Michigan, Nova York e Minnesota", escreveu Ford na rede X.

A Casa Branca afirmou nesta terça-feira, que as tarifas de 25% sobre o aço e o alumínio entrarão em vigor no Canadá e em outros países, mesmo com o presidente dos EUA, Donald Trump, recuando em sua ameaça de impor tarifas de 50% sobre os me-

tais canadenses.

"De acordo com suas ordens executivas anteriores, uma tarifa de 25% sobre o aço e o alumínio, sem exceções ou isenções, entrará em vigor para o Canadá e todos os nossos outros parceiros comerciais à meia-noite de 12 de março", disse o porta-voz da Casa Branca, Kush Desai, em um comunicado.

EUA

Republicanos avançam com proposta para evitar 'shutdown' do governo

Os republicanos enfrentarão um teste crucial de coesão quando o projeto de lei de gastos, que evitaria uma paralisação parcial do governo e garantiria o financiamento das agências federais até setembro, for votado. O presidente da Câmara, Mike Johnson, espera que a votação ocorra ainda nesta terça-feira, 11, apesar da falta de apoio dos democratas, desafiando-os a se opor e arriscar uma paralisação que começaria no sábado, caso os parlamentares não ajam.

Para garantir que o projeto chegue à mesa do presidente Do-

nald Trump, os republicanos precisarão de amplo apoio de seus membros em ambas as esferas legislativas, além de alguma colaboração dos democratas no Senado. Este é um dos maiores desafios legislativos do segundo mandato de Trump, o que levou o vice-presidente JD Vance a visitar o Capitólio nesta manhã para tentar angariar apoio.

"Temos que manter o governo em operação", disse Johnson ao sair de uma reunião com republicanos da Câmara. "É uma responsabilidade fundamental nossa." O vice-presidente comparti-

lhou esse sentimento. "Foi muito bem recebido e bem transmitido. Acho que os resistentes são apenas um ou dois."

A estratégia conta com o apoio de Trump, que está pedindo aos republicanos para "permanecerem UNIDOS - SEM DISSIDÊNCIA - Lutar por outro dia, quando o momento for certo." Os republicanos da Câmara afirmaram que o projeto reduziria US\$ 13 bilhões em gastos não relacionados à defesa em comparação com o orçamento de 2024, além de aumentar os gastos com defesa em US\$ 6 bilhões. Essas mudanças são mo-

destas em relação ao total de quase US\$ 1,7 trilhão em gastos discricionários. O projeto, no entanto, não cobre a maior parte dos gastos do governo, como Segurança Social e Medicare, cujos financiamentos são automáticos e não passam por revisão regular no Congresso.

Os democratas, por sua vez, estão preocupados com o poder discricionário que o projeto dá ao governo Trump nas decisões de gastos. Já alarmados com os esforços da administração para realizar cortes significativos por meio do Departamento de Eficiência do Governo (Doge).

DECISÕES DA ÚNICA SÓCIA DA VERTERE PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ nº 53.790.219/0001-53 - NIRE 35.231.890.621
Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Parthica Participações Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ nº 29.363.233/0001-30, com sede no Rio de Janeiro-RJ, na Avenida República do Chile, nº 230, salas 2701, Ala Norte, e 2801, Alas Norte e Sul - Parte B, Centro, CEP 20.031-919, com seus atos constitutivos arquivados na (JUCECIA) NIRE 33.210.476.408, neste ato representada na forma de seu Contrato Social por seu administrador, Fábio Soares de Miranda Carvalho, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 11.261.924-2, expedida pelo IPRJ, CPF nº 037.361.977-48 e com endereço comercial no Rio de Janeiro-RJ, na Avenida República do Chile, nº 230, salas 2701, Ala Norte, e 2801, Alas Norte e Sul - Parte B, Centro, CEP 20.031-919 (Parthica ou "Única Sócia"), na qualidade de única sócia da Vertere Participações Ltda., sociedade limitada com sede na capital em São Paulo-SP, na Rua Angelina Mafei Vita, nº 200, 9º andar, parte, Centro, CEP 01.455-070, CNPJ nº 53.790.219/0001-53, com seus atos constitutivos arquivados na (JUCESSP) sob o NIRE 35.231.890.621 ("Sociedade"), decide, em conformidade com a Clausula 6ª, § 2º, do Contrato Social da Sociedade e com o artigo 1.072, § 3º, da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a Única Sócia decidiu constatar que, em 08/04/2016, quando a Sociedade ainda era uma sociedade anônima, com seus atos societários registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.089.940, o capital da Sociedade foi reduzido no montante de R\$ 9.934.369,00, por ter sido considerado excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/1976, sem que tenha ocorrido, na época, a devida formalização em Assembleia Geral e no Estatuto Social. Em virtude de tal redução, o capital social da Sociedade passou de R\$ 35.239.473,44 para R\$ 25.305.104,44, com a devolução integral do montante correspondente à Única Sócia. Dessa forma, a fim de adequar o Contrato Social atual à documentação contábil e financeira da Sociedade, a Única Sócia decidiu formalizar a redução do capital social da Sociedade, aprovando a retificação da Ata de AGE de transformação do tipo jurídico da Sociedade para empresa limitada, realizada em 01/10/2019, registrada na JUCESP nº 597.206/19-3 ("AGE"), de forma a fazer constar que, com a transformação da Sociedade de sociedade anônima para sociedade limitada, as ações em que se dividiam o capital social da Sociedade foram convertidas em 632.627.611 quotas sociais, no valor nominal de R\$ 0,04 por quota social, totalizando um capital social de R\$ 25.305.104,44. Ficam ratificadas todas as demais deliberações tomadas na referida AGE. Por fim, a Única Sócia decidiu aprovar a alteração da Clausula 4ª do Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte redação uma vez que a redução de capital se tornou eficaz: "Clausula 4ª - Capital Social: O capital social é de R\$ 25.305.104,44, dividido em 632.627.611 quotas, no valor nominal de R\$ 0,04 cada uma, todas totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país. A divisão do capital social da Sociedade é feita conforme o quadro a seguir:

Sócia	Nº de quotas	Valor
Parthica Participações Ltda.	632.627.611	R\$ 25.305.104,44
Total	632.627.611	R\$ 25.305.104,44

§ Único: De acordo com o disposto no artigo 1.052 da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil"), conforme alterada, a Sociedade é unipessoal, sem obrigação de reconstituição da pluralidade de sócios no prazo legal, e a responsabilidade da única sócia é restrita ao valor de suas quotas. Não havendo outros temas a serem decididos, o presente instrumento foi assinado pela PARTHICA, na qualidade de única sócia da Sociedade, de forma eletrônica, nos termos do artigo 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. São Paulo, 31/12/2024. Única Sócia. Parthica Participações Ltda.
Por: Fábio Soares de Miranda Carvalho - Administrador.